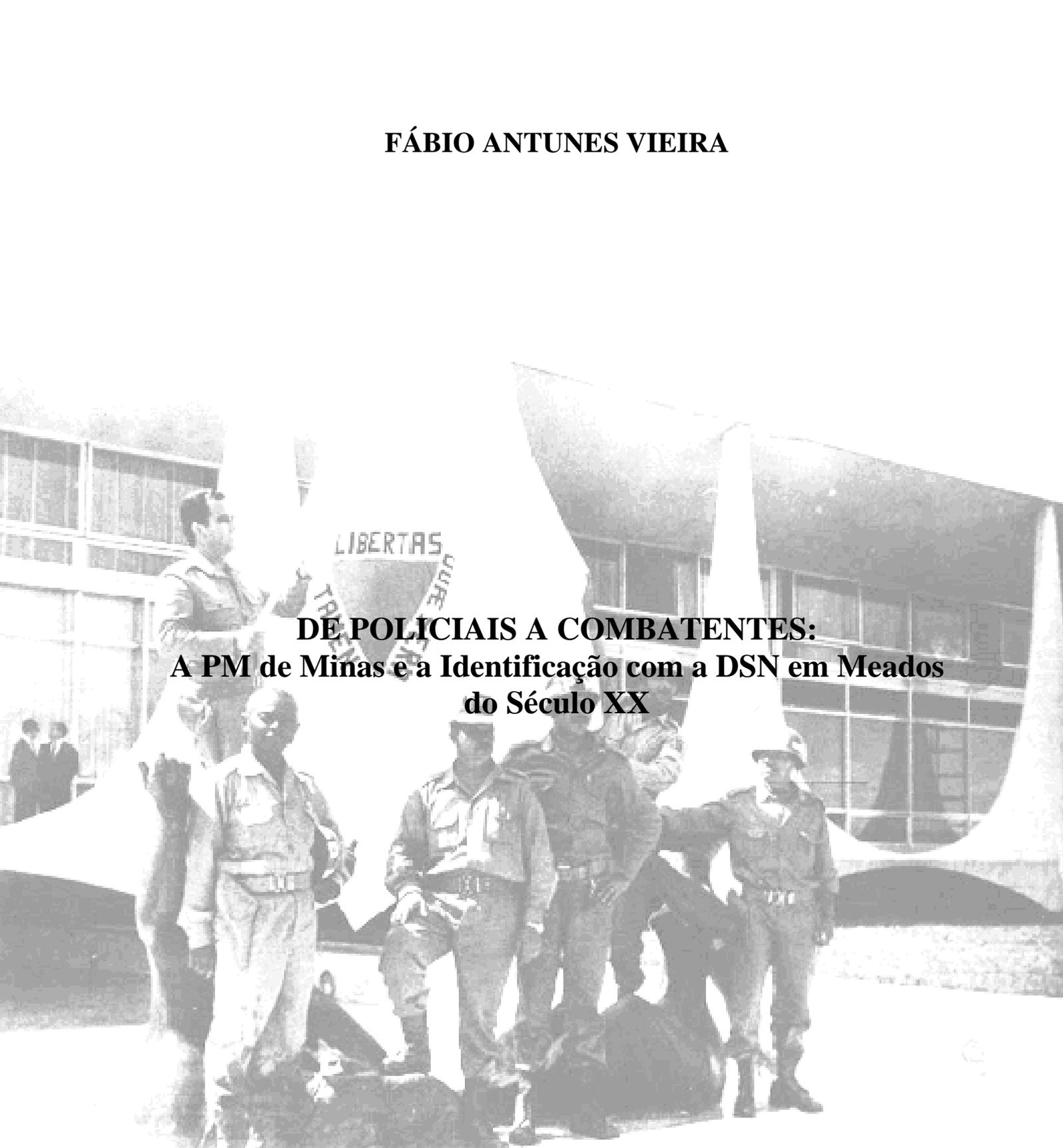


FÁBIO ANTUNES VIEIRA



**DE POLICIAIS A COMBATENTES:
A PM de Minas e a Identificação com a DSN em Meados
do Século XX**

**Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS
Mestrado em Desenvolvimento Social**

Montes Claros, dezembro de 2007

FÁBIO ANTUNES VIEIRA

**DE POLICIAIS A COMBATENTES:
A PM de Minas e a Identificação com a DSN em Meados do
Século XX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientadora: Professora Dr^a. Márcia Pereira da Silva.

**Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS
Mestrado em Desenvolvimento Social**

Montes Claros, dezembro de 2007

V658d Vieira, Fábio Antunes.
De Policiais a Combatentes [Manuscrito] : a PM de Minas e a Identificação com a DSN em Meados do Século XX / Fábio Antunes Vieira. – 2007.
133 f. ; il.

Bibliografia : f. 130-133

Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2007.
“Orientadora Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva”.

1. Desenvolvimento social. 2. Polícia militar mineira. 3. Exército brasileiro. 4. Doutrina de Segurança Nacional. I. Universidade Estadual de Montes Claros. II. Título.

CDD 355



Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS
Mestrado em Desenvolvimento Social

Dissertação intitulada “*DE POLICIAIS A COMBATENTES: A PM de Minas e a Identificação com a DSN em Meados do Século XX*”, de autoria do mestrando Fábio Antunes Vieira, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores(as):

Profa. Dr^a Márcia Pereira da Silva - PPGDS / Unimontes - Orientadora

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta – FAFICH / UFMG

Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso – PPGDS / Unimontes

Profa. Dr^a Maria Helena de Souza Ide
Coordenadora do PPGDS / Unimontes

Montes Claros, 10 de dezembro de 2007.

Aos meus pais, Antônio e Maria do Socorro, bem como aos meus amigos, Márcia, Regina, Alysson, Alessandro e Carlos, pessoas sem as quais este trabalho não seria possível. Neste pequeno espaço, o registro da minha especial gratidão a vocês.

AGRADECIMENTOS

Em meio a tantos à agradecer, não poderia deixar de externar, inicialmente, gratidão a minha orientadora, professora Márcia Pereira da Silva. Aqui, muito além da inegável competência com que me conduziu ao longo do trabalho, agradeço a amizade oriunda desde os tempos de graduação, o exemplo profissional, bem como a confiança em mim depositada no decorrer de todo o processo de realização desta dissertação.

Neste momento, também não poderia ocultar méritos aos professores do Programa de Mestrado, em especial Luciene Rodrigues, Herbert Toledo, João Batista Costa e Antônio Dimas Cardoso, pela contribuição, cada um com suas particularidades, para a composição de um conhecimento mais seguro. Pela mesma razão, agradeço aos professores Marcos Fábio Martins de Oliveira, Geraldo Reis e Ilva Ruas. De igual modo, agradeço ao pessoal da Secretaria do PPGDS, especialmente ao amigo Luis Quintino Gonzaga, cujas informações práticas muito facilitaram meu trânsito pela Universidade nesses dois últimos anos.

Aos professores das bancas de qualificação e apresentação, Herbert Toledo, Antônio Dimas Cardoso e Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG), por atenderem solícitamente ao convite, mas, principalmente, por cada crítica proferida oportunamente a dissertação. Certamente, sem tal contribuição, a qualidade do texto não seria a mesma.

Do Departamento de História da Unimontes, meus agradecimentos aos professores Laurindo Mékie Pereira e Cláudia Maia, pelo crédito e pela atenção com que me atenderam em relação à “carta de apresentação”, quando da seleção do mestrado. A vocês, eis o retorno da confiança inicial. Também do Departamento de História, minha gratidão ao professor Jânio Marques Dias que, na qualidade de Chefe do referido Departamento, me concedeu a oportunidade de exercer o magistério superior nesta Universidade.

Não menos importante, agradeço a professora e amiga Regina Célia Lima Caleiro, pelo carinho fraterno e pelo apoio incondicional que sempre me dispensou desde os tempos de graduação. Neste momento tão especial, registro com grande satisfação meu reconhecimento, assim como à amiga Márcia, de grande débito pessoal e profissional a você.

Tamanha injustiça cometeria, se também não registrasse minha gratidão e apreço aos amigos Alysson Luiz Freitas de Jesus, Alessandro de Almeida e Carlos Sérgio Lima, provenientes dos tempos de graduação. Aqui, além da gratidão ao inestimável apoio nos momentos de dificuldades, me atenho principalmente aos momentos cotidianos que, entre uma cerveja no fim do dia e as discussões no ambiente de trabalho, mais nos aproximam, seja no aspecto pessoal ou profissional.

No tocante a família, minha gratidão aos meus pais, Antônio e Maria do Socorro, bem como aos meus irmãos, Sandra e Márcio, por serem, além do meu esteio seguro, o reflexo do ser humano que me tornei. A vocês, a quem também dedico este trabalho, meu muito obrigado por constituírem ou sintetizarem o que há de melhor em mim.

Antes de concluir, gostaria de agradecer também aos militares do 10º Batalhão da PMMG pelos depoimentos e, de igual modo, aos familiares do Coronel Georgino Jorge de Souza, que sempre me receberam tão bem em todas as ocasiões em que a eles recorri. A todos, especiais agradecimentos pelas informações e materiais disponibilizados, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

Por fim, concluo agradecendo a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG – pelo apoio financeiro, sem o qual não poderia ter dispensado a devida atenção e dedicação à pesquisa, que resultou no texto que se segue.

Os fatos históricos repetem-se nas linhas mestras; conhecê-los é apossar de um material de recorrência, essencial para o estudo do presente.

Nicolau Maquiavel.

RESUMO

Historicamente, é possível afirmar que o período republicano no Brasil consolidou os militares como atores políticos no cenário nacional. Observando o fato, alguns pesquisadores, como José Murilo de Carvalho, têm chamado a atenção quanto à importância de novos estudos sobre o assunto. Nesse sentido, em meio aos reflexos da Guerra Fria no Brasil, parte do Exército Brasileiro, em nome da Doutrina de Segurança Nacional sistematizada pela Escola Superior de Guerra, assumiu a vanguarda de um processo que, segundo os militares, tinha por objetivos a segurança e o desenvolvimento do País. Assim concebendo, sob a justificativa da ameaça comunista, articularam alianças com grupos civis antipopulistas, a fim de viabilizarem as condições favoráveis para a tomada do poder. Inserida nesse contexto, a polícia militar em Minas Gerais não só partilhou os postulados da referida doutrina, como foi ampliada e transformada de força policial em força combatente, com o propósito de atender as necessidades de uma possível guerra civil em 1964. Mediante o exposto, a intenção deste trabalho foi ater-se ao conjunto de circunstâncias que, a partir de Minas Gerais, viabilizaram a interação entre sua Polícia Militar e o Exército Brasileiro em meados do século XX, tomando por base a DSN. Para tanto, além da bibliografia cabível, destaca-se a utilização de publicações internas, depoimentos orais, fotografias e periódicos como fontes.

ABSTRACT

Historically, we can affirm that the republican period in Brazil consolidated the military as political actors in the Brazilian scenery. By observing this fact, some researchers such as José Murilo de Carvalho, have drawn attention to the importance of new studies over this issue. This way, among the cold war reflexes in Brazil, part of the Brazilian Army, in the name of the “Doutrina de Segurança Nacional” - DSN (National Security Doctrine) systematized by “Escola Superior de Guerra” (Superior War School) assumed the forefront of a process that, according to the military, had the aim to protect and develop the country. Thus, under the excuse of communism threat, they articulated and conceived alliances with civil anti-populist groups, in order to enable favourable conditions to take power. Inserted in this context, the military police in Minas Gerais not only shared postulates over this Doctrine, but was enhanced and transformed from police force to defeating force, with the purpose of fulfilling the needs of an eminent civil war in 1964. Before what has been exposed, the aim of this work was to focus on a set of circumstances that from Minas Gerais, enabled the interaction between its Militar Police and the Brazilian Army in the middle of the 20th century, taking the DSN as basis. For such, besides appropriate bibliography, internal publishing, oral statements, photographs and journals have also been used as sources.

LISTA DE SIGLAS

ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

BGP – Batalhão de Guardas Presidenciais

CAMDE – Campanha da Mulher Democrática

CET – Comando Estadual dos Trabalhadores

CFO – Curso de Formação de Oficiais

CIA – Central de Inteligência Americana

CTB – Companhia Telefônica Brasileira

CTSP – Curso Técnico de Segurança Pública

DI – Departamento de Instrução

DIA – Defense Intelligence Agency

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

EB – Exército Brasileiro

EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FEB – Força Expedicionária Brasileira

GATE – Grupo de Ações Táticas Especiais

GPMI – Grupo Permanente de Mobilização Industrial

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

ID/4 do EB – 4ª Divisão de Infantaria do Exército Brasileiro

IHGGMG – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

IMBEL - Empresa Brasileira de Material Bélico

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

LIMDE - Liga da Mulher pela Democracia

MG – Minas Gerais

NWC – National War College

PM – Polícia Militar

PMMG – Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RJ – Rio de Janeiro

SP – São Paulo

SS – Sessões de Segurança (Schutzstaffel)

UDN – União Democrática Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

4ª RM do EB – 4ª Região Militar do Exército Brasileiro

10º BI da PMMG – 10º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar de Minas Gerais

10º BPM – 10º Batalhão de Polícia Militar

12º RI do EB – 12º Regimento de Infantaria do Exército Brasileiro

17º BVP – 17º Batalhão de Voluntários da Pátria

LISTA DE FOTOS E MAPAS

FOTO DE CAPA – Policiais militares mineiros em frente ao Palácio da Alvorada	
MAPA 01 – Mapa Rodoviário de Minas Gerais	94
MAPA 02 – Geomorfologia e Relevo de Minas Gerais	95
FOTO 01 – Militares em posição de ataque. Cena da Segunda Guerra Mundial	115
FOTO 02 – Metralhadora Madsen – modelo dinamarquesa	115
FOTO 03 – Metralhadora Madsen modelo 935 – adotada pela PMMG	116
FOTO 04 – Solenidade de assentamento da pedra fundamental do quartel do 10º BI da PMMG	117
FOTO 05 – Militares do 10º BI da PMMG em marcha para Brasília	118
FOTO 06 – Militares do 10º BI da PMMG em Brasília	119
FOTO 07 – Fuzil Mauser alemão, modelo 1908	120
FOTO 08 – Pelotão do 10º BI da PMMG em Brasília, após a queda de João Goulart	120
FOTO 09 – Policiais militares mineiros em frente ao Palácio da Alvorada	121
FOTO 10 – Militares do Exército Brasileiro e da PMMG, em visita a algumas unidades das Forças Armadas em Brasília	122
FOTO 11 – Policiais militares mineiros acantonados no teatro municipal de Brasília	123
FOTO 12 – Desfile militar por ocasião da posse do Marechal Castelo Branco	123

SUMÁRIO

Apresentação	13
Introdução	14
Capítulo 1 – A Polícia Militar Mineira e o Exército Brasileiro em um Breve Estudo Histórico Comparado	27
Capítulo 2 – Os Militares e a Questão do Desenvolvimento no Brasil pela via da Doutrina de Segurança Nacional no pós-Guerra	48
Capítulo 3 – Minas Gerais e a Doutrina de Segurança Nacional	71
Capítulo 4 – A Segurança Nacional e as Particularidades de Minas Gerais	93
4.1 – De Policiais a Combatentes: Algumas Imagens de uma Transformação	114
Considerações Finais	124
Fontes	128
Referências Bibliográficas	130

APRESENTAÇÃO

Apresentamos a dissertação de mestrado intitulada: *De Policiais a Combatentes: A PM de Minas e a Identificação com a DSN em Meados do Século XX*, que toma como sujeitos os policiais militares de Minas Gerais, em meio ao movimento civil-militar que resultou na ascensão das Forças Armadas ao poder político nacional, em 1964.

Acerca das discussões sobre a reorganização do Estado Brasileiro após o término do regime militar, é notório que, inicialmente, indevida atenção foi dispensada às corporações policiais militares. Corroborando com tal afirmação, basta memorar que a Constituição de 1988, a exemplo do que já estabelecia a Constituição de 1946, manteve as forças policiais militares subordinadas ao Exército Brasileiro.

É certo que, institucionalmente, as polícias militares estaduais foram submetidas a algumas adequações, com o propósito de se inscreverem aos postulados de um Estado democrático. Entretanto, considerando que a história da chamada Nova República vem sendo marcada pela ampliação dos problemas sócio-morais, que cada vez mais refletem o aumento da violência e da criminalidade, o uso da força coercitiva do Estado também tem se intensificado gradativamente. Assim, entre a dicotomia dos direitos humanos e a necessidade crescente de segurança em um País quase desprovido de capital social, ao mesmo tempo em que as corporações policiais militares tentam implementar um tipo de policiamento dito comunitário, intensificam e fortalecem suas unidades de combate, cujos treinamentos não deixam nada a desejar a alguns comandos especializados do próprio Exército Brasileiro.

Com base no exposto, entendendo que boa parte das discussões atuais sobre o assunto encontra respaldo no passado, o presente trabalho também se presta nesse sentido, uma vez que fornece material de recorrência para se pensar o contexto de uma polícia militarizada sob o controle do Exército, diante dos atuais problemas nacionais. Desse modo, embora esta dissertação não tenha sido elaborada com o propósito de discutir o tipo de polícia que melhor atenderia aos anseios da sociedade brasileira no momento, certamente contribui para tanto, ao viabilizar informações úteis sobre um passado não muito distante, em que uma corporação policial militar ajudou a alterar o destino do País.

INTRODUÇÃO

Dentre as inúmeras abordagens acerca da história do Brasil, é possível afirmar que após a Segunda Guerra Mundial os militares se consolidaram como atores políticos no cenário nacional. Entretanto, inseridos em uma sociedade marcada pelos embates e incertezas pertinentes ao futuro do País, eles terminaram assumindo posturas diferenciadas nesse contexto, fato que implicou prejuízos aos caros princípios da hierarquia e da disciplina. Assim, avaliando que em meio a Guerra Fria as disparidades dentro das Forças Armadas eram o reflexo de um processo subversivo em marcha no País, parte dos militares passou a enfatizar a idéia de que a Pátria estava ameaçada pelo “perigo vermelho”. Partindo do princípio de que os governos civis não dispunham das condições cabíveis para encadear progresso com soberania nacional, um grupo de oficiais terminou por conceber a chamada Doutrina de Segurança Nacional - DSN, a fim de legitimarem o assalto ao poder.

Entendida como uma ideologia por alguns estudiosos, a exemplo de Nilson Borges, a DSN foi formulada no Brasil através da Escola Superior de Guerra – ESG. Criada no Rio de Janeiro em 1949 pelo Exército Brasileiro, nos moldes da National War College norte-americana, a ESG iniciou suas atividades ministrando instrução a civis e militares destinados a exercerem funções de direção e planejamento no âmbito da segurança nacional. Todavia, avaliando que os efeitos da bipolarização mundial conturbavam cada vez mais o cotidiano pátrio, os dirigentes da referida escola, sob a influencia dos Estados Unidos, passaram a sustentar a idéia de que a segurança do País estava diretamente condicionada ao seu grau de desenvolvimento econômico. Desse modo, percebe-se que a DSN foi engendrada com o propósito de promover a submissão das atividades da Nação a uma política de segurança, destinada a rechaçar o comunismo e transformar o Brasil em uma potência capitalista.

Como evidenciado pelos postulados da DSN, o projeto de desenvolvimento para o País estava vinculado a um esforço de guerra, a despeito dos princípios do bem-estar social. Tomando outros termos, em um mundo marcado pela Guerra Fria, caberia ao Brasil angariar os recursos cabíveis para empreender luta contra a chamada guerra revolucionária de cunho comunista, bem como assegurar a manutenção da aliança com o bloco capitalista. Nesse sentido, como argumentava o General Golbery do Couto e Silva, sendo o Brasil parte integrante do Ocidente, não poderia ficar alheio ao dever de conter o trabalho de comunização interna, que ameaçava subverter a ordem institucional e a própria Pátria.

Sobre o anticomunismo manifesto pelos militares, apesar de vários estudiosos enfatizarem o fato dele ter se prestado aos propósitos conspiratórios das forças que

compunham a chamada direita no País, Rodrigo Patto Sá Motta, corroborando parcialmente com tal idéia, advoga por outro lado que “os defensores da ordem não estavam exagerando totalmente quando denunciaram o perigo vermelho”. Nesse sentido, avaliando o contexto nacional após a Segunda Guerra Mundial, o autor é da opinião de que a “situação era de molde a causar uma reação de temor sincero ao comunismo, considerado um inimigo ativo e perigoso”¹. Assim, muitos militares acreditavam que, infiltrados no governo federal, os comunistas estariam se preparando para dar um golpe, quando tivessem acumulado forças suficientes para desencadear a revolução com o intento de ocuparem o poder.

Do mesmo modo, para Márcia Pereira da Silva, a afirmação de que o discurso anticomunista contido na DSN não passou de mera manipulação, configura uma interpretação demasiadamente simplória, que não condiz com a realidade observada no Brasil durante a Guerra Fria. Segundo a autora, nenhum discurso pode ser avaliado apenas como um meio para se alcançar determinado objetivo, uma vez “que revela concepções e crenças de quem o faz, bem como daqueles para quem se destina”. Nessa perspectiva, é possível dizer que a ênfase atribuída à idéia da “Pátria em perigo”, inscrita na Doutrina de Segurança Nacional, remontava a crenças compartilhadas tanto pelas Forças Armadas, como por alguns segmentos da sociedade brasileira, a exemplo da chamada classe média². Além disso, apesar da DSN ser uma ideologia exógena, Florestan Fernandes esclarece que, embora “as nações hegemônicas exportem suas ideologias e utopias”, em regra elas também são compartilhadas “pelas classes dominantes das nações dependentes”, como no caso brasileiro³.

Além do exposto, é válido ressaltar que vários acontecimentos observados internamente, sobretudo entre 1960 e 1964, contribuíram para ratificar a convicção na ameaça comunista. Tomando exemplos, é conveniente memorar as agitações de esquerda, seja no campo ou nas cidades, a política de neutralidade do governo federal em relação à Guerra Fria, as constantes quebras na hierarquia militar, a condecoração de comunistas no País, a politização das massas urbanas, as declarações de Luis Carlos Prestes favoráveis a União Soviética e o impacto da Revolução Cubana, dentre outros casos que também confirmariam o exposto. No mais, exacerbadamente ou não, cabe salientar que vários noticiários davam nota da infiltração de agentes comunistas no País, fato que certamente tinha impacto no imaginário dos militares quanto à questão da segurança nacional.

¹ MOTTA. *Em Guarda Contra o 'Perigo Vermelho'*, p. 193.

² SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, pp 103-104.

³ FERNANDES. *A Revolução Burguesa no Brasil*, p. 315.

Conforme discorrido, admitindo a expansão comunista no País como uma ameaça real, parte dos militares ideologicamente vinculados a ESG, sob a justificativa de que os poderes constitucionais lhes aferiam a responsabilidade pela defesa da Nação, desencadeou uma verdadeira mobilização de guerra contra a subversão interna. Para tanto, como já argumentava o General Castelo Branco em 1955, “o melhor caminho para a participação dos militares na recuperação do País” seria “intervir” e “assumir o controle do governo”⁴. Na verdade, essa crença dos militares de que eles representavam a classe mais identificada com os interesses nacionais remontava aos primórdios dos ideais republicanos no Brasil, ocasião em que a classe castrense foi condicionada a uma formação mais política do que profissional.

Sobre o assunto, cabe lembrar que a própria Proclamação da República em 1889 também foi um fenômeno militar, ocorrida à revelia do povo que a quase tudo assistiu bestializado, como observou na época Aristides Lobo⁵. Além disso, mesmo após o término da “República da Espada”, muitos oficiais entendiam que o Exército precisava estar apto para exercer sua “função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam”⁶. Assim, atinente ao processo histórico, não é surpreendente que na década de 1960 parcelas das Forças Armadas avaliassem a intervenção política como legítima e necessária para a preservação dos interesses maiores da Nação. Destarte, como “não acreditavam haver partido político ou civis capazes de garantirem a lei e a ordem”, os militares direitistas “decidiram intervir diretamente no Estado”, em nome da DSN⁷.

No mais, cabe salientar que a própria burguesia nacional no momento em questão, “inscrita em um capitalismo dependente (...) que não visava à autonomia do desenvolvimento capitalista nacional”⁸, entendia que “sem a militarização e a tecnocratização (...), seria impossível colocar o Estado nacional no centro das transformações históricas em curso”. Mais especificamente, Florestan Fernandes esclarece que, no entendimento da burguesia nacional, a intervenção das Forças Armadas seria necessária para “manter o nexos entre a exploração modernizadora e a regeneração dos costumes e da ordem”, bem como para “converter a reação auto-defensiva” da própria “burguesia ameaçada, numa fonte de auto-afirmação e de

⁴ SILVA. *O Poder Militar*, p. 349.

⁵ Aristides Lobo nasceu em 1838 na Paraíba. Personalidade de relevo dentre os chamados “republicanos históricos”, ao longo da vida foi jurista, promotor, jornalista e político. Faleceu em Barbacena no ano de 1896.

⁶ CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, p. 41.

⁷ SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, pp 108-109.

⁸ FERNANDES. *A Revolução Burguesa no Brasil*, p. 320.

autoprivilegiamento das classes burguesas como um todo”. Para o autor, “o consenso burguês traduziu, nessa matéria, a essência pragmática e realista de sua racionalidade”⁹.

Aproveitando as contradições observadas durante o governo de João Goulart, os militares oposicionistas, bem como seus aliados civis, cerraram aliança com o propósito de angariarem as condições cabíveis para a tomada do poder. Para tanto, muito valeram as ações articuladas entre o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES, com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, ambos subordinados ideologicamente a ESG. Através dessa parceria, que agregou praticamente todos os grupos civis, militares, eclesiásticos e estrangeiros contrários à política populista que vinha sendo exercida no Brasil, emergiu o que Maria Helena Moreira Alves definiu como “complexo ESG/IPES/IBAD”¹⁰. Além disso, por meio de tal complexo foi possível não só cooptar a classe média como base de legitimação da Doutrina de Segurança Nacional, como engendrar as próprias ações governamentais dos militares, após a derrubada de João Goulart em abril de 1964.

Entretanto, visto que as Forças Armadas não representavam um todo indivisível e as camadas mais humildes da população coadunavam mais com os setores de esquerda, o grupo da ESG entendia que a ascensão ao poder se daria por meio de uma guerra interna. Dessa forma, cientes de que era preciso iniciar um levante militar, antes que os comunistas atingissem condição de pleitear o comando do País, o complexo ESG/IPES/IBAD passou a tecer estudos destinados ao melhor modo e local para desencadeá-lo. Nesse contexto, considerando alguns fundamentos inscritos na Doutrina de Segurança Nacional, como a “geopolítica” e a “geoestratégia” por exemplo, os conspiradores chegaram à conclusão de que Minas Gerais abrigava as condições mais favoráveis à consecução de tal intento.

Pertinente ao exposto, é certo afirmar que Minas Gerais figurou como o mais destacado estado da federação, frente às ações militares irrompidas sob a justificativa da segurança nacional. Para tanto, além da articulação conspiratória estabelecida com o complexo ESG/IPES/IBAD em torno da DSN, as características geográficas do estado mineiro compuseram um conjunto de significativa importância. Parte constituinte do chamado “núcleo central brasileiro”, Minas Gerais era o estado que melhor viabilizava acesso a Brasília, recém-inaugurada com o propósito de se tornar o centro do poder político nacional.

Na mesma linha, por ocupar posição estrategicamente limítrofe com diversos estados, dentre os quais São Paulo e Rio de Janeiro, Minas poderia facilmente receber apoio de aliados deles provenientes. Além disso, relativo ao contexto político-militar observado nos

⁹ FERNANDES. *A Revolução Burguesa no Brasil*, p. 342.

¹⁰ ALVES. *Estado e Oposição no Brasil*, p. 29.

idos de 1964, Minas era o único dentre os grandes estados brasileiros em que o governo estadual, a polícia militar e as forças do Exército e da Aeronáutica se mantinham coesas contra o governo de João Goulart. Condizente aos argumentos apresentados, dentre outros que serão devidamente abordados, é notório que o estado mineiro condensava as melhores condições para desencadear o levante militar contra o governo federal. Assim, como chegou a ser exaltado pelo General Carlos Luís Guedes, “tinha que ser Minas”¹¹.

No entanto, embora o estado de Minas estivesse inscrito em um conjunto de fatores favoráveis para assumir a vanguarda das operações militares, existiam algumas deficiências a serem supridas. Considerando a responsabilidade atribuída ao governo de Minas, de levantar armas sob a perspectiva de uma guerra civil, seu problema mais crítico era exatamente a parca presença das Forças Armadas em seu território, sobretudo do Exército Brasileiro. Marcada pela continentalidade, Minas era entendida como um estado de menor potencial de risco, na eventualidade de uma invasão estrangeira. Desse modo, dispendo de um reduzido contingente de aproximadamente 4 mil militares do Exército Brasileiro em 1964, o estado mineiro não ocupava privilegiada posição quanto à distribuição dessa Força pelo País. Assim, comparativamente, enquanto São Paulo e Rio de Janeiro abrigavam duas das quatro mais poderosas divisões do Exército pelo Brasil, Minas contava apenas com frações menores.

A partir dos argumentos apresentados, conclui-se que o Exército em Minas não compunha força suficiente para iniciar sozinho o levante militar. Admitindo a complexidade do problema aos propósitos almejados, a solução encontrada consistiu no sistemático envolvimento da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG, frente aos acontecimentos destinados a ascensão das Forças Armadas ao poder político nacional. Tal medida, compreendida como possível, tinha a vantagem de passar pela articulação direta entre o governador do estado, o comando da Corporação policial e demais membros civis e militares inscritos no complexo ESG/IPES/IBAD, fato que dispensou pouca atenção do governo federal e portanto não implicou desconfiança quanto aos procedimentos utilizados.

Entretanto, é válido salientar que, embora PM e Exército sejam corporações marcadas pelo caráter do militarismo, são distintas quanto ao tipo de serviços que prestam à Nação. Nesse ponto, resumidamente, enquanto as funções do Exército são pautadas pela guerra, em regra contra inimigos estrangeiros, as polícias militares se prestam às funções de segurança pública e, por conseqüência, ao trato com compatriotas civis. Condizente com essa diferenciação, partindo do pressuposto de que o tipo de ação militar para ambos os casos

¹¹ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*.

exigem treinamentos distintos, os destinados à segurança pública não eram os mais adequados, na visão das Forças Armadas, para os efeitos de um tipo de luta que demandava táticas de guerrilha. Assim, para que a Polícia Militar mineira tivesse êxito frente ao processo destinado a tomada do poder, foi preciso adequar a Corporação¹². Para tanto, mediante um intensivo treinamento conjunto com o Exército Brasileiro, intensificado por volta de 1962, a Polícia Militar de Minas Gerais foi transformada de força policial em força combatente, segundo afirma Heloísa Starling¹³.

Referente a esta explanação inicial, muito embora ela represente apenas uma prévia das abordagens subsequentes, é notório que, frente aos acontecimentos que resultaram na deposição do presidente João Goulart, a PM de Minas se prestou aos postulados da DSN. Nesse sentido, apesar do conflito armado não ter ocorrido, há quem entenda que o envolvimento e a preparação da Corporação militar mineira na ocasião, foi relevante para o sucesso das ações militares. No mais, é válido salientar que a PMMG foi a única corporação policial militar a atuar como força combatente, em meio ao levante iniciado em 31 de março de 1964. Esse fato, que conduziu as Forças Armadas ao poder político nacional, alterou as perspectivas de desenvolvimento e segurança até então observadas no Brasil, realidade que atribui à Polícia Militar mineira uma grande responsabilidade pelos acontecimentos, uma vez que seus atos contribuíram para alterar o destino do País.

Como é possível observar a partir da síntese apresentada, este trabalho se inscreve na dimensão da História Política, muito em razão dos seus enfoques estarem vinculados às relações de poder, ideologias e instituições. Sobre o assunto, apesar de algumas críticas da *Escola dos Annales* a partir da década de 1930, segundo José D'Assunção Barros, as últimas décadas do século XX foram marcadas pela revalorização das discussões políticas no âmbito da História. Conforme o autor, por volta de 1980 abordagens vinculadas à guerra, diplomacia, instituições, ideologias e relações de poder começaram a ser retomadas com particular interesse pelos pesquisadores. Além disso, “as relações políticas entre grupos sociais de diversos tipos”, bem como “os movimentos sociais e políticos” também fixaram-se como “pontos de especial interesse por parte da nova historiografia” proveniente do século XX¹⁴.

Não obstante, admitindo “que não existem fatos que sejam exclusivamente” vinculados a uma dimensão histórica¹⁵, apesar deste trabalho ter por ênfase a História Política como elucidado, também está submetido a interfaces com a História Social e a História do

¹² Maiores detalhes acerca desta adequação podem ser observados no item 4.1 do capítulo 4.

¹³ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 119.

¹⁴ BARROS. *O Campo da História*, pp 107-109.

¹⁵ BARROS. *O Campo da História*, p. 16

Imaginário. Dessa forma, salienta-se que algumas abordagens realizadas estão articuladas às dicotomias inscritas na sociedade brasileira, concernentes às discussões e perspectivas quanto ao desenvolvimento do País. De modo somático, visto que o recorte temporal deste estudo se insere no contexto da Guerra Fria, o imaginário construído em torno do comunismo, seja no sentido de ameaça à Pátria ou como meio de angariar reformas sociais, também teve significativa inserção no todo das argumentações.

Em termos específicos, as abordagens vinculadas aos domínios supracitados foram distribuídas em quatro capítulos. Considerando que ao longo de todo o trabalho as explanações procuram destacar as particularidades da PM de Minas em relação ao Exército e à DSN, o primeiro capítulo tem por intento discorrer, comparativamente, sobre a evolução histórica de ambas as corporações até o ano de 1964. Nesse sentido, apesar do enfoque convergir para a PMMG, não seria coerente desvincular o Exército Brasileiro das discussões, uma vez que suas origens estão interligadas. Além disso, partindo do pressuposto de que PM e Exército são corporações militares distintas, o estudo comparativo entre elas, tomando por base publicações internas e textos constitucionais, termina por elucidar as características que lhes são correspondentes. Destarte, estabelecida essa dessemelhança, é possível compreender com maior facilidade o quanto os policiais militares mineiros foram desvinculados de suas funções para atenderem aos postulados da Doutrina de Segurança Nacional.

Ressalva seja aberta ao fator tempo, é certo que o primeiro capítulo extravasa o recorte cronológico no qual se inscreve a maior parte deste trabalho. Para tanto, toma-se aqui como justificativa, o argumento de Marc Bloch de que “o recorte mais exato” para abordar determinado assunto “não é forçosamente o que faz uso da menor unidade de tempo”, mas aquele capaz de viabilizar sua compreensão¹⁶. Além disso, admitindo que o “ofício de historiador” exige a compreensão “do presente pelo passado”¹⁷, muitas das razões que condicionaram a ascensão dos militares ao poder em 1964, estão vinculadas ao processo de institucionalização das corporações militares ao longo da história do País, bem como suas articulações entre si, com a sociedade e com próprio Estado brasileiro. No mais, como defende Madeleine Rebérioux, “quando um historiador volta suas atenções para um problema, nunca o isola de outros”. Assim, “mesmo quando seu período de trabalho é muito curto, será incompreensível sem o que o precede e o que o segue”¹⁸.

¹⁶ BLOCH. *Apologia da História*, pp 150-151.

¹⁷ BLOCH. *Apologia da História*, p. 25.

¹⁸ REBÉRIOUX. *História e Representação*, p. 118.

Quanto ao segundo capítulo, reconhecendo que em meio aos reflexos da Guerra Fria os embates observados no Brasil estiveram vinculados às perspectivas do tipo de país que ele deveria se tornar, seu conteúdo está direcionado ao projeto de desenvolvimento proposto pelos militares, a partir da DSN. Sobre o assunto, além da bibliografia compilada e submetida a análises comparativas, as informações mais relevantes provieram dos estudos publicados pelo General Golbery do Couto e Silva, principal ideólogo da referida doutrina no Brasil.

Em termos de contexto geral, Paulo Vizontini esclarece que entre o fim do Estado Novo e a queda de João Goulart, o Brasil foi marcado pela disputa entre os chamados “nacionalistas” e “entreguistas”, que defendiam projetos de desenvolvimento distintos para o País. Segundo o autor, enquanto o primeiro grupo “buscava certa margem de autonomia frente aos Estados Unidos, para impulsionar” a industrialização “calcada em certa perspectiva de reforma social”, o segundo apoiava-se “nas fronteiras ideológicas definidas pela Escola Superior de Guerra e pelo liberalismo econômico”¹⁹.

Inseridos evidentemente no segundo grupo, os militares direitistas, entendendo que o “binômio desenvolvimento e segurança era a única resposta para a solução dos problemas” nacionais, assumiram o poder e “promoveram a submissão das atividades da Nação aos postulados da DSN”²⁰. Antes porém, tais militares, procurando legitimar essa atitude como necessária aos interesses maiores do País e que só as Forças Armadas poderiam garantir, engendraram a “idéia de Pátria em perigo”, a partir da qual fundamentaram o projeto de desenvolvimento que julgavam cabível para o Brasil. Assim, embora para efeitos comparativos o segundo capítulo agregue algumas argumentações atinentes às perspectivas de desenvolvimento preconizadas por parte dos chamados nacionalistas, de um modo geral seu conteúdo se atém, mais especificamente, à articulação estabelecida pelos militares direitista, entre a DSN e a política de desenvolvimento nacional por eles traçada.

Na continuidade, visto o compromisso assumido pelo governo de Minas Gerais, de iniciar o levante militar contra o governo federal, coadunado com o “complexo ESG/IPES/IBAD”, o terceiro capítulo se ocupa em constatar a identificação da sociedade mineira com a DSN, em particular com os policiais militares. Nesse sentido, considerando a literatura e os depoimentos sobre o assunto, não faltam argumentações que ratificam o exposto. Assim, mediante o trabalho desenvolvido, é possível afirmar que em Minas, a DSN encontrou suficiente respaldo para engendrar a idéia de legitimidade, condição admitida como importante por alguns estudiosos, para a sua aplicabilidade. Aqui, reconhecendo como Márcia

¹⁹ VIZENTINI. *Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente*, p. 197.

²⁰ BORGES. *A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares*, p. 25 e 36.

Pereira da Silva, que “para ser legítimo, o poder deve pautar-se em crenças e valores constituintes do querer de um número majoritário dos membros do Estado”²¹, em Minas Gerais as manifestações de apreço aos militares e de oposição ao governo Goulart assim faziam crer, como será demonstrado oportunamente.

Apesar do exposto, cabe deixar claro não ser pretensão deste trabalho exprimir a idéia de que apenas o governo de Minas Gerais partilhou a ideologia contida na DSN, direta ou indiretamente, uma vez que tal argumentação seria inconcebível. No entanto, apesar de admitir sua incidência em âmbito nacional, com variações de intensidade em cada estado federado, o intento é destacar as particularidades que a referida doutrina assumiu em Minas. Nessa linha, salienta-se que os estudos publicados têm dispensado pouca notoriedade sobre o assunto, com raras exceções, a exemplo do livro *Os Senhores das Gerais* de Heloísa Starling. Além disso, a abordagem é significativa, não apenas pelo fato de Minas Gerais ter abrigado as condições favoráveis ao início do levante militar, mas principalmente pelo fato dos policiais militares mineiros terem sido adequados a um tipo de ação inscrita na DSN, nos idos de 1964.

Sobre o quarto capítulo, uma vez verificado que os policiais militares mineiros se encontravam identificados com a DSN, ele tem por finalidade elucidar como e em que medida eles foram desvinculados de suas funções de segurança pública, para atuarem como força combatente. Além disso, cumpre também ao capítulo, discorrer sobre os fatores que resultaram na idéia da necessidade do envolvimento da PMMG no processo destinado a ascender as Forças Armadas ao poder político nacional. Para tanto, as publicações da própria Corporação, os depoimentos de alguns militares e os periódicos foram de grande valia.

Por fim, apesar de não compor propriamente um capítulo, a seção de fotos tem por finalidade viabilizar uma outra perspectiva de análise sobre a adequação dos policiais militares ao âmbito da guerra. Entretanto, cabe deixar claro que, embora elas corroborem com o conteúdo tratado no capítulo quatro, não foram utilizadas especificamente com tal propósito. Nesse sentido, admitindo como Michel Vovelle, que as imagens possuem “confissões involuntárias”²², seu tratamento enquanto fonte não deve se prestar apenas “como mera ilustração” para se confirmar o que “já foi percebido através do discurso escrito”. Assim, como afirma José D’Assunção, “a imagem visual tem ela mesmo algo a ser dito”, realidade que impele a cada observador fazer as perguntas cabíveis que a “faça falar”²³.

²¹ SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, p. 50.

²² VOVELLE. *Ideologias e Mentalidades*, p. 70.

²³ BARROS. *O Campo da História*, p. 106.

Pertinente ao tratamento dispensado às fontes, salienta-se que o método utilizado foi o comparativo. Para tanto, admitindo a definição de “metodologia” como “o domínio da estrutura e do procedimento lógico do conhecimento científico”²⁴, segundo Henri Pirenne, o método comparativo é o “instrumento capaz de transformar a história em uma ciência, ao permitir a passagem da descrição para a explicação dos processos históricos”²⁵. Além disso, como argumenta Witold Kula, “nenhum trabalho científico (...) pode dispensar totalmente o método comparativo, pois é impossível a introdução de novos elementos em um terreno qualquer do conhecimento sem compará-los com os já conhecidos”²⁶.

Do mesmo modo, Marc Bloch também defendia a validade do método comparado para os fins científicos. Discorrendo ser uma “ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo de documento”, uma vez que a “história só é feita recorrendo-se a uma multiplicidade” deles, compará-los criticamente termina por viabilizar informações mais seguras ao assunto abordado. Nesse ponto, o autor destaca que o “trabalho de comparação” necessariamente acarreta “ressaltar tanto semelhanças como diferenças” de um corpo de fontes, a fim de angariar dados reincidentes úteis à pesquisa²⁷. Na mesma linha, Giovanni Sartori afirma que “para encontrar uma semelhança” entre “certas coisas comparáveis” é “preciso isolá-la de tudo o que não é semelhante. Em outras palavras, a semelhança precisa ser ‘extraída’ da dessemelhança” pois, “se as diferenças não forem bem identificadas”, as analogias “correm o risco de serem fraudulentas ou confusas”²⁸.

Considerando o exposto, para os fins deste estudo, todas as informações tomadas como efeito de verdade derivaram explicitamente do trabalho de compilação, comparação e seleção dos dados análogos entre as fontes. Relativo aos procedimentos, uma vez compiladas as fontes, elas foram agregadas em classes ou tipos, condição admitida como essencial para os fins comparativos, segundo Sartori²⁹. Feito isso, a etapa seguinte consistiu em comparar o conteúdo das fontes de cada classe, com o propósito de verificar e destacar as informações reincidentes. Cumprida essa prática em relação às publicações institucionais, periódicos e depoimentos orais, o próximo passo foi efetuar nova comparação, agora entre as classes, a partir das informações selecionadas.

Desse crivo, os dados análogos foram digitados, arquivados e utilizados ao longo dos capítulos, de acordo com a necessidade e em conformidade com a fundamentação teórica.

²⁴ SARTORI. *A Política*, p. 214.

²⁵ CARDOSO. *Os Métodos da História*, p. 410.

²⁶ KULA. *Problemas y métodos de la historia económica*, p. 571.

²⁷ BLOCH. *Apologia da História*, p. 27 e 109.

²⁸ SARTORI. *A Política*, p. 208.

²⁹ SARTORI. *A Política*, p. 209.

Aqui, admitindo que tais cuidados não se prestam apenas às fontes, mas também à bibliografia, neste trabalho as citações dela decorrentes, em regra, também foram submetidas a análises comparativas. Nesse sentido, como entende Eliseu Verón, para a obtenção de determinada informação “não se analisa jamais um texto: analisa-se pelo menos dois, quer se trate de um segundo texto escolhido explicitamente para a comparação, quer se trate de um texto implícito (...) introduzido pelo analista” para tal propósito³⁰.

Embora como esclarecido, este trabalho tenha se pautado pelo método comparativo, compreendendo que cada tipo de fonte requer uma atenção diferenciada, paralelamente isso foi observado. Reconhecendo que as publicações institucionais e os periódicos compõem o conjunto das fontes escritas deste estudo, quantitativamente majoritárias, algumas considerações sobre o assunto são oportunas. Partindo do princípio de que qualquer texto “é simultaneamente um ‘objeto de significação’ e um ‘objeto de comunicação’ complementares entre si”, especial atenção foi dispensada não só ao aspecto “estrutural do texto”, mas principalmente à relação estabelecida “entre um destinador e um destinatário”. Para tanto, segundo José D’Assunção, a análise da fonte escrita deve “contemplar simultaneamente três dimensões fundamentais: o intratexto”, que avalia o texto como objeto de significação, o “intertexto”, que prima pela comparação de um texto com outros, e o “contexto”, que corresponde “à relação do texto com a realidade que o produziu”³¹.

Claramente, embora sem negar a preocupação com o intratexto, as duas últimas dimensões se prestaram mais aos propósitos deste trabalho. Assim, partilhando a idéia de que “todo texto é produzido em um lugar que é definido não apenas por um autor, pelo seu estilo e pela história de vida deste autor, mas principalmente por uma sociedade que o envolve”³², o trabalho aqui desenvolvido procurou, dentro do que foi possível, estabelecer as devidas comparações e contextualizações entre as fontes e o momento histórico em que elas se inscrevem. Para tanto, salienta-se o esforço constante destinado a evitar os perniciosos juízos de valor, bem como anacronismos. Nessa linha, como afirmava Marc Bloch, o objetivo da “análise histórica” é “compreender” e não “julgar”. No mais, um “fenômeno histórico nunca pode ser explicado plenamente, fora do estudo de seu momento”³³.

Para concluir as explanações sobre metodologia, relativo às fontes orais, apesar de seu emprego ter se prestado de modo complementar, porém importante, algumas argumentações específicas são pertinentes. Sobre o assunto, salienta-se que as entrevistas

³⁰ VERÓN. *A Produção do Sentido*. Citado em: BARROS. *O Campo da História*, p. 139.

³¹ BARROS. *O Campo da História*, pp 136-137.

³² BARROS. *O Campo da História*, p. 137.

³³ BLOCH. *Apologia da História*, p. 30 e 60

realizadas e utilizadas neste trabalho, se enquadram no que Alice Beatriz Lang definiu como “depoimentos orais”. Para a autora, as fontes orais podem assim ser consideradas, quando o interesse do pesquisador é obter informações referentes à atuação ou ligação do indivíduo em ocasiões ou fatos específicos, que se inscrevam no seu objeto de estudo³⁴. Assim foi feito.

Quanto à realização das entrevistas, admitindo que os militares entrevistados tiveram um papel diferenciado frente aos acontecimentos históricos que se prestaram a esta pesquisa, elas não obedeceram a uma padronização rígida. Fundamentando a questão, Paul Thompson argumenta que “ser bem-sucedido ao entrevistar exige habilidade”, uma vez que muitas são as formas para se obter as informações. Desse modo, conforme o autor, o bom entrevistador é aquele que consegue desenvolver “uma variedade do método” que o harmonize com o entrevistado, a fim de produzir os melhores resultados³⁵.

Pelo discorrido, é possível dizer que o pesquisador não deve se limitar à execução de entrevistas com procedimentos gerais para todos os casos. Partilhando idéia afim, Jorge Eduardo Lozano defende que o entrevistador “é algo mais que um gravador que registra os indivíduos, pois procura fazer com que o depoimento não desloque a pesquisa e a conseqüente análise histórica”³⁶. Cabe esclarecer que, ao valer da citação “fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa”, não se tem por intenção expressar que o entrevistador controle a entrevista no sentido de obter as respostas que ele quer ouvir. Pelo contrário, o intento é salientar que a entrevista seja conduzida de modo inteligível, a fim de conseguir uma quantidade significativa de informações relativas ao objeto de estudo, explorando com oportunismo as possibilidades apresentadas pelo entrevistado.

Na mesma linha de entendimento, Pierre Bourdieu propõe uma série de procedimentos que possibilitam encadear “uma comunicação não violenta” entre entrevistado e entrevistador. Para tanto, o autor deixa implícito ser de fundamental importância a capacidade do pesquisador inteirar o entrevistado ao objeto de sua pesquisa, bem como empregar uma linguagem adequada que os aproximem. Dentre outras recomendações, o autor também sugere ser necessário ao pesquisador “tentar situar-se em pensamento no lugar que o entrevistado ocupa no espaço social”, não no sentido de “executar a projeção de si em outrem”, mas sim de ater-se às “condições sociais das quais ele é produto”, a fim de conduzir a entrevista de modo inteligível³⁷.

³⁴ LANG. *História Oral*, p. 31.

³⁵ THOMPSON. *A Voz do Passado*, p. 254.

³⁶ LOZANO. *Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*, p. 17.

³⁷ BOURDIEU. *A Miséria do Mundo*, pp 695-700.

Nesse contexto, tomando as entrevistas utilizadas para os efeitos deste trabalho, a realizada com o Coronel Georgino Jorge de Souza, por exemplo, teve um caráter mais formal e eloqüente que as dos demais militares entrevistados, cujas informações foram transmitidas em meio a grande emotividade. Assim, enquanto as informações do referido Coronel estão mais vinculadas à história tida como oficial, em razão do conhecimento que o entrevistado tem dela, os outros militares que ele comandou e não foram por ela agraciados, viram nas entrevistas uma oportunidade para exporem o que viveram, presenciaram ou interpretaram, muito em virtude de seus nomes não terem ficado registrados na memória coletiva.

Por fim, proferidas essas considerações iniciais, salienta-se que a partir das fontes e da fundamentação teórica, este trabalho procurou traduzir, com base na DSN, o ponto de vista dos militares sobre o Brasil, especialmente entre o término da Segunda Guerra Mundial e a queda de João Goulart. Todavia, considerando não existir esforço suficientemente capaz de eliminar os efeitos da subjetividade em um trabalho científico, as explanações aqui tecidas, embora metodologicamente e teoricamente fundamentadas, não fogem a essa regra. Assim, admitindo como Adam Schaff, que o conhecimento “é um processo de acumulação das verdades parciais” que tende “ao limite que é o conhecimento completo”, inalcançável e “infinito”³⁸, as idéias aqui encadeadas não têm a presunção de se apresentarem como verdades absolutas. Portanto, considerando que a própria “racionalidade científica” demanda a “mutabilidade do conhecimento”³⁹, qualquer embate sobre o assunto aqui abordado é pertinente.

³⁸ SCHAFF. *História e Verdade*, p. 113.

³⁹ LUZ. *Natural; Racional; Social*, p. 30.

CAPÍTULO 1

A POLÍCIA MILITAR MINEIRA E O EXÉRCITO BRASILEIRO EM UM BREVE ESTUDO HISTÓRICO COMPARADO.

Compreender as razões que envolvem a vinculação entre o Exército Brasileiro - EB - e as Polícias Militares em meados do século XX requer, inicialmente, estabelecer algumas considerações que possibilitem um certo esclarecimento sobre essas corporações, sobretudo quanto aos seus respectivos campos de atuação. Para tanto, uma breve abordagem comparativa sobre suas origens e evolução ao longo da história do País, com ênfase na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG, faz-se viável para uma melhor compreensão sobre o estudo proposto, particularmente em relação ao capítulo quatro.

Embora atribuam datas de origens distintas, é possível observar que o Exército Brasileiro e a Polícia Militar mineira têm um histórico de formação convergente durante o período colonial, uma vez que, “reproduzindo a estrutura e o pensamento ibérico”, tais corporações atuaram “em diversos momentos de forma integrada, seja na defesa de fronteiras ou na manutenção da ordem pública”⁴⁰. Além disso, como argumenta o Coronel Sena, “nos tempos coloniais não havia um Exército Nacional homogêneo, com unidade de comando como o entendemos nos dias atuais.” Para ele, ao contrário, “as forças terrestres eram locais”, destinadas a “atribuições policiais e sob o controle (...) do Comandante das Armas das capitânias”⁴¹. Com similar entendimento, João Camilo Torres define que antes “do período regencial não havia distinção entre uma tropa de Exército, destinada à segurança nacional, e à tropa policial, visando manter a ordem”⁴².

Admitindo, como Sahid Maluf, que o Brasil só atingiu sua “condição de Estado” com a proclamação da “independência”⁴³, seria incoerente conceber como Exército Nacional qualquer força militar anterior a 07 de setembro de 1822. Todavia, partindo do pressuposto de que suas raízes remontam ao período colonial, a Corporação considera a vitória sobre os holandeses em Guararapes⁴⁴ o acontecimento embrionário de sua formação. Para alguns

⁴⁰ COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, p. 45.

⁴¹ SENA. *Exército Brasileiro – Ontem, Hoje, Sempre*, p. 114.

⁴² TORRES. *História de Minas Gerais*, p. 1151.

⁴³ MAFUF. *Teoria Geral do Estado*, p. 370.

⁴⁴ A reorientação da política financeira e tributária da Companhia das Índias Ocidentais em relação ao nordeste brasileiro, danosa aos interesses econômicos locais, contribuiu para desencadear um sentimento de oposição ao governo holandês, sobretudo após o retorno do Conde João Maurício de Nassau à Europa em 1644. Assim, considerando o momento oportuno, parte da população nordestina, a partir de Pernambuco, iniciou uma guerra

militares, entre eles o General João Batista Mascarenhas⁴⁵, por ocasião de referida batalha “surgiu o sentimento nativista”, que conduziu “a população a dar ao território habitado um valor mais elevado do que o da simples propriedade, porquanto robustecida pelo amor à terra natal e a noção de solo inviolável, enfim a consciência de Pátria.”⁴⁶. Assim, entendendo a Batalha dos Guararapes como sua gênese, o Exército Brasileiro adotou a data de 19 de abril de 1648 como o de sua origem, conforme é possível observar em seu brasão heráldico.

Quanto à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, estudos divulgados atribuem suas origens ao advento da mineração no século XVIII. Nessa afirmativa, há quem entenda que “a história da institucionalização de um corpo militar responsável pela polícia nas Minas do Ouro” se iniciou “em 1719 com a chegada dos Dragões em Vila Rica”, primeiras tropas militares regulares enviadas e mantidas pela Coroa Portuguesa na região. Nesse sentido, apesar de não se apresentarem como uma força especificamente preparada para exercer as atribuições vinculadas a manutenção da ordem pública, os Dragões sofreram “um processo de especialização policial precoce”, pois, “para que o coração da América Portuguesa bombeasse o sangue dourado com regularidade, seria necessário manter em níveis toleráveis a tranqüilidade e o sossego públicos”⁴⁷.

Entretanto, com o passar dos anos e o gradativo aumento populacional observado na Capitania em função da atividade aurífera, as companhias de Dragões, tanto pelo custo quanto pela distribuição e organização, deixaram de atender aos plenos interesses da Coroa Portuguesa, sendo, portanto, reorganizadas. Desse modo, em 1775, com a dissolução das suas três companhias, compostas por 242 militares, o governador Dom Antônio de Noronha criou o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, composto por mais de 400 militares divididos em oito companhias custeadas com recursos da própria Capitania. Na ocasião, integrava a Sexta Companhia o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, vulgo Tiradentes⁴⁸.

Relativo a data de fundação, embora a Corporação admita o dia 09 de junho de 1775 como seu marco inicial e por conseqüência sua data comemorativa, Francis Cotta argumenta

entre 1645 e 1654, cujo marco foi a Batalha de Guararapes em 1648. Derrotados os holandeses, Portugal retomou o controle colonial sobre a região.

⁴⁵ O General João Batista Mascarenhas foi o comandante da Força Expedicionária Brasileira – FEB, enviada à Itália em 1944 por ocasião da Segunda Guerra Mundial.

⁴⁶ SENA. *Exército Brasileiro – Ontem, Hoje, Sempre*, p. 21. Além disso, o Exército Brasileiro tem o acontecimento como significativo, pelo fato de nele terem participado elementos que para a Corporação compõem o povo brasileiro, ou seja, brancos, negros e índios. No mais, é salutar o fato da vitória sobre os holandeses ter ocorrido com base em uma força nativa, uma vez que Portugal, amarrado a um tratado de paz anterior com a Holanda, não chegou a empregar de fato suas forças militares no conflito.

⁴⁷ COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, p. 45.

⁴⁸ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 40. Ver também: SENA. *Exército Brasileiro - Ontem, Hoje, Sempre*, p. 62. O posto de Alferes era equivalente ao de um Segundo Tenente nos dias atuais. MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p. 104.

que essa data “não tem apoio documental”, apesar de ser referendada por alguns estudiosos militares⁴⁹ e até pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais - IHGMG⁵⁰. Para o autor, essa data atribuída como oficial no livro *Crônica Militar*, editado em 1960 e de autoria do estudioso Augusto de Lima Júnior, não derivou de uma pesquisa mais aprofundada que lhe atribuísse sustentação. Assim, após anos de pesquisa, inclusive em Portugal, Francis Cotta, não encontrando documentos que ratificassem a informação de Lima Júnior, chegou a conclusão de que seria mais coerente atribuir ao mês de janeiro de 1775 a importância como marco inicial da Polícia Militar de Minas Gerais, já que data desse mês à determinação régia que criou o Regimento Regular de Cavalaria.

Esse Regimento, que a Polícia Militar mineira tem como sua célula mater, embora preparado para o “combate em uma guerra regular”, aprimorou-se no exercício da “manutenção da ordem pública”⁵¹. Nessa perspectiva, em um ambiente marcado por contrastes, em que a opressão e a miséria potencializavam a prática da violência, a ação dos militares consistia em manter os interesses da Coroa Portuguesa. Para tanto, era preciso atuar em relação a todos aqueles que não usufruíam as benesses auríferas ou o faziam de modo fraudulento. Pertinente a esses “desclassificados do ouro”, como define Laura de Mello e Souza, cabiam aos militares do Regimento de Cavalaria executar as ordens de coação para que não incorressem na prática da vadiagem e as de coerção nos casos de tipologia criminal⁵², bem como trabalhos de escolta de valores e fiscalização.

Apesar das considerações sobre suas origens, na verdade não existia uma distinção clara entre as forças terrestres quanto às atribuições de segurança pública e a prática de guerra, durante o período colonial. Como esclarece o Ten Cel Marco Filho, na capitania de Minas o Regimento Regular de Cavalaria executava “missões de natureza militar” (no sentido da guerra) “e de natureza policial”⁵³. Tal realidade também fora constatada e relatada por alguns viajantes que percorreram a região em princípios do século XIX, como August de Saint-Hilaire. Segundo o naturalista francês, “a província de Minas Gerais” possuía “um

⁴⁹ Como em MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p. 6. Apesar de mencionar a referida data, salienta-se que na ocasião em que o livro foi publicado, ou seja, 1990, a Corporação considerava como a data de sua fundação o dia 10 de outubro de 1831, ocasião em que foi criado o Corpo de Guardas Municipais Permanentes em Minas Gerais, substituto do Regimento Regular de Cavalaria de Minas.

⁵⁰ Segundo Francis Albert Cotta, foi após estudo encomendado pela Polícia Militar mineira a esse Instituto em 1992, que a data de 09 de junho de 1775 passou a ser considerada oficial, em substituição a de 10 de outubro de 1831. Entretanto, os estudos do IHGMG também tomaram como base de análises as informações de Augusto Lima Júnior, fato que viabilizou considerar Tiradentes como membro da Corporação e não apenas patrono. COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, pp 64-65.

⁵¹ COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, pp 68-70.

⁵² SOUZA. *Desclassificados do Ouro*.

⁵³ MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p. 7.

Regimento de Cavalaria pago pelo seu próprio tesouro e cujo serviço” era “especialmente consagrado a esta província, mas que” podia “em caso de necessidade ser chamado a atuar alhures, a serviço do soberano”⁵⁴.

Na perspectiva da guerra contra o inimigo externo, o Coronel Sena, abordando os conflitos pela delimitação territorial na região da Bacia Platina em meados do século XVIII, argumenta que a atuação de parte dos Dragões (militares) da Capitania de Minas, representou a “força terrestre profissionalizada, braço armado da Nação que nascia ao sudeste do continente americano”⁵⁵. Aqui, implicitamente, percebe-se uma correspondência histórica entre a Polícia Militar mineira e o Exército Brasileiro, não só no sentido de atuação militar, como também no limiar de um sentimento nativista ainda no período colonial.

Não obstante as vinculações entre os primórdios das duas Corporações nesse período, seus respectivos processos organizacionais só ganharam projeção a partir das necessidades demandadas pelas Guerras Napoleônicas e a conseqüente transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808. Tais fatos passaram a exigir do Príncipe Regente um maior aparato militar para o Brasil, tanto no trato com inimigos externos, quanto de ordem pública. Sem muitas alternativas iniciais, uma vez que não era interessante a política colonialista que o Brasil tivesse constituído maior poder militar que a Metrópole, Dom João empreendeu um conjunto de medidas no intuito de minorar o problema, reorganizando e otimizando as forças de terra e mar na nova sede da Monarquia Portuguesa. Para tanto, se por um lado contou com o auxílio dos militares portugueses que o acompanharam e a proteção de unidades da marinha inglesa, por outro, teve que dispor dos efetivos já constituídos ao longo do território brasileiro, já que a maior parte das forças militares lusitanas ficaram na Europa Ocidental, unidas à Inglaterra na luta contra os franceses.

Mediante os acontecimentos, Dom João “organizou o primeiro ministério para assessorá-lo na antiga Colônia, em 11 de março de 1808. Entre as secretarias instituídas” se encontrava a dos “Negócios Estrangeiros e da Guerra, geratriz dos Ministérios das Relações Exteriores e do Exército”⁵⁶. Além disso, criou o Primeiro Regimento de Cavalaria no Rio de Janeiro, já entendido como unidade do Exército⁵⁷, por força da Lei datada de 13 de maio de 1808. Para tanto, desmembrou o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, tomando-lhe duas companhias, ao mesmo tempo em que organizou as demais sob a denominação de

⁵⁴ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 41.

⁵⁵ SENA. *Exército Brasileiro – Ontem, Hoje, Sempre*, p. 20.

⁵⁶ SENA. *Exército Brasileiro – Ontem, Hoje, Sempre*, p. 217.

⁵⁷ COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, p. 73.

Regimento de Cavalaria de Linha, termo adiante alterado para “Segundo Regimento de Cavalaria, com parada em Vila Rica”⁵⁸.

Com o fim do período Joanino e a proclamação da independência em 1822, teve início uma nova fase na história militar do Brasil, marcada pela necessidade da institucionalização das forças de terra e mar junto ao novo Estado. Aqui, como admite Maquiavel, “sem possuir armas próprias, nenhum” Estado “está seguro, antes, está à mercê da sorte, não existindo virtude que o defenda nas adversidades”⁵⁹. Tal preocupação, observada antes mesmo do reconhecimento da emancipação do Brasil por parte de Portugal, pode ser verificada no Artigo 150 da Constituição de 1824, ao determinar que “uma Ordenança especial” regulasse “a organização do Exército do Brasil, suas promoções, soldos e disciplina, assim como da Força Naval”⁶⁰. Tomando por base essa determinação constitucional, no dia 24 de novembro de 1830, foi publicada a Lei que reorganizou o Exército Brasileiro. “Nela suprimiu-se o Primeiro Regimento de Cavalaria no Rio de Janeiro, continuamente desfalcado e pouco disciplinado”, enviando parte do seu parco contingente para o Rio Grande do Sul. Todavia, na oportunidade, o Segundo Regimento de Cavalaria de Minas Gerais passou a constituir o Primeiro Corpo de Cavalaria do Exército, com parada destinada ao Rio de Janeiro⁶¹. Novamente é notória a vinculação histórica entre a futura Polícia Militar mineira com o Exército Brasileiro.

Destarte a Lei datar de 1830, “no ano seguinte nenhuma providência havia sido tomada”, dada às implicações que sua execução desencadearia na província de Minas. A esse respeito, em resposta ao Aviso Regencial de 02 de agosto de 1831, que ratificava o cumprimento da Lei, o presidente Melo e Souza argumentou quanto à inviabilidade de desfalcar a Província de Minas de sua força militar, uma vez que feito isso sem uma forma de compensação a contento, o resultado seria a desordem, o aumento do contrabando e da violência, bem como o prejuízo da própria fazenda imperial⁶².

Avaliando as razões fundamentadas por Melo e Souza, o Ministro da Guerra deliberou quanto ao assunto de modo obediente a Lei de 24 de novembro de 1830, mas atendendo também aos interesses da província de Minas. Para tanto, determinou que o Primeiro Corpo de Cavalaria do Exército fosse constituído por 397 militares provenientes dos outrora chamados Segundo Regimento Regular de Cavalaria de Minas e Primeiro Regimento

⁵⁸ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 43.

⁵⁹ MAQUIAVEL. *O Príncipe*, p. 57.

⁶⁰ CAMPANHOLE. *Constituições do Brasil*, p. 806.

⁶¹ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 44.

⁶² Baseado no Ofício de 31 de agosto de 1831, destinado ao governo regencial. Ver: SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, pp 44-47.

de Cavalaria, que manteve uma companhia destacada no Rio de Janeiro por ocasião de sua transferência para o Rio Grande do Sul. O cumprimento desta determinação, resultou um efetivo excedente, disponibilizado para constituir um corpo militar que atendesse aos interesses da província de Minas. Além disso, dentro do plano distributivo do Exército pelo Brasil, o Primeiro Corpo de Cavalaria foi mantido em Ouro Preto, local em que permaneceu até 1834, quando foi transferido para o Rio de Janeiro⁶³.

Devido à necessidade da constituição de uma força militar mais voltada para as ações pertinentes a manutenção da ordem pública, foi criado no Rio de Janeiro, por força da Carta de Lei de 10 de outubro de 1831, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Pela mesma Lei, em seu Artigo 2º, as demais províncias também ficaram autorizadas a “criarem iguais corpos”. “Em Minas Gerais, o Aviso de 11 de novembro assinado por Feijó”, deliberou que o efetivo militar excedente ao Primeiro Corpo de Cavalaria do Exército fosse aproveitado para tal fim⁶⁴. Assim, em 12 de dezembro de 1831, na Reunião do Conselho da Província, foi criado o Corpo de Guardas Municipais de Minas Gerais que, no dia 16 do mesmo mês, recebeu seu primeiro comandante, o Alferes Francisco de Assis Manso da Costa Reis⁶⁵. Até 1992, o Corpo de Guardas Municipais fora considerado a célula mater da Polícia Militar mineira. Entretanto, no ano supracitado, após o já referido estudo realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, a Corporação passou a considerar como sua força embrionária, o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, criado em 1775⁶⁶.

Com o desprestígio do Exército Brasileiro pelo governo regencial⁶⁷, bem como seu direcionamento para a proteção de fronteiras, em especial na região Platina, coube a Guarda Nacional⁶⁸ e aos Corpos de Guardas Municipais Permanentes⁶⁹, as ações vinculadas à

⁶³ O efetivo do Exército Brasileiro para o ano de 1831 foi fixado em 12 mil homens. SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 49.

⁶⁴ MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p.7. Ver também: SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p.53. E ainda: COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, p. 75.

⁶⁵ Composto por 418 militares divididos em 4 companhias, foi destinado ao emprego “na Capital e demais povoações da Província”. MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p. 7. Na ocasião, atenderia a uma população estimada entre 800 mil a 1 milhão de habitantes, segundo Ofício de Melo e Souza à Regência em 31 de agosto de 1831. SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 45. Quanto à instalação, o Corpo de Guardas ocupou “o quartel da chácara do Xavier”, que fora erguido a partir de 1775 durante o governo de Dom Antônio de Noronha na capitania de Minas. Situado à rua das Flores na outrora Vila Rica, o prédio, que também abrigou o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, hoje não existe mais. SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 49.

⁶⁶ A data e a origem foram alteradas após o já referido estudo encomendado pelo Comando da PMMG ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, p. 65.

⁶⁷ Durante o governo regencial boa parte dos oficiais do Exército Brasileiro ainda compunha-se de portugueses, muitos deles alheios e/ou até contrários aos interesses da aristocracia rural escravista, elite que na ocasião era composta, em sua maioria, por brasileiros.

⁶⁸ Criada por força de Lei regencial datada de 18 de agosto de 1831. MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p.8. Semelhante a sua congênere francesa, a Guarda Nacional foi criada por meio de uma Lei cuja idéia consistia em organizar um corpo armado de cidadãos confiáveis, capazes de reduzir tanto os excessos do

manutenção da ordem interna. Quanto a esses últimos, data de 22 de outubro de 1831 o Decreto que deliberou quanto às suas “normas de regulamentação”, ato discricionário conseqüentemente observado pelo presidente da Província de Minas Gerais. Por tal Decreto, os Corpos de Guardas Municipais passaram a ter como atribuições legais boa parte das ações atualmente correspondentes ao trabalho policial militar. A título de exemplo, é válido destacar as chamadas “patrulhas de segurança” que, a pé ou a cavalo, percorriam diferentes bairros ostensivamente, a fim de coibirem e reprimirem, até mesmo com o emprego de força letal se a necessidade exigisse, a prática de atos contrários à ordem pública estabelecida⁷⁰.

Na continuidade, em 15 de dezembro de 1835, durante o governo de José Feliciano Coelho em Minas, foi ordenada a execução da Lei Provincial nº 08, de 28 de março de 1835, que deliberou sobre as adequações a serem realizadas junto ao Corpo de Guardas Municipais da província, denominado a partir de então como Corpo Policial⁷¹. Na ocasião, seu efetivo foi “fixado em trezentas praças de infantaria e trinta de cavalaria, incluindo-se nesse número os oficiais e sargentos”⁷². Quanto ao serviço, cabia ao Corpo Policial auxiliar a justiça, executar ações de policiamento ostensivo, manter a ordem e a segurança públicas, “tanto na capital da província e seus subúrbios, como nas comarcas, através de seus destacamentos”⁷³.

Apesar das iniciativas destinadas a institucionalização de forças policiais militares voltadas ao exercício da segurança pública, o diminuto valor regencial dispensado ao Exército Brasileiro, somado as tensões da região Platina, bem como o risco de ruptura da unidade nacional, demandaram a necessidade do empenho policial também em ações de guerra. Nesse contexto, pertinente a Província de Minas Gerais no que diz respeito ao seu envolvimento na Guerra dos Farrapos, em 02 de abril de 1841 o presidente Marechal Sebastião Barreto, “com o beneplácito da Assembléia Legislativa (...) através da Resolução nº 205”, autorizou o deslocamento de um efetivo militar para o sul do País, no qual encontrava inserido parte do

governo centralizado como as ameaças das classes consideradas perigosas pelas autoridades do Império. Na prática, a nova instituição ficou incumbida de manter a ordem no município onde fosse formada. Foi chamada em casos especiais a enfrentar rebeliões fora do município e a proteger as fronteiras do País sob o comando do Exército. Compunha-se obrigatoriamente dos cidadãos com direito a voto nas eleições primárias, com idade entre 21 e 60 anos. O alistamento obrigatório para a Guarda Nacional desfalcou os quadros do Exército, pois quem pertencesse à primeira força ficava dispensado de servir no segundo.

⁶⁹ Ao contrário da Guarda Nacional, cujo alistamento era obrigatório, os Corpos de Guardas Municipais Permanentes, também destinados a manutenção da ordem pública, eram compostos por homens que solicitavam engajamento voluntariamente, desde que possuíssem idade entre 18 e 40 anos.

⁷⁰ MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p.11.

⁷¹ O Regulamento Provincial nº 06, executado pela referida Lei nº 08, além de determinar o efetivo do Corpo Policial, estabelecia, dentre outras coisas, os critérios para provimento de postos e graduações, fardamento, questões pertinentes ao armamento, destacamentos, pagamentos, rancho, benefícios e punições. MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p.12. Ver também: COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, p. 78.

⁷² SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 66.

⁷³ COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, p. 79.

Corpo Policial⁷⁴. Por ocasião das batalhas no decorrer do ano de 1843, os policiais de Minas Gerais, integrados ao Exército Brasileiro, lutaram “sob as ordens do então Barão de Caxias, contra os federalistas Farrroupilhas”⁷⁵.

Além da Guerra dos Farrapos, outro importante acontecimento que integrou o Exército e a Polícia Militar durante o Império foi a Guerra do Paraguai. Nesse sentido, “em 1865, a tropa de Minas”, denominada Brigada Mineira e parte integrante do 17º Batalhão de Voluntários da Pátria – 17º BVP⁷⁶, tomou parte no conflito. Iniciando a marcha no dia 10 de março do mesmo ano, esse Batalhão, em 11 de janeiro de 1867, “recebeu missão de invadir o Paraguai (...) como vanguarda” das forças comandadas pelo Coronel Carlos de Moraes Camisão. Após algumas vitórias, em 1868 o 17º BVP, “entrando em ação contra forças muito superiores” obtiveram uma vitória de Pirro⁷⁷. Assim, “enfrentando a Retirada da Laguna, os mineiros, com minguido remanescente, sobreviveram à dramática travessia de Chaco e ainda se recompuseram e tomaram parte na queda de Assunção”⁷⁸. “Nos princípios de 1870, após guarnecer a praça de Humaitá, (...) o 17º Batalhão de Voluntários da Pátria embarcou de volta, chegando ao Rio de Janeiro no dia 23 de fevereiro.” Quanto aos mineiros especificamente, chegaram a Ouro Preto em 23 de março de 1870⁷⁹.

Apesar de ter sofrido alterações em seus regulamentos internos durante o Segundo Reinado, o Corpo Policial de Minas se manteve como tal até os acontecimentos que resultaram na queda da Monarquia. Com o advento da República e as transformações dela decorrentes, inclusive a projeção do Exército Brasileiro no cenário político nacional, as corporações policiais militares foram reorganizadas de modo mais rígido e assentadas nos recursos econômicos dos estados federados. No caso de Minas Gerais, a exemplo dos demais estados, em cumprimento à Lei nº 07 de 24 de outubro de 1891, o Corpo Policial recebeu a designação de Força Pública⁸⁰.

⁷⁴ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 67.

⁷⁵ MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p.07.

⁷⁶ Sob o comando do Ten Cel Enéas Galvão, o 17º BVP era constituído por elementos do Corpo Policial de Minas, “voluntários civis, elementos recrutados da Guarda Nacional e unidades paulistas. No total, até o fim do conflito, estima-se que este Batalhão tenha sido constituído por 6 mil homens. MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p.31. Já Geraldo Tito, argumenta que a Brigada de Minas fora constituída por mil e duzentos homens, entre policiais e voluntários civis. SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 73.

⁷⁷ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p.73. Ver também MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p.31.

⁷⁸ COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, p. 80.

⁷⁹ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 74.

⁸⁰ Em “1894, a Corporação mudou novamente de designação, passando a se chamar Brigada Policial de Minas Gerais, de acordo com a Lei nº 60 de 22 de julho de 1893.” Na oportunidade, seu efetivo foi fixado em 2500 homens e suas unidades passaram a denominar-se “Batalhões”. No entanto, por meio da Lei Nº 597, de 30 de agosto de 1913, novamente a força policial voltou a ser denominada como Força Pública. SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, pp 79-82.

Segundo o Ten Cel Marco Filho, por ocasião da transferência da Capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte em 1897, a Força Pública passou a elaborar seus primeiros “planos de instrução” destinados ao aprimoramento profissional, embora com características “acentuadamente” militares. Nessa perspectiva, aliás, os treinamentos e armamentos vinculados às forças públicas no início do século XX destinavam-se muito mais às ações de guerra, a exemplo do Exército Brasileiro, que às atribuições de segurança pública. A título de exemplo, basta mencionar que a Força Pública de Minas passou a fazer uso dos “conceituados fuzis Mauser” alemães, empregados nas duas grandes Guerras Mundiais, bem como se dotou de uma “Seção de Metralhadoras” em 1920⁸¹.

Além disso, em 24 de dezembro de 1912, ao firmar contrato com Roberto Drexler, então Capitão do Exército suíço comissionado no posto de Coronel da Força Pública de Minas, a Corporação, sob a subserviência do governo estadual, converteu o treinamento policial em treinamento de guerra⁸². Pertinente a essas considerações, é possível admitir que durante a República Velha a Força Pública de Minas poderia ser considerada muito mais um “exército estadual” do que uma corporação policial, uma vez que “seus manuais, cerimônias, treinamentos, processos de formação e atividades eram de natureza bélica”⁸³.

Na verdade, esse belicismo observado na Força Pública mineira era reflexo de um “movimento renovador dentro do Exército”, contrário, na ocasião, ao envolvimento dos militares nos assuntos políticos, porém favoráveis ao processo de profissionalização. Essa perspectiva, definida pela idéia do “soldado profissional”, embora não fosse unânime dentro do Exército, encontrou respaldo junto à boa parte do seu oficialato, influenciado pelo rigor do Exército alemão e, posteriormente, pela chamada “missão francesa”, que viabilizou a formulação de uma política de defesa nacional para o Brasil. No mais, “a guerra mundial chamava dramaticamente a atenção para o problema da defesa nacional e para a conseqüente necessidade de fortalecer as Forças Armadas”⁸⁴.

Respeitadas as particularidades de ambas as corporações, é possível afirmar que a República Velha marcou uma certa identificação ideológica entre a Polícia Militar mineira e o

⁸¹ MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, pp 18-19.

⁸² “Com o Coronel Roberto Drexler, a instrução se iniciara com vigor e entusiasmo e, dentro de algum tempo, grande parte da Força Pública se achava instruída, (...) adotando os métodos e processos alemães”. SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 149.

⁸³ COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, p. 91.

⁸⁴ CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, pp 27-41. Quanto a falta de unanimidade no Exército, o movimento tenentista da década de 1920, tendo como um dos seus mentores Juarez Távora, representou uma parte dos militares, sobretudo de oficiais subalternos e intermediários, que defendiam a idéia do “soldado-cidadão”. Por ela, cabia aos militares enquanto “cidadãos fardados”, o direito de “participar da vida política do país”, fato pernicioso, no entender do Comando do Exército, aos princípios da disciplina e da hierarquia.

Exército Brasileiro⁸⁵. Partilhando tal compreensão, o Exército, por meio do Decreto nº 4926 de 29 de janeiro de 1918, subordinou as Forças Públicas militares estaduais ao seu controle, admitindo-as como forças auxiliares⁸⁶. Assim, esse Decreto, ao mesmo tempo em que propunha a hegemonia do Exército Brasileiro frente ao fortalecimento exacerbado das forças policiais estaduais, também legitimou a essas últimas um condicionamento militar para além das funções de segurança pública, uma vez que poderiam ser empregadas para fins de guerra em casos de necessidade.

O belicismo da Força Pública mineira nesse período, pode ser identificado por meio dos registros de sua participação nos diversos conflitos que marcaram a década de 1920 no Brasil. Nesse sentido, após atuarem na Revolução de 1924, os policiais militares mineiros foram novamente empregados em 1925 contra integrantes da Coluna Prestes que, segundo o Comando do Exército, se encontravam praticando atividades de guerrilha em Mato Grosso. Na ocasião, o 5º Batalhão da Força Pública mineira, considerado a tropa de choque da Capital, foi deslocado para o teatro de operações e integrado às forças legalistas do Exército⁸⁷.

Essa força conjunta, composta por 2 mil homens e dispo de Seções de Metralhadoras Pesadas, se envolveu em combates “encarniçados”, como o de Couto Magalhães. Segundo o Ten Cel Marco Filho, no dia 20 de junho, às 6 horas da manhã, uma “pequena guarnição” sob o comando do Tenente Antônio Maria, identificou a presença de uma “coluna inimiga”, fato que precipitou o combate. Rastejando pela vegetação, os “rebeldes”, ao avistarem os militares mineiros que guarneciam o local, iniciaram, “com violência, tremenda fuzilaria a qual foi respondida por fortes rajadas” de “metralhadoras”, resultando mortos de ambos os lados.⁸⁸

No mesmo conflito, em fins do mês de julho, nas proximidades da cidade de Mineiros, a luta se intensificou. Segundo o Coronel Tito Silveira, o “desmantelamento das forças revoltosas” foi feito praticamente pela “Força Pública de Minas que, mediante estratégia do Major Klinger e da capacidade de resistência dos soldados”, foi minguando lentamente as possibilidades de ação dos “rebeldes”, em combates travados em pleno sertão mato-grossense. Assim, após vários dias de carnificina e privações, como a falta de água para ambos os lados, os “rebeldes abandonaram” o local, “deixando no terreno vários mortos”.

⁸⁵ COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, p. 91.

⁸⁶ MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p. 19.

⁸⁷ A Tropa Mineira agiu como Corpo Auxiliar da Brigada Gaúcha, no chamado Destacamento Centro, sob o comando do Coronel Malan, que teve o Major Bertholdo Klinger como Chefe do Estado-Maior. MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, pp 40-41.

⁸⁸ MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p 42.

Na ocasião, o retrato da violência e desolação pôde ser resumido pela imagem marcante de um soldado revoltoso que morrera no volante de um caminhão após ter sido ferido em luta corporal com um militar legalista. Notado já em estado de putrefação, acabou sendo “enterrado” isolado dos companheiros, atrás das linhas inimigas. Além disso, avaliando que o volume de cadáveres era considerável, o comando terminou por determinar ações mais práticas de higienização do campo, como a cremação dos demais “corpos dos inimigos”, devido à falta de “sapas” (pequenas pás) e de “tempo para enterrá-los”⁸⁹. Como é evidente, a integração entre a Polícia Militar mineira e o Exército Brasileiro, significativa no momento das ações que resultaram a instauração dos governos militares a partir de 1964, provém de longa data, em nome do “dever patriótico de defender as instituições e a ordem, ameaçadas por demolidores da Pátria”⁹⁰.

Outro exemplo ilustrativo que demonstra o alinhamento entre ambas as Corporações, pode ser ministrado por meio de algumas observações sobre a chamada Escola de Sargentos da Força Pública mineira. Criada em 1927, tinha por intento condicionar os praças ao oficialato. Para tanto, em um “contexto extremamente militar, onde os batalhões” eram caracterizados como sendo de “infantaria”, os “oficiais se debruçavam sobre os conhecimentos de estratégias e táticas de guerra, bem como os praças passavam o dia a limpar as metralhadoras hotchkiss, Madsem, FMZB e Stokes”. Apesar disso, há quem destaque que “num tempo em que os capacetes de aço, as baionetas e as evoluções militares eram realidades cotidianas, o estudo das humanidades”, que também fazia parte do treinamento, representou “um avanço considerável”, sobretudo para “os praças”⁹¹.

Porém, se como evidenciado até o momento, as relações entre o Exército e a Polícia Militar mineira eram de um modo geral convergentes, é válido discorrer também que em alguns momentos ela foi conflituosa. Por ocasião da Revolução de 1930, por exemplo, os policiais militares de Minas Gerais, firmando apoio ao governo estadual pró Aliança Liberal, se viram dispostos a empenharem esforços contra o 12º Regimento de Infantaria do Exército Brasileiro - 12º RI/EB. Sediado em Belo Horizonte, o referido Regimento era então favorável aos princípios constitucionais que legitimavam a presidência de Washington Luís.

⁸⁹ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, pp 99-100.

⁹⁰ Parte da congratulação enviada pelo presidente Arthur Bernardes ao Tenente Coronel Joviano de Melo, comandante de 5º Batalhão da Força Pública Mineira, por ocasião dos combates de 1925. Em 1964, discursos desta natureza também são observados pelos principais personagens que contribuíram para o implemento do regime militar, como os do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 103.

⁹¹ COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, p. 98.

Pelo fato do governo federal contar, principalmente, com significativo apoio dos estados da Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Distrito Federal, coube a Força Pública de Minas Gerais guarnecer suas fronteiras e ocupar internamente as repartições e demais unidades representativas do poder federal. Em meio a essas medidas inseridas nas chamadas “Ordens Secretas”, o presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel, ordenou ao Coronel Luis Fonseca o ataque ao 12º RI do Exército, ordem que se cumpriu por volta das 5 horas da manhã do dia 4 de outubro, devido à negativa de rendição por parte dos militares federais⁹². Em meio à intensidade do tiroteio que se seguiu, civis que se encontravam nas proximidades se dispersaram em busca de locais seguros. Na continuidade, após dias aos sons de fuzis e metralhadoras, na manhã do dia 8 de outubro, o Capitão Duarte da Força Pública de Minas conseguiu fazer chegar ao pátio dos adversários um conjunto de informações que os deixaram a par do andamento da revolução. Isso assim ocorreu, em razão dos militares do 12º RI estarem confinados no quartel com os meios de comunicações cortados, fato que inviabilizava a obtenção de notícias seguras provenientes do Comando do Exército ou do governo federal.

Na ocasião, a situação do 12º RI era desoladora. Segundo relatos de desertores, embora bem municiados e entrincheirados, os militares do Regimento padeciam de feridos sem tratamento por falta de médicos, cadáveres e cavalos mortos em estado de putrefação, mau cheiro, escassez de víveres e falta de água. Além disso, afirmaram ainda que o choro constante de “uma criança levada por sua mãe para o interior do Quartel no início do cerco policial, aumentava o sofrimento dos militares”, sem preparo adequado para lidarem com o envolvimento de civis compatriotas no âmbito da luta.

Diante das circunstâncias, por volta das 11 horas da manhã, após alguns contatos entre os comandantes de ambos os lados junto ao governo estadual e estabelecido o acordo de rendição, “a polícia ocupou o Quartel”. Para tanto, muito facilitou o atendimento à seguinte solicitação do Capitão Josué Freire: “Havendo no quartel deste Regimento alguns feridos, inclusive uma criancinha de dez meses necessitando de socorros cirúrgicos, peço, em nome da humanidade” e em conformidade aos “preceitos da Cruz-Vermelha, que seja assegurado o transporte” desses para um local apropriado onde “possam ser medicados”⁹³. Avaliando o ocorrido e a Revolução de 1930 de um modo geral, José Murilo de Carvalho argumenta que “a maior parte do êxito do movimento se deveu à ação dos dois grandes estados envolvidos,

⁹² MORAIS. *Minas na Aliança Liberal e na Revolução*, pp 419-422.

⁹³ MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, pp 68-70.

Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que contavam com suas poderosas polícias militares, tão antagonizadas pelas forças federais”⁹⁴.

Tomando por base a referida contenda em Belo Horizonte durante a Revolução de 1930, embora tenha se tratado de um combate entre militares, parece oportuno destacar a idéia defendida por Hannah Arendt de que em uma guerra civil a força policial se mostra mais confiável que o Exército, uma vez que, pelo próprio treinamento, tem mais facilidade para enxergar o compatriota, o conterrâneo, como inimigo⁹⁵. Apesar da filósofa basear sua idéia em função da experiência alemã, na qual Hitler prescindiu o uso do exército e optou pelas forças policiais na escalada do poder, no Brasil, salvo as devidas peculiaridades, algumas comparações também são cabíveis, como nos casos da Revolução Constitucionalista de 1932 e da instauração do regime militar em 1964. No primeiro caso, a Força Pública paulista foi empregada em uma guerra civil, em que terminou por lutar basicamente sozinha ao longo de nove meses contra as forças vinculadas ao governo federal. Já em 1964, a Polícia Militar mineira, de modo coeso, se encontrava preparada para os fins de uma possível guerra civil, caso João Goulart tivesse optado pela resistência.

Relativo aos acontecimentos de 1964, não há dúvidas quanto a superioridade e atuação das Forças Armadas, principalmente do Exército. Entretanto, é válido salientar que nem todos os militares partilhavam dos mesmos pressupostos quanto à tomada do poder e, mesmo os grupos articulados para tanto, temiam um confronto entre companheiros de farda. Além disso, para justificar suas ações, os militares direitistas constituíram a idéia de Pátria em perigo, a fim de viabilizarem um comportamento coercitivo contra os indivíduos considerados traidores e, portanto, indignos da condição de cidadãos brasileiros ou compatriotismo.

Claro que essa linha de pensamento foi observada junto aos polícias militares mineiros, como demonstram alguns depoimentos. No entanto, é válido ater-se ao fato de que identificar e reprimir o elemento subversivo da ordem faz parte do trabalho cotidiano do policial militar e não do Exército, que teve de incorporar tal condição. Assim, nos idos de 1964, a Doutrina de Segurança Nacional proveniente da Escola Superior de Guerra - ESG, sob a influência dos Estados Unidos, não ensinou aos policiais mineiros enxergarem o outro como inimigo, apenas os condicionou quanto aos preceitos do tipo de ordem que deveria ser mantida, circunstância indispensável para a definição do inimigo a ser combatido.

Retomando a década de 1930, os acontecimentos em Minas Gerais e a Revolução Constitucionalista haviam demonstrado ao Exército que as forças policiais detinham um poder

⁹⁴ CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, p. 62.

⁹⁵ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, p. 470.

que precisava, de fato, ser controlado. Nesse sentido, era inegável que as polícias militarizadas extrapolavam e muito, em termos de efetivos e armamentos, o necessário para uma atividade meramente policial, embora tivessem sido úteis ao próprio Exército em várias oportunidades. Além disso, analisando dados estatísticos, após 1930 os efetivos das polícias militares em vários estados, a citar Minas Gerais e São Paulo, superavam o do Exército neles distribuídos⁹⁶. Mediante tal fato, para que se tornasse viável executar qualquer política de defesa nacional, era “crucial que elas deixassem de ser forças à disposição dos governos estaduais e passassem a ser auxiliares do Exército”⁹⁷.

A perspectiva centralista do Exército, ampliada sobremaneira após a extinção da Guarda Nacional em 1918, esteve diretamente relacionada com a idéia da “intervenção moderadora”, defendida por oficiais como Bertholdo Klinger e Góes Monteiro. Apesar de ter ganhado maior notoriedade durante o Estado Novo, tal idéia, ainda na década de 1920, começou a firmar seus postulados. Por meio dela, parte da oficialidade do Exército Brasileiro passou a primar pela intervenção otimizada da Corporação na política nacional. Para tanto, era preciso a Força federal “estar aparelhada para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparada para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam”.

Essa intervenção controladora ou moderadora, “a ser levada a efeito pela Organização”, sob a orientação do seu Estado-Maior, estava condicionada a hegemonia das Forças Armadas sobre as demais corporações militares estaduais⁹⁸, muito mais obedientes aos interesses dos respectivos governos estaduais do que a um projeto destinado ao desenvolvimento nacional. Como é possível observar implicitamente, por essa idéia, também definida como soldado-corporação, parte do comando do Exército concebia como necessária à prática de medidas destinadas ao controle da ordem interna nacional, até então atribuição mais específica das corporações policiais militares.

O posicionamento do Exército em relação à política nacional pós 1930, esteve vinculado ao entendimento que os oficiais tinham de segurança nacional naquele momento, bem como seu papel no processo de desenvolvimento do País. É certo que a idéia de Segurança Nacional já podia ser observada desde o Império, como implícito no Artigo 145 da Constituição de 1824. Na oportunidade, em meio a um contexto de independência e da própria consolidação do Brasil enquanto Estado soberano, ela era entendida como “defesa da

⁹⁶ Em 1933 o efetivo policial militar de Minas Gerais era de 7.494 homens e o de São Paulo era de 6.806 homens. CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, pp. 57-58.

⁹⁷ CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, p. 96.

⁹⁸ CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, pp 41-42.

Pátria a ser preservada pela comunhão nacional contra o agressor externo” ou colonialistas descontentes⁹⁹. Entretanto, a partir da missão francesa pós-Primeira Guerra Mundial, a nova concepção de defesa passou a abranger “todas as dimensões relevantes da vida nacional, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas como a siderúrgica”¹⁰⁰.

Incorporando a idéia de que “segurança é desenvolvimento e sem desenvolvimento não há segurança”¹⁰¹, parte dos oficiais das Forças Armadas chamou para si a responsabilidade de contribuir para o progresso do País. Todavia, como ainda não haviam alcançado a maturidade política necessária para assumirem o poder, divergiam quanto ao melhor modo de atuação. Assim, enquanto alguns apoiavam a política nacional-industrialista de Getúlio Vargas, sustentando suas pretensões centralistas, outros propunham maior envolvimento das Forças Armadas, argumentando que “países incultos como o Brasil deviam ser tutelados pela corporação mais bem organizada e menos viciada, pela elite mais autorizada e mais forte”, ou seja, “o Exército”¹⁰².

Segundo José Murilo de Carvalho, “a desunião inicial dos militares permitiu a Vargas, mestre da manipulação, utilizá-los em benefício de seus interesses políticos”. A ele interessava a “existência de uma força armada suficientemente forte para servir de contrapeso às remanescentes lideranças oligárquicas”¹⁰³, mas não tão forte que pudesse prescindir sua liderança. Desse modo, Vargas foi se equilibrando no poder, empreendendo um governo ao mesmo tempo nacional-desenvolvimentista e de controle das massas, que gradativamente foi agradando a uma significativa parcela dos militares federais, base de apoio importante aos seus propósitos. Além disso, tratou de atender boa parte das reivindicações das Forças Armadas, como a ampliação dos orçamentos e efetivos, aquisição de armamentos, melhoramento da estrutura física e minimização dos conflitos internos via expurgos. No mais, legitimou o Exército como corporação hegemônica frente às forças policiais militares estaduais, condição tida como essencial à execução de qualquer política de defesa nacional.

Mediante tal compreensão, terminada a Revolução Constitucionalista de 1932, como conseqüência, foram iniciados os trabalhos destinados ao implemento de uma nova Carta Magna para o País. Em meio aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, as discussões quanto à reorganização das forças públicas estaduais ganharam relevante atenção.

⁹⁹ BICUDO. *Segurança Nacional ou Submissão*, p. 13.

¹⁰⁰ CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, p. 29.

¹⁰¹ BICUDO. *Segurança Nacional ou Submissão*, p. 43.

¹⁰² CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, p. 71.

¹⁰³ CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, p. 105.

Dentre as propostas apresentadas, a Emenda de nº 829, do Coronel Octávio Campos do Amaral, defendia que as polícias militares, denominadas por ele milícias estaduais, passassem a ser “consideradas parte integrante das forças nacionais permanentes”. Em sua justificativa, o Coronel argumentou que a medida se fazia necessária para ampliar a “eficiência do aparelho de defesa nacional” e submeter as polícias militares a um “regime uniforme de organização, de instrução e justiça”.

Entretanto, o comitê responsável pela sua deliberação, terminou por reprová-la na íntegra, alegando que “não se deve confundir” as Forças Armadas com instituições policiais militarizadas, uma vez que suas finalidades são distintas. Procurando esclarecer a recusa, os constituintes advogaram que “em um País que tenha atingido grau elevado de progresso, em que o desenvolvimento de todas as atividades haja produzido uma situação geral quase perfeita, é razoável que não se confunda Exército”, força apta para as questões de guerra, com polícias militares estaduais que se prestam a outros fins.

Em resposta a esse “parecer esdrúxulo”, o Coronel Octávio retificou que essa era uma “teoria que jamais foi praticada no Brasil” conforme demonstrava a História. Na continuidade, seguiu argumentando que nas ocasiões de movimentos armados os governos brasileiros sempre se valeram não só do Exército, mas também das forças policiais. Exemplificando, o referido Coronel ratificou que “nas lutas intestinas do primeiro Império, na Guerra do Paraguai” e demais conflitos no período republicano, os policiais militares “cooperaram eficazmente, não como tropas de reserva, não como forças auxiliares, mas como tropa de primeira linha”. Apoiado por Odilon Braga, lembrou o episódio da retirada da Laguna, “uma das páginas mais épicas da Guerra do Paraguai”, ocasião em que um dos efetivos de maior destaque foi a Brigada Mineira, integrada por militares da Força Pública da então província de Minas Gerais¹⁰⁴.

Apesar da eloqüente defesa por parte do Coronel Octávio, a Emenda não foi aceita. Promulgada a Constituição de 1934, iniciou-se uma nova fase de organização das forças públicas militares estaduais, que passaram a subordinação e controle do Exército Brasileiro, há muito ansioso pela hegemonia militar no País. Na verdade, é certo que o Decreto nº 4926 de 29 de janeiro de 1918 já havia lhe viabilizado tal hegemonia. Porém, visto que os acontecimentos da Revolução de 1930 demandaram novas discussões relativas à segurança nacional, ele acabou sendo suprimido. Assim, em meio às prerrogativas estabelecidas pela Constituição de 1934, o Artigo 167 definiu que as forças públicas estaduais, doravante

¹⁰⁴ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, pp 156-157.

denominadas polícias militares, passassem a ser “consideradas reservas do Exército”, gozando “das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da União”¹⁰⁵.

Subordinadas ao Exército, era preciso definir matéria quanto à reorganização das polícias militares, uma vez que isso não cabia a Constituição. Assim, no dia 17 de janeiro 1936, Getúlio Vargas decretou a Lei nº 192 para atender a tal propósito. Analisando seu conteúdo, é possível dizer que ela de fato atendeu aos interesses do Exército em relação ao controle sobre as forças policiais. De um modo geral, ao longo dos seus 28 artigos, ficou estabelecido que o treinamento, armamento, hierarquia, efetivo e uniformes deveriam estar submetidos a regulamentação do Exército. Além disso, quanto aos comandos, o Artigo 6º determinou que eles seriam “atribuídos, em comissão, a oficiais superiores e capitães do serviço ativo do Exército ou a oficiais superiores das próprias corporações” policiais, desde que “possuidores de curso da Escola de Arma de Exército ou da própria Corporação”¹⁰⁶.

Quanto à formação dos oficiais da Polícia Militar em Minas Gerais, foi implementado em 1934, em meio ao Departamento de Instrução - DI - em Belo Horizonte, o Curso de Formação de Oficiais - CFO. Com o decreto da Lei nº 192, o curso, único meio de acesso ao comando da Corporação por parte de seus integrantes, foi adaptado para atendê-la. Segundo Francis Cotta, em 1935 o Departamento de Instrução comandado pelo Coronel Edmundo Lery Santos, já “possuía um quadro de instrutores do Exército Brasileiro”, inclusive o Capitão Ernesto Dornelles, “primo do presidente Getúlio Vargas”. Para o autor, essa “Missão Militar Instrutora” iniciou à chamada “Escola Francesa, em substituição à Escola Prussiana de Drexler”¹⁰⁷.

Com o advento da Intentona Comunista em 1935, Getúlio Vargas encontrou respaldo das Forças Armadas para iniciar uma ditadura em 1937, uma vez que naquele momento ela era entendida como necessária ao empreendimento do projeto de Brasil-futuro idealizado por boa parte da cúpula militar. Além disso, a partir do Estado Novo, o Exército consolidou irreversivelmente a hegemonia sobre as polícias militares, postas sob o controle do Ministério da Guerra. Proibidas de utilizarem armamentos pesados, atribuídos como de exclusividade das Forças Armadas, bem como submetidas à regulamentação do Exército Brasileiro, as polícias militares, novamente chamadas de forças públicas, embora mantendo seu caráter militar, passaram a ser mais condicionadas às ações de segurança pública, inclusive interagindo com as polícias civis de modo mais direto.

¹⁰⁵ CAMPANHOLE. *Constituições do Brasil*, p. 705.

¹⁰⁶ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, pp 158-160.

¹⁰⁷ COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, pp 107-108.

Pertinente ao processo de reorganização das corporações policiais militares, em outubro de 1939 foi instalada, junto à Força Pública de Minas Gerais, a Justiça Militar, nos moldes da aplicável nas Forças Armadas. Em regra, é possível dizer que a função da Justiça Militar é tratar dos casos que imputem ações penais ao meio militar e até mesmo ao meio civil, nas circunstâncias definidas por lei, segundo estabelecido pelo Artigo 111 da Constituição Federal de 1937. Ainda sobre a reorganização, em setembro de 1939, Getúlio Vargas determinou que as forças públicas passassem a ser denominadas forças policiais. Com essa atitude, o presidente terminou por explicitar sua predisposição em diferenciar as corporações policiais do Exército que, na oportunidade encontrava-se em estado de alerta em decorrência dos acontecimentos na Europa Ocidental.

Com o término da Segunda Guerra Mundial e a conseqüente deposição de Getúlio Vargas, os militares federais se consolidaram como atores políticos junto à estrutura de poder, passando eles próprios a empreenderem uma doutrina de segurança que viabilizasse o progresso do País. Para tanto, submetidos a influência norte-americana em meio a Guerra Fria, couberam às forças policiais militares contribuir com o Exército quanto à segurança interna contra elementos considerados subversivos.

Nessa perspectiva, se por um lado o Artigo 177 da Constituição Federal de 1946 atribuiu às Forças Armadas a responsabilidade pela “defesa da Pátria, da lei e da ordem”, por outro, em seu Artigo 183, atribuiu as doravante chamadas “polícias militares” a responsabilidade pela “manutenção da ordem nos Estados”, agindo como “forças auxiliares” do Exército e dele consideradas “reservas”¹⁰⁸. Conforme entende o Ten Cel Marco Filho, após a Constituição de 1946, “o antigo pensamento expressado pela filosofia militarista que caracterizava” a Polícia Militar mineira “foi dando lugar à mentalidade manifesta pelos jovens oficiais, cujo objetivo seria proporcionar à sociedade uma segurança policial”¹⁰⁹.

Condizente a tal realidade, embora não tenha suprimido o treinamento militar, a partir de 1950 a Polícia Militar mineira, via Departamento de Instrução, desenvolveu um programa de “Instrução Policial” destinado a segurança pública, como o policiamento ostensivo pelas ruas das cidades, seja ele a pé ou motorizado. Segundo Francis Cotta, esse tipo de instrução tinha “caráter e finalidade muito diferente da militar” e por isso foi preciso a adoção de “processos e meios diferentes dos conhecidos pela tropa”. Para tanto, a “administração da Polícia Militar” foi transformando “os métodos rotineiros numa orientação

¹⁰⁸ CAMPANHOLE. *Constituições do Brasil*, p. 498.

¹⁰⁹ MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p. 22.

mais objetiva para as finalidades da função policial que, em virtude da própria” civilidade deveria “ser mais humana, mais social, mais preventiva e mais educativa”.

Relativo às condições para o exercício do policiamento ostensivo nessa época, o candidato deveria receber um treinamento intensivo por dois meses, período em que teria instrução de ação policial, armas e instrumentos do crime, artes marciais, etiqueta social, legislação básica, instrução militar, técnica policial, noções gerais de trânsito e organização policial. Além disso, considerando que as práticas delituosas mais significativas ocorrem a noite, o treinamento envolvia instrução noturna, destinada à prática e aprimoramento dos conhecimentos adquiridos¹¹⁰.

Pertinente ao tipo de conteúdo ministrado junto aos policiais em formação, analisando o Manual de Instrução Policial Básica, aprovado pelo comando da Corporação para o ano de 1962, percebe-se grande preocupação em condicionar a ação policial como a garantia da manutenção dos princípios legais e tidos como positivos, que regem o bom convívio social. Quanto a definição, o manual conceitua a “polícia como um órgão da administração do Estado encarregado de manter a ordem e a segurança públicas”. No mais, destaca que a Corporação é neutra e deve proteger a todos sem distinção, buscando garantir aos cidadãos a liberdade, o bem-estar social, a paz e a segurança¹¹¹. Para tanto, enfatizando, antes de tudo, que “o povo adora a autoridade enérgica, mas odeia o policial violento”¹¹², dispõe quanto aos procedimentos técnicos, legais e psicológicos a serem observados no trato das várias circunstâncias que envolvem o trabalho policial militar.

Apesar de ressaltar que as ações preventivas representam grande parte do sucesso contra a criminalidade, o manual também dispõe quanto ao uso da força discricionária. Considerando que na execução das funções, o policial “está sujeito a sofrer prejuízos em sua saúde física ao lidar com elementos desordeiros e criminosos”, é lícito, para “resguardar sua integridade corporal” ou de terceiros, bem como “possibilitar o cumprimento da lei”, usar “dos meios necessários (...) à quebra da resistência que lhe for oposta no exercício regular do dever”, condição que não se confunde com violência arbitrária¹¹³. Nesse sentido, considera-se como lícito o emprego da força nos casos de resistência, agressão, desobediência, desacato e tentativa de fuga, desde que não haja violência arbitrária ou abuso de poder. Além disso, cabe

¹¹⁰ COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, pp 119-123.

¹¹¹ SANTOS. *Policiamento*, pp 42-43.

¹¹² SANTOS. *Policiamento*, p. 27.

¹¹³ SANTOS. *Policiamento*, p. 35

ao policial observar os princípios do estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal ou o exercício regular de direito, para ter o amparo legal¹¹⁴.

Quanto ao armamento, considerando que desde a Lei nº 192 de janeiro de 1936, em seu Artigo 12, as polícias militares vinham sendo gradativamente proibidas de empregarem armamentos considerados como pesados pelo Exército, o revólver calibre 38 e o cassetete passaram a constituir o armamento básico do serviço policial¹¹⁵. Essa constatação, não significa que as corporações militares estaduais limitassem seus paíóis ou treinamentos aos armamentos supracitados, mas apenas que no cotidiano, em geral, os policiais poderiam resolver a maioria dos casos utilizando-os quando houvesse necessidade. É certo que os policiais, sobretudo aqueles inseridos em grupamentos especiais ou executando serviços como guarda de cadeia, manuseavam armamentos diferenciados e de maior impacto, sem, no entanto, representar a regra geral e sim casos especiais, como os observados atualmente¹¹⁶.

Apesar desse direcionamento da Polícia Militar mineira quanto a especialização do trabalho vinculado a segurança pública, sobretudo após o término da Segunda Guerra Mundial, por ocasião das ações destinadas a instauração do regime militar em 1964, ela foi envolvida no processo, de modo a cooperar com o Exército Brasileiro para tal finalidade. Na oportunidade, estimulados pela Doutrina de Segurança Nacional, organizada por oficiais de cúpula a partir da ESG, segmentos das Forças Armadas, entendendo segurança e desenvolvimento como fatores indissociáveis, desencadearam, juntamente com seus aliados civis e sob a influência dos EUA, uma guerra total contra o comunismo que, segundo eles, ameaçava subverter a ordem nacional e a própria existência da Pátria. Nesse contexto, Minas Gerais e sua Polícia Militar se envolveram sistematicamente nos acontecimentos que resultaram na tomada do poder, assunto que será abordado em momento oportuno, em meio às discussões relacionando Exército e Polícia com a Doutrina de Segurança Nacional.

Conforme foi discutido até o momento, é possível observar que o Exército Brasileiro e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais tiveram suas origens durante o período colonial, ocasião em que não existiam grandes distinções entre suas atribuições, ou mesmo um compêndio normativo mais específico que as organizassem. Na continuidade, após a independência, apesar do Exército ter sido desprestigiado frente a Guarda Nacional, foram

¹¹⁴ SANTOS. *Policimento*, p. 341.

¹¹⁵ SANTOS. *Policimento*, p. 51.

¹¹⁶ A título de exemplo, durante o Curso Técnico em Segurança Pública (CTSP) entre 2002 e 2003, realizado no 10º Batalhão da PMMG em Montes Claros, os soldados foram condicionados a manusearem explosivos, armas de grande impacto (como escopetas) e de longa distância (como fuzis), além de automáticas (como submetralhadoras), capacitando-os a exercerem os diversos tipos de atividade policial, mesmo em grupamentos especiais como o Pelotão de Choque e o GATE. Entretanto, uma vez formados, a maioria deles foram destinados ao exercício de atividades que exigem, grosso modo, apenas o uso do revolver calibre 38.

deliberadas algumas leis para sua institucionalização, sendo suas funções destinadas, sobretudo, a defesa do País contra inimigos estrangeiros e controle de fronteiras. Por outro lado, embora às forças policiais couberam as atribuições de segurança pública juntamente com a Guarda Nacional, na prática, devido aos diversos conflitos internos que ameaçaram a unidade nacional, bem como os conflitos externos como a Guerra do Paraguai, elas foram integradas ao Exército e desempenharam funções de guerra.

Com o advento da República, as polícias militares passaram a ser organizadas segundo as condições de cada estado federado, enquanto o Exército, gradativamente, conquistou a hegemonia do serviço militar frente a Guarda Nacional, extinta em 1918. No entanto, visto o alto grau de militarização alcançado pelas polícias militares estaduais, o comando do Exército e o governo federal, principalmente durante a ditadura varguista, desencadearam um conjunto de medidas legais para subjugar-las.

Atribuídas como forças auxiliares e reservas do Exército pela Constituição de 1946, as polícias militares passaram a destinar gradativamente suas ações, de modo mais específico, a prática da segurança pública. Todavia, pertinente a Minas Gerais, essa orientação foi interrompida a fim de atender aos postulados da Doutrina de Segurança Nacional, que pautou as ações de boa parte das Forças Armadas, especialmente do Exército Brasileiro, em meio ao processo destinado a tomada do poder em 1964.

Nesse sentido, conforme será tratado oportunamente no terceiro capítulo, a decisão dos conspiradores de iniciar o levante militar contra o governo Goulart a partir do estado de Minas Gerais, demandou a necessidade do envolvimento dos policias militares no contexto. Entretanto, considerando as perspectivas de uma possível guerra civil, foi preciso transformar a força policial em força combatente¹¹⁷, bem como adequá-la aos postulados da Doutrina de Segurança Nacional, assunto trabalhado no quarto capítulo.

¹¹⁷ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 119.

CAPÍTULO 2

OS MILITARES E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL PELA VIA DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NO PÓS – GUERRA

Conforme é possível constatar, até o processo de redemocratização observado em 1985, a história republicana no Brasil foi mais intensamente marcada pelas ações diretas ou indiretas dos militares. Assim admitindo, a exemplo de José Murilo de Carvalho, é certo afirmar que, procurar compreender o País na perspectiva dos militares, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, viabiliza um melhor entendimento sobre os atuais problemas nacionais. Teorizando a questão, Michel de Certeau discorre que “fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado nas suas práticas”¹¹⁸. Partilhando tal idéia, o propósito aqui é demonstrar como os militares vinculados a Escola Superior de Guerra – ESG, sobretudo do Exército Brasileiro, entendiam a questão do desenvolvimento pela via da Doutrina de Segurança Nacional - DSN, uma vez que suas implicações ainda se manifestam em vários aspectos do cotidiano nacional.

Criada em 1949 com a assistência de consultores franceses e norte americanos, nos mesmos moldes da National War College sediada em Washington, a ESG tinha por missão inicial capacitar “pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento de segurança nacional”¹¹⁹. Entretanto, visto o acirramento da Guerra Fria, a referida escola aprimorou um “método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares”, que estrategicamente condicionou à questão do desenvolvimento à segurança nacional¹²⁰. Segundo Nilson Borges, foi a partir da criação da ESG, também conhecida como a Sorbonne do *establishment militar*, que a “Doutrina de Segurança Nacional se inscreveu na política brasileira”¹²¹.

Partindo do pressuposto de que “não pode haver Segurança Nacional sem um alto grau de desenvolvimento econômico”¹²², os militares brasileiros vinculados a ESG, comprometidos com a idéia de defesa do mundo livre preconizada pelos Estados Unidos em meio a Guerra

¹¹⁸ CERTEAU. *A Escrita da História*, p. 46.

¹¹⁹ Conforme Artigo 1º da Lei número 785 de 20 de agosto de 1949, que fundou a Escola Superior de Guerra – ESG. Citado em ALVES. *Estado e Oposição no Brasil*, p. 28. Ver também: SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio. Os Governos Militares e a Cultura da Legalidade* (1964-1985), p. 119.

¹²⁰ Manual Básico da Escola Superior de Guerra, publicado pelo Estado-Maior das Forças Armadas. Ver Estado Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra – ESG – Departamento de Estudos, 1976, p. 19. Ver também: VIZENTINE. *Do naciona-desenvolvimentismo à política externa indepedente*, p. 205.

¹²¹ BORGES. *A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares*, p.36.

¹²² ALVES. *Estado e Oposição no Brasil*, p. 57.

Fria, iniciaram um planejamento que julgaram adequado a consecução da referida idéia. Para tanto, organizaram a chamada “Estratégia Nacional” que, definida como a própria ”Política de Segurança Nacional”¹²³, tinha como um dos seus propósitos centrais promover “a expansão da capacidade produtiva” do País¹²⁴. Nesse sentido, o intuito era assegurar todos os recursos necessários em prol dos “Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos internos e externos existentes ou presumíveis”¹²⁵. Em outras palavras, mediante as relações dicotômicas entre “o Ocidente cristão e o Oriente comunista”, caberia ao Brasil angariar os recursos cabíveis para empreender luta contra a chamada “Guerra Revolucionária” e por conseqüência assegurar a manutenção dos “objetivos nacionais permanentes”¹²⁶.

Definida pelos militares da ESG como um “conflito normalmente interno, estimulado ou auxiliado pelo exterior”, a guerra revolucionária, “geralmente inspirada em uma ideologia”, era entendida como a forma pela qual os comunistas procurariam atingir o poder, através do “progressivo controle da nação”¹²⁷. Do mesmo modo, Rodrigo Patto Sá Motta admite que esse “conceito havia sido elaborado pelo Estado-Maior do Exército e pela ESG, a partir de influências recebidas de teóricos militares estrangeiros, particularmente franceses e norte-americanos”, em meio a um conjunto de estudos destinados a entender e teorizar os mecanismos de atuação dos comunistas em sua ascensão “à tomada violenta do poder”¹²⁸.

Assim, se como evidenciado, parte dos militares brasileiros concebia a existência de um movimento comunista revolucionário em curso no País, “a guerra interna ou a eliminação do inimigo interno passou a ser uma estratégia imposta pelos imperativos da segurança nacional”¹²⁹. Desse modo, o propósito era resguardar os interesses gerais da Nação, inseridos nos “objetivos nacionais permanentes”. No mais, sendo o Brasil parte integrante do Ocidente, onde “se criou desde o berço e cujos ideais democráticos e cristãos profundamente incorporou à sua própria cultura”, não poderia ficar alheio ao dever de conter o trabalho de comunização interna, tido como um fato corrente em meio a Guerra Fria¹³⁰.

¹²³ SILVA. *Geopolítica do Brasil*, p. 157.

¹²⁴ Assim Maria Helena Moreira Alves define desenvolvimento em seu sentido econômico. ALVES. *Estado e Oposição No Brasil*, p. 22.

¹²⁵ SILVA. *Geopolítica do Brasil*, p. 160. Ver também: SERBIN. *Diálogos na Sombra*, p. 87.

¹²⁶ Em teoria, os “objetivos nacionais permanentes” compreendiam a “soberania nacional” e a “independência política do País”, a manutenção “de um estilo de vida democrático”, o “federalismo”, a “integração nacional”, a manutenção “da moral cristã”, o desenvolvimento econômico, social e cultural, a “solidariedade e cooperação entre os países americanos”, o “fortalecimento do prestígio do Brasil no exterior” e a vigilância constante contra doutrinas nocivas a manutenção do “*status quo*” no continente sul-americano. SILVA. *Conjuntura Política Nacional*, pp 74-75.

¹²⁷ Estado Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra – Departamento de Estudos, 1976, p. 78.

¹²⁸ MOTTA. *Em Guarda Contra o ‘Perigo Vermelho’*, p. 261

¹²⁹ BORGES. *A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares*, p. 28.

¹³⁰ SILVA. *Conjuntura Política Nacional*, p. 226.

A partir dessa análise, é correto interpretar que, dentro da Doutrina de Segurança Nacional, “a defesa militar, mais do que as necessidades básicas da população, foi considerada o principal objetivo do desenvolvimento econômico”¹³¹. Coerente com essa afirmação, os dados referentes aos gastos com as Forças Armadas após a instauração do regime militar em 1964 demonstram tal prioridade. Sobre o assunto, Clovis Brigagão apresentou uma série de estatísticas que demonstraram, por exemplo, que os gastos militares brasileiros quadruplicaram entre 1960 e 1980. Além disso, entre 1967 e 1972, as aquisições de armamentos feitas pelo Brasil representaram mais de 40 por cento dos 600 milhões de dólares vendidos à América Latina pela Europa. Na seqüência, tecendo uma avaliação pessoal sobre os acontecimentos, o autor enfatizou que “quanto mais um País” dependesse do fortalecimento de sua “força bélica, maior seria a possibilidade de que as necessidades básicas de sua população não fossem atendidas”, como no caso “do Brasil”, onde “ficaram à margem, ignoradas e desassistidas”¹³².

Considerando que após a Segunda Guerra Mundial, “a economia brasileira ainda era quase colonial, no sentido de depender da exportação de produtos tropicais”¹³³, os militares vinculados a ESG, motivados pelas contradições da Guerra Fria, passaram a sustentar que o “Estado brasileiro precisava dotar-se de plenos poderes para organizar a infra-estrutura” industrial “necessária a Segurança Nacional, em especial para garantir a segurança interna”¹³⁴. Assim, concebendo desenvolvimento como uma necessidade voltada para a defesa da Nação, parte das Forças Armadas, em nome da Doutrina de Segurança Nacional, passaram a justificar a imposição de um sistema de governo que não tinha por prioridade a promoção do bem-estar social, tão cara aos anseios populares.

Pertinente a essa perspectiva, é certo afirmar que para os militares, a questão da legitimidade do Estado centralizado estava atrelada a sua condição de promover o desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que, desempenhando seu papel como defensor dos valores da Pátria, conseguisse empreender os recursos cabíveis contra a ameaça dos inimigos internos e externos¹³⁵. Para Nilson Borges, essa crença de que os militares

¹³¹ ALVES, *Estado e Oposição no Brasil*, p. 58.

¹³² BRIGAGÃO, *O Mercado da Segurança*, p 27 e 37.

¹³³ SINGER, Paul. *O Significado do Conflito Distributivo no Golpe de 1964*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). 1964 - Visões Críticas do Golpe. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 16. Apesar da avaliação de Singer, é importante salientar que para Celso Furtado, o “sistema industrial” já constituía “a espinha dorsal da economia do país” no início da década de 1960, embora concorde que as “exportações” fossem, de fato, “formadas essencialmente de produtos agrícolas” no mesmo período. FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p.34.

¹³⁴ ALVES, *Estado e Oposição no Brasil*, p. 49.

¹³⁵ ALVES, *Estado e Oposição no Brasil*, p. 31.

“seriam os mais identificados com os interesses nacionais”, remonta aos primórdios dos ideais republicanos no País, ocasião em que eles foram habituados a uma “formação mais política do que” especificamente “profissional”¹³⁶.

Nesse sentido, cabe lembrar que a própria proclamação da República em 1889 foi um fenômeno militar, ocorrida à revelia do povo que a quase tudo assistiu bestializado, como observou Aristides Lobo, na ocasião um dos mais destacados entusiastas do republicanismo no Brasil¹³⁷. Além disso, mesmo após o término da República da Espada, muitos militares, a exemplo de Bertholdo Klinger, argumentavam que o “Exército precisava estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam”¹³⁸. No mais, também na década de 1930, vários oficiais propunham “o fortalecimento das Forças Armadas”, mediante entendimento de que “países incultos como o Brasil deviam ser tutelados” pelo Exército, “Corporação mais bem organizada e menos viciada”, constituída pela “elite mais autorizada e mais forte”¹³⁹.

Sobre o assunto, há quem entenda que de 1889 até a deposição de João Goulart em 1964, “as intervenções militares foram sempre justificadas mediante manifestações e depoimentos das chefias” civis e militares, “em nome da missão constitucional das Forças Armadas e do interesse nacional”. Assim, admitindo o processo histórico, não surpreende que na década de 1960, “a intervenção dos militares na esfera política” fosse tida por eles “como legítima e necessária para a preservação dos interesses maiores da Nação”, como a manutenção da “ordem institucional”¹⁴⁰. Além disso, no plano internacional, os militares, juntamente com as “classes burguesas”, ajustaram “seus papéis à ‘unidade do hemisfério’, à interdependência das nações democráticas e à defesa da civilização ocidental”¹⁴¹.

¹³⁶ BORGES. *A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares*, pp 18-19.

¹³⁷ Aristides Lobo fazia parte do grupo denominado como “republicanos históricos” em 1889. Quanto à pífia participação popular no processo, José Murilo de Carvalho destaca que isso assim ocorreu não por mera ignorância das camadas mais humildes da sociedade, mas por apatia delas em relação ao novo regime, uma vez que não acreditavam que isso pudesse resultar melhorias sociais. Para o autor, o povo foi na verdade “bilontra”, ou seja, espertos por não se envolverem efetivamente nas discussões e conflitos provenientes de em um processo de alteração de regime de governo que, na prática, não resultou melhorias sociais à maioria da sociedade, pelo menos durante a “República Velha”. CARVALHO. *Os Bestializados*.

¹³⁸ CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, p. 41. Bertholdo Klinger, na década de 1930, fazia parte de um grupo de oficiais brasileiros conhecidos como “jovens turcos”, que propunham “uma intervenção controladora ou moderadora do Exército” em relação ao Estado, “orientada pelo seu órgão de cúpula, ou seja o Estado-Maior”. Klinger apoiou com ressalvas o tenentismo, se opôs ao governo Vargas e apoiou a ascensão dos militares ao poder político nacional em 1964.

¹³⁹ CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, p. 71.

¹⁴⁰ BORGES. *A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares*, p. 18

¹⁴¹ FERNANDES. *A Revolução Burguesa no Brasil*, p. 315.

Tomando a máxima de Thomas Hobbes, de que “a guerra consiste não só na batalha ou no ato de lutar, mas num período de tempo em que a vontade de disputar a batalha é suficientemente conhecida”¹⁴², os militares vinculados a ESG, sob a justificativa de que “a Lei maior fez” deles os “defensores de toda a Pátria (...), dos poderes constitucionais (...), da lei e da ordem”¹⁴³, passaram a empreender uma verdadeira mobilização de guerra contra a subversão interna, em nome da segurança e do desenvolvimento nacionais. Para tanto, como já acreditava o General Castelo Branco em 1955, “o melhor caminho para a participação dos militares na recuperação do País” seria “intervir” e “assumir o controle do governo”¹⁴⁴.

Nesse sentido, é válido salientar que a avaliação dos militares acerca dos acontecimentos nacionais, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, não era pautada por um conjunto de idéias alienadas, mas sim por uma ideologia concebida com o propósito de assegurar os interesses da Nação. Além disso, Márcia Pereira da Silva entende que “não é possível para qualquer grupo exercer dominação política, se sua ação não for precedida e pautada em freqüente exercício intelectual que propicie a compreensão do processo social e político da sociedade para a qual se volta a dominação”. Assim, admitindo que a “dominação política” está “associada a uma função intelectual”, os militares brasileiros vinculados à Escola Superior de Guerra não fugiram à regra¹⁴⁵.

Considerando que no pós-guerra a atividade intelectual de parte dos militares estava condensada na Doutrina de Segurança Nacional, a perspectiva quanto a tomada do poder também estava muito vinculada ao entendimento que eles possuíam quanto ao papel do Brasil no âmbito da chamada “guerra total” contra os comunistas. Conceito estreitamente ligado ao contexto da Guerra Fria, genericamente a “guerra total” correspondia à soma de esforços dos países ocidentais, sob a liderança dos Estados Unidos, no sentido de empreenderem luta contra a expansão do comunismo pelo mundo. Desse modo, é possível interpretar que a segurança de um país estava ligada a segurança de todo o bloco ocidental, “uma vez que, com o clima de Guerra Fria, um sistema de segurança isolado não era admissível no mundo capitalista”. Assim, mediante um embate em escala global que impelia uma aliança coletiva,

¹⁴² Citado em HOBBSAWM, *Era dos Extremos*, p. 224.

¹⁴³ Manifesto proferido em 20 de março de 1964, pelo então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, contra o governo federal. TORRES. *História de Minas Gerais*, p. 1563. Na verdade o intento do governador era procurar dotar de legalidade a ação dos militares, tomando em sua argumentação o conteúdo da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 (então vigente em 1964) “Título VII – Das Forças Armadas”, Artigo 177 que traz o seguinte texto: “Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”.

¹⁴⁴ SILVA. *O Poder Militar*, p. 349.

¹⁴⁵ SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, p. 86.

qualquer política de neutralidade, como a defendida pelo presidente João Goulart, era conseqüentemente refutável¹⁴⁶.

Na mesma linha, Márcia Pereira da Silva argumenta que mediante a bipolarização mundial após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos abandonaram a “política isolacionista” e adotaram a “idéia de uma guerra permanente contra a subversão inimiga”, caracterizada pela ação dos socialistas e dos comunistas. Para tanto, o chamado “bloco ocidental”, liderado pelo grande “irmão do norte” nos dizeres do General Golbery, não poderia admitir neutralidades. Nesse caso, a situação era definida de modo a cooptar os governos latino-americanos a uma aliança irrestrita ao capitalismo norte-americano. Por outro lado, qualquer atitude que fugisse a essa condição era atribuída como sendo de cunho comunista, implicando uma suposta ameaça que deveria ser rechaçada¹⁴⁷.

Em outro aspecto, admitindo que no Ocidente a expansão dos comunistas estava associada a um processo gradual de subversão interna que os conduzissem ao poder pela via revolucionária, como no caso de Cuba, o confronto fugia aos padrões convencionais da guerra moderna. Assim, pelos postulados da DSN, caberia a cada aliado dos EUA angariar os recursos nacionais cabíveis ao empreendimento das ações coercitivas em seus respectivos territórios, não fugindo o Brasil a essa regra. Segundo Nilson Borges, foi “nesse quadro de conflito que a Doutrina” de Segurança Nacional promoveu “a submissão das atividades da Nação à sua política de segurança”¹⁴⁸.

Avaliando essa perspectiva de desenvolvimento como um esforço de guerra, o General Golbery também destacou a responsabilidade de cada cidadão para com a Pátria, ao exaltar o conceito de nacionalismo que, na sua concepção, se prestava aos interesses do País. Para ele, “ser nacionalista” significava “sobrepôr a quaisquer interesses individuais”. Seria “estar sempre pronto a sacrificar qualquer doutrina (...), sentimento, paixões, ideais e valores” considerados perniciosos e de “fato incompatíveis com a lealdade suprema que se devia dedicar, sobretudo, à Nação”¹⁴⁹. No entanto, como argumentou Celso Furtado, “o nacionalismo surgiu como uma técnica de legitimação e como um meio de consolidação da aliança” entre os grupos civis vinculados ao capitalismo industrial associado-dependente “com as Forças Armadas”¹⁵⁰, a fim de conduzirem o País rumo a uma política de desenvolvimento inserida na Doutrina de Segurança Nacional.

¹⁴⁶ BORGES. *A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares*, p. 24.

¹⁴⁷ SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, p. 111.

¹⁴⁸ BORGES. *A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares*, p. 25.

¹⁴⁹ SILVA. *Geopolítica do Brasil*, p. 102.

¹⁵⁰ FURTADO. *Análise do Modelo Brasileiro*, p.36.

Em contraste, se por um lado exaltou-se o tipo de nacionalismo compatível com o projeto de governo dos militares, por outro, foi preciso definir a figura daqueles que, não aceitando o modelo imposto passaram a condição de traidores. Nessa linha, é possível interpretar que para o mesmo General Golbery, o traidor era aquele que “endeusava” e se submetia de modo “desfibrado a tudo o que” vinha “da Rússia e cujo anverso” seria “o ódio sistemático e mesquinho (...) às democracias do Ocidente,” evidenciando “que seus fins” divergiam “da soberania e do engrandecimento nacional”¹⁵¹. Sem dúvidas, mediante uma sociedade inserida nas contradições da Guerra Fria, para os militares direitistas “quem não” fosse “contra o comunismo” era “comunista”. No mais, não seriam “inimigos da Pátria apenas os adeptos ou simpatizantes do comunismo, mas também os indiferentes”¹⁵². Aqui, novamente é notório o repúdio a uma política de neutralidade, seja interna ou externamente.

Por meio de tais considerações, percebe-se que frente a Doutrina de Segurança Nacional o indivíduo estava sujeito a uma subordinação tácita em relação ao Estado, sob o risco, caso contrário, ser caracterizado como parte “dos elementos filiados ao credo vermelho ou a ele vinculado”¹⁵³. Assim, é coerente avaliar que, na perspectiva dos militares, qualquer atitude considerada nociva ao binômio desenvolvimento e segurança proposto, justificava a identificação do cidadão como sendo comunista, ou mais tecnicamente como um inimigo interno do Estado que deveria ser eliminado para o bem maior da Nação.

Sobre o assunto, é possível afirmar que na década de 1960, o imaginário anticomunista no Brasil já havia se consolidado, não só nos meios militares, mas também entre as classes civis “médias e superiores”. Nesse sentido, basta memorar como eram freqüentes “as representações do comunismo como inimigo da Nação e a identificação das forças revolucionárias com as forças do mal”, contrárias a todos os valores tidos como positivos, inseridos no modo de vida ocidental. Para Rodrigo Patto Sá Motta, “desde o advento da Revolução Soviética em 1917 e, principalmente, a partir da chamada Intentona Comunista de 1935, havia se consolidado um conjunto de representações associando os comunistas e o comunismo a caracteres negativos”¹⁵⁴. Além disso, no período em questão, salienta-se que às críticas também eram proferidas na tentativa de desacreditar o modelo comunista, atribuindo-o como frágil no âmbito econômico e débil no plano social. No mais, segundo

¹⁵¹ SILVA. *Geopolítica do Brasil*, p. 102.

¹⁵² MOTTA. *Em Guarda Contra o 'Perigo Vermelho'*, p. 222.

¹⁵³ GUEDES. *Tinha que ser Minas*, p. 56. O mesmo discurso também pode ser observado em meio às entrevistas realizadas com alguns policiais militares que operavam na ativa no período em questão, como o Coronel Georgino Jorge de Souza. Cel Georgino Jorge de Souza (Comandante do 10º BI em 1964) em entrevista concedida a Fábio Antunes Vieira (fit. mag.). Montes Claros, 19 de outubro de 2000.

¹⁵⁴ MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura*, p. 157.

Rodrigo Patto Sá Motta, “sob o impacto da Revolução Cubana”, o Brasil, bem como toda a “América Latina, se viu” lançado “para o centro da Guerra Fria”¹⁵⁵.

Conforme já explicitado, a projeção de uma Guerra Revolucionária de cunho comunista no Brasil, enfatizada pela presença de “inimigos internos, ocultos e desconhecidos”, desencadeou na sociedade civil “um clima de suspeição, medo e divisão” que favoreceu a ação dos militares, bem como a reestruturação do Estado pelo uso da força e o implemento do terror¹⁵⁶. Nesse sentido, embora não seja possível associar o autoritarismo dos militares brasileiros com os pressupostos dos regimes totalitários, ainda assim, quanto à questão do terror, uma comparação é possível. Se para Hannah Arendt, na perspectiva histórica da luta de classes o terror consistia em aniquilar gradativa e continuamente as classes consideradas opostas àquelas que detêm o poder em um determinado momento¹⁵⁷, no Brasil, parte dos militares tinha compreensão similar. Para eles, sendo o País conduzido em direção ao caos, era preciso assumir o poder pelo uso da força e exterminar todos àqueles contrários aos postulados da segurança nacional e do desenvolvimento propostos, mesmo que isso representasse o sacrifício de uma parcela considerável da população.

Nessa linha, conforme Alfred Stepan, a intensificação da “violência extralegal” no Brasil após a instauração do regime militar em 1964 foi tão expressiva, que as “agências de inteligência militares” passaram a “ser temidas até mesmo pelas Forças Armadas”. Segundo o autor, esse fato contribuiu para que na década de 1980 elas iniciassem o processo de redemocratização, em parte para reconquistar o controle desses órgãos de repressão¹⁵⁸. Do mesmo modo, Nilson Borges admite que uma das grandes conseqüências da importância atribuída pela DSN à questão da segurança interna no Brasil, foi o fortalecimento dos serviços de inteligência, que chegaram a assumir uma superioridade no bloco de poder, inclusive determinando “as técnicas e estratégias” destinadas à supressão dos “inimigos do regime”.

Destarte, mediante a perspectiva do terror, “todo aquele que não se pronunciasse a favor do regime” era tido como um “inimigo interno”. Enquanto tal, representava “um mal que deveria ser extirpado”, uma vez que colocava “em perigo a segurança do País e, por conseqüência, o seu desenvolvimento político, econômico e social”¹⁵⁹. Como visto, mediante as dicotomias da Guerra Fria, o estado de tensão desencadeado pela expansão comunista condicionou nas Forças Armadas brasileiras a idéia de que todos os recursos matérias e

¹⁵⁵ MOTTA. *Em Guarda Contra o 'Perigo Vermelho'*, pp 230-231.

¹⁵⁶ ALVES. *Estado e Oposição no Brasil*, p.31.

¹⁵⁷ Sobre o terror em Hannah Arendt ver, ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, pp 512-531.

¹⁵⁸ Citado em SMALLMAN. *A Profissionalização da Violência Extralegal das Forças Armadas do Brasil*, p. 390

¹⁵⁹ BORGES. *A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares*, pp 35-36.

humanos deveriam ser direcionados aos postulados da segurança interna, não cabendo manifestações em contrário.

Pertinente ao exposto, segundo a óptica militar não havia “como fugir a necessidade de sacrificar o bem-estar social em proveito da segurança”, mediante crença de que ela estava “realmente ameaçada”¹⁶⁰. Ratificando o argumento, em certa ocasião o General Golbery tomou como válido e oportuno a adoção do slogan “mais canhões, menos manteiga” de Hermann Goering¹⁶¹. Na ocasião, sua intenção foi expressar que a “segurança nacional impõe o ônus tremendo de uma economia visceralmente destrutiva aos anseios normais de desenvolvimento e bem-estar que animam a todos os povos”, sobretudo àqueles que “ainda se vêem à margem das regiões mais adiantadas do planeta”¹⁶².

Definida e justificada que a segurança interna figurou como o objetivo central da política de desenvolvimento apregoada pelos militares em meio a DSN, cabe agora tecer algumas argumentações quanto à escolha do modelo adotado, bem como as considerações pertinentes às parcerias e meios que viabilizaram as ações práticas rumo a organização do novo Estado. Nesse ponto, estando o Brasil “a sombra projetada pelos Estados Unidos (...), superpotência líder reconhecida do Ocidente”¹⁶³, o sistema defendido pelos militares correspondia à própria manutenção do capitalismo, como já discorrido anteriormente, embora isso não tenha ocorrido de modo coeso nos meios castrenses.

Nesse sentido, é sabido que as Forças Armadas não correspondiam um todo homogêneo quanto a melhor política econômica que resultasse o desenvolvimento do Brasil. Prova disso, foram os embates desencadeados entre os chamados “nacionalistas” e os denominados “entreguistas”, que se arrastavam desde a “Era Vargas”. Em termos gerais, os primeiros partilhavam os postulados do “nacional-desenvolvimentismo”, que apregoava um processo de desenvolvimento gerenciado pelo Estado, sobretudo em setores considerados estratégicos, a fim de viabilizar um capitalismo industrial de cunho nacional. Por outro lado, os segundos defendiam uma parceria irrestrita com os Estados Unidos em meio a Guerra Fria, “em troca de apoio financeiro para o desenvolvimento do País”, bem como uma postura

¹⁶⁰ SILVA, *Geopolítica do Brasil*, p. 14.

¹⁶¹ Hermann Goering foi o comandante da Luftwaffe (Força Aérea Alemã) durante a Segunda Guerra Mundial e um dos nazistas mais próximos a Hitler. Preso e julgado a morte por crimes de guerra pelo tribunal de exceção de Nuremberg após a Segunda Guerra Mundial, cometeu suicídio antes da execução da sentença.

¹⁶² SILVA, *Geopolítica do Brasil*, p. 13.

¹⁶³ SILVA. *Geopolítica do Brasil*, p. 76.

“liberal em termos econômicos”. No mais, como em regra estavam vinculados a ESG, eram ferrenhos anticomunistas e antipopulistas¹⁶⁴.

Como demonstra a História, em 1964 os denominados entreguistas terminaram por vencer seus adversários, sobretudo através de expurgos, e assumiram o controle da Nação. Relativo ao assunto, Octavio Ianni entende que a ascensão desse grupo de militares ao poder no ano em questão, marcou drasticamente o rompimento com as “diretrizes e as práticas destinadas a implementar o capitalismo nacional” no País, ao inaugurarem “as diretrizes e práticas destinadas a implementar o capitalismo associado ou dependente”¹⁶⁵.

Sobre o assunto, Florestan Fernandes esclarece que “o ciclo da Revolução Burguesa” no Brasil, inscrito em um capitalismo dependente (...), não visou à autonomia do desenvolvimento do capitalismo nacional ou a revolução nacional”. Ao contrário, “visou à autonomia das classes e dos estratos de classe burguesas dentro da sociedade de classes brasileira”, bem como “a possibilidade (...) de chegar ao fim e ao fundo da transformação capitalista, sem remover a situação de dependência e os efeitos” dela provenientes, “sobre o subdesenvolvimento relativo do País”¹⁶⁶.

Partilhando idéia afim, Maria Helena Moreira Alves expõe que “a crescente penetração do capital internacional após meados da década de 1950, configurou uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital de Estado”. Para ela, ao final do governo JK o Brasil “vivia um processo de desenvolvimento caracterizado por uma situação de dependência”, que foi “reforçado após o golpe militar de 31 de março de 1964”¹⁶⁷. Do mesmo modo, Márcia Pereira da Silva argumenta que “o Estado instaurado em 1964 buscou reformar e impulsionar o crescimento econômico, sempre orientado pela distribuição desigual dos recursos, que privilegiou os grandes grupos capitalistas em detrimento da população em geral”, ainda que os governos militares tenham encampado o discurso de que o Estado representava “todas as camadas sociais”¹⁶⁸.

Analisando o caso de Minas Gerais, Otávio Dulci também partilhou a idéia de desenvolvimento associado-dependente. Conforme o autor, “com a internacionalização da economia brasileira, fomentada desde Kubitschek pela atração de companhias estrangeiras e sua associação com parceiros domésticos”, os setores empresariais mineiros foram

¹⁶⁴ SMALLMAN. *A Profissionalização da Violência Extralegal das Forças Armadas do Brasil*, p. 395. Além do autor, essa divisão também pode ser identificada nos estudos de Thomas Skidmore, Nilson Borges, Heloísa Starling e René Dreifuss, dentre outros.

¹⁶⁵ IANNI. *As Estratégias de Desenvolvimento*, p. 138.

¹⁶⁶ FERNANDES. *A Revolução Burguesa no Brasil*, p. 320.

¹⁶⁷ ALVES. *Estado e Oposição no Brasil*, p. 21.

¹⁶⁸ SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, p. 132.

condicionados a uma perspectiva político-econômica correspondente a observada nacionalmente, inclusive “com interfaces internacionais”. Assim, tomando o modelo de industrialização adotado em Minas, sobretudo após a queda de Goulart, é possível dizer que um dos seus pilares era o capital externo, fato que caracterizou a situação de dependência, a exemplo do restante do País¹⁶⁹.

Como visto, apesar da situação de dependência e desigualdades, frente à opinião pública foi preciso fundamentar a opção pelo capitalismo em bases teóricas, com o intuito de legitimá-lo como escolha planejada e adequada à promoção do desenvolvimento nacional. Para tanto, os militares e civis vinculados à ESG não dispensaram estudos e críticas as teorias marxistas. Dentre os pontos abordados, merece destaque à importância dada ao fato de Karl Marx ter negligenciado o poder da ação reguladora do Estado sobre o sistema capitalista. Nesse sentido, os militares direitistas entendiam que o Estado interventor poderia exercer controle sobre os efeitos nocivos do capitalismo no âmbito social, ao mesmo tempo em que conservaria suas vantagens no aspecto econômico. Assim, tecendo argumentações contrárias ao socialismo científico e suas variantes¹⁷⁰, por consequência enaltecia-se o sistema capitalista como opção viável ao desenvolvimento da Nação, bem como a manutenção de uma aliança natural com o bloco ocidental do qual o Brasil faz parte¹⁷¹.

Condizente ao descrédito atribuído ao marxismo, o General Golbery, procurando associar o grupo dos denominados nacionalistas ao comunismo, discorreu que “entreguismo” na verdade era “dispor” das “riquezas” nacionais “em benefício da pseudopátria do socialismo”. Para ele, realmente era “indispensável” desencadear um processo de “desenvolvimento econômico e social” que atendesse aos anseios da sociedade brasileira. Entretanto, advertiu que isso não podia ocorrer mediante repúdio aos “valores espirituais” da Nação, em benefício dos “simples padrões materialistas” que configurariam uma “rendição interesseira e covarde à onda ameaçadora da ideologia soviética, fundamentada no dogma rígido do materialismo dialético”¹⁷².

Seguindo essa linha de raciocínio, é notório que os embates entre capitalismo e socialismo superavam as discussões de cunho econômico, na medida em que contribuíram para acentuar os antagonismos entre o “Ocidente democrata e o Oriente comunista”, que envolviam outros aspectos relevantes, como a corrida armamentista. Nesse sentido, é correto

¹⁶⁹ DULCI. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*, p. 186.

¹⁷⁰ Nesse sentido, uma das formas para se atingir esse objetivo foi o uso das caricaturas, com o propósito de “mostrar o modelo soviético como ineficiente em comparação às economias capitalistas”. MOTTA. *Jango e Golpe de 1964 na Caricatura*, p. 167.

¹⁷¹ Manual Básico da Escola Superior de Guerra, p. 343.

¹⁷² SILVA. *Conjuntura Política Nacional*, p. 194.

salientar que, em meio à proposta de desenvolvimento inserida na Doutrina de Segurança Nacional, os militares pretendiam desenvolver o segmento da indústria bélica no Brasil, substituindo gradativamente a política de importações. No entendimento dos oficiais da Escola Superior de Guerra, uma política econômica voltada para os fins da Segurança Nacional, vinculada a um projeto de industrialização associado ao investimento estrangeiro, “deveria dar ao Brasil acesso a mais recente tecnologia” então existente, que estrategicamente resultaria o aparelhamento das Forças Armadas¹⁷³.

Para compreender a preocupação dos militares brasileiros em relação à indústria bélica, é pertinente avaliar, além dos antagonismos provenientes da Guerra Fria, o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Apesar de relevante o fato de ter sido o único País latino-americano a enviar tropas para lutar na Europa Ocidental durante o conflito, a participação brasileira demandou recursos bélicos e financeiros dos Estados Unidos, demonstrando a fragilidade do aparato de defesa nacional para um empenho de maior envergadura. Segundo José Murilo de Carvalho, para tal empreendimento, “o Brasil só custeou com recursos próprios o fardamento Força Expedicionária Brasileira - FEB. Os víveres foram pagos pelo *Lend Lease* e o armamento e equipamento foram cedidos gratuitamente pelo V Exército americano, num valor aproximado de 20 milhões de dólares”¹⁷⁴. Além disso, como afirma Clóvis Brigagão, até “o começo dos anos 60, as Forças Armadas brasileiras eram basicamente supridas através de ajuda e financiamento dos EUA e de materiais utilizados na Segunda Guerra Mundial e na Guerra da Coreia”¹⁷⁵.

Com base no que foi exposto, conclui-se que a atuação do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi viabilizada pelos recursos norte-americanos, fato evidente a partir de uma pesquisa ao Museu da FEB em São João del-Rei¹⁷⁶. Nesse sentido, observando a origem dos equipamentos e armamentos disponíveis que foram utilizados pelos “pracinhas”, verifica-se que a maior parte deles tiveram procedência norte-americana. Assim, reconhecendo que o Brasil ainda era um País majoritariamente agro-exportador em fins da Segunda Guerra Mundial, os militares da ESG, partilhando a idéia de que o “poder militar baseia-se no poder industrial do País”¹⁷⁷, estabeleceram uma política de desenvolvimento econômico nos moldes

¹⁷³ BRIGAGÃO, *Mercado da Segurança*, p. 23.

¹⁷⁴ CARVALHO, *Forças Armadas e Política no Brasil*, p. 89.

¹⁷⁵ BRIGAGÃO, *Mercado da Segurança*, p. 40.

¹⁷⁶ O Museu da Força Expedicionária Brasileira – FEB, sediado no município de São João del-Rei, estado de Minas Gerais, encontra-se sob a responsabilidade do 11º Batalhão de Infantaria de Montanha do Exército Brasileiro, também sediado no mesmo município, que não só enviou parte do seu efetivo para compor a FEB, como participou da tomada de Montese na Itália em 1945. O Museu encontra-se localizado na esquina da Avenida Hermílio Alves com a Avenida Andrade Reis, no centro histórico de São João del-Rei.

¹⁷⁷ BRIGAGÃO, *Mercado da Segurança*, p. 40.

de um capitalismo associado-dependente, atrelado à questão industrial em meio a Doutrina de Segurança Nacional. Aqui, mais uma vez parece oportuno retomar o slogan de Hermann Goering, “mais canhões, menos manteiga” para caracterizar o pensamento de parte dos militares brasileiros em relação à perspectiva de desenvolvimento, que se prestava aos propósitos da segurança do País.

Coerente a tais idéias, as ações dos governos militares após 1964 demonstram a tentativa da aplicabilidade da DSN para a consecução dos objetivos propostos, especialmente no que concerne ao desenvolvimento de um “complexo militar-industrial”. Para tanto, em 1965 foi dado o primeiro passo, a partir da criação do Grupo Permanente de Mobilização Industrial – GPMI. Definido como uma “associação da indústria privada do estado de São Paulo, com os representantes dos mais importantes departamentos de defesa das Forças Armadas”, sobretudo do Exército Brasileiro, o GPMI tinha por objetivos ampliar suas atividades e capacitar tecnicamente alguns setores da indústria civil, a fim de adequá-los a produção de material bélico. Nesse sentido, os segmentos mais destacados correspondiam a fabricação e adaptação de veículos, componentes e equipamentos mecânicos, aeronáuticos, eletroeletrônicos e médico-hospitalares, fardamento, além de algumas armas e munições¹⁷⁸.

Do mesmo modo, em 1975 surgiu a Empresa Brasileira de Material Bélico – IMBEL, definida como “uma holding estatal, criada com a finalidade “de tornar-se auto-suficiente em armas e de atingir uma capacidade de exportação”. Para Clóvis Brigagão, essa “companhia instituída sob o Ministério do Exército”, tinha por intento a busca de novas opções de investimentos, bem como a “diversificação de exportações e facilidades para importar bens de produção”. Adquirida essas condições, a expectativa era a de “fortalecer a infra-estrutura industrial do País, de maneira que fosse capaz de enfrentar as necessidades de segurança”¹⁷⁹.

No mesmo contexto, é importante salientar que o período também foi marcado pela criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER, com o propósito de modernizar a aviação militar subordinada a Força Aérea Brasileira – FAB, bem como empreender concorrência no mercado internacional. Pertinente ao primeiro propósito, o projeto considerado mais audacioso foi o chamado AMX, desencadeado entre os governos Geisel e Figueiredo em parceria com o governo italiano. Ambicionando dotar o País de uma aviação de combate que contasse também com tecnologia nacional, após alguns anos de pesquisa e negociações, em 1980 um acordo ítalo-brasileiro foi firmado, envolvendo a EMBRAER, a Aeritalia e a Aermacchi. A partir de então, teve início a produção conjunta e em série do avião

¹⁷⁸ BRIGAGÃO. *O Mercado da Segurança*, pp 39-40.

¹⁷⁹ BRIGAGÃO. *O Mercado da Segurança*, p. 44.

de caça denominado AMX, que chegou a ser empregado “com sucesso” na Guerra da Bósnia, pela Força Aérea Italiana. Entretanto, apesar da operacionalidade em ambos os países, a aeronave não foi um sucesso de vendas no mercado externo, como esperavam os militares.

Sobre o assunto AMX, Roberto Pereira discorre que “os economistas não cessam de acusar o elevado custo de desenvolvimento desse avião, cujo preço unitário ficou bem acima do valor de compra de aeronaves similares estrangeiras”. Por outro lado, embora admita a política belicista dos governos militares brasileiros, argumenta que pertinente ao projeto em questão, foi “inegável o aporte de experiência que ele trouxe”. No mais, defende que o investimento feito pelo Brasil em cada AMX adquirido pela Força Aérea Brasileira, foi “o alto preço da capacitação tecnológica que habilitou a EMBRAER assumir a liderança mundial no nicho de mercado onde atua”¹⁸⁰.

Tomando o exposto, apesar das argumentações tecidas não esgotarem o assunto em questão, elas referenciam as preocupações dos militares acerca de uma perspectiva de desenvolvimento vinculadas aos propósitos da Doutrina de Segurança Nacional. Assim, embora seja certo que o Brasil não tenha se tornado uma potência militar, como esperavam os governos militares, a criação das empresas referenciadas, bem como a adoção das medidas a elas articuladas, dentre outras, demonstram a fidelidade a uma política belicosa, coerente aos anseios de segurança e desenvolvimento planejados. Desse modo, como afirma Maria Helena Moreira Alves, “o slogan governamental segurança com desenvolvimento”, terminava por vincular o “desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna, contra o inimigo interno”¹⁸¹.

Como evidenciado até o momento, o projeto de desenvolvimento elaborado pelos militares para o Brasil, inserido na Doutrina de Segurança Nacional, não privilegiava o bem-estar social como um dos seus aspectos primários. Assim, considerando que o período de governo de João Goulart representou um momento de grande efervescência política por parte das camadas populares, ansiosas por um amplo programa de reformas que promovesse melhorias sociais, os militares passaram a interpretar os acontecimentos que se seguiam como arriscados aos propósitos de Brasil-futuro pensado por eles.

Condizente a essa interpretação, a quem entenda que “na década de 1960 a hegemonia capitalista foi considerada ameaçada pelo” fortalecimento das forças de esquerda, fato “que fez com que os militares se considerassem o braço armado” capaz de defender “a ordem capitalista”. Para tanto, mediante crença de que não havia “partido político ou civis capazes

¹⁸⁰ Revista *Avião Revue*, edição especial de 2001, pp 4-9.

¹⁸¹ ALVES. *Estado e Oposição No Brasil*, p. 31.

de garantirem a lei e a ordem naquela situação, decidiram intervir diretamente no Estado”¹⁸². De modo similar, Robert Campos entendia que os “políticos civis nunca estiveram bem amadurecidos e preparados para dirigir um país tão grande como o Brasil”. Assim, “após anos de incompetência e corrupção caberia aos militares ‘arrumar a casa’ para garantir desenvolvimento e progresso”¹⁸³.

Como evidenciado, os militares identificados como “grupo da ESG” partilhavam interesses compatíveis com os dos grupos vinculados ao capital multinacional-associado, “tanto na perspectiva quanto no sentido de urgência em” consolidar “uma sociedade industrial capitalista” no País. Por essa razão, trataram de atribuir o governo Goulart como uma porta de entrada para o comunismo internacional, a fim de justificar as ações pertinentes à tomada do poder¹⁸⁴. Para tanto, os militares direitistas empregaram a chamada “estratégia psicossocial”¹⁸⁵ que, integrada a política de Segurança Nacional, foi desencadeada junto às “instituições da sociedade civil”, tais como “a família, escolas e universidades, os meios de comunicação de massas, sindicatos, Igreja e empresas privadas”¹⁸⁶. Nessa linha, o objetivo era promover ações específicas aos propósitos da Doutrina de Segurança Nacional como, por exemplo, projetar um clima de ameaça interna durante o governo Goulart, que justificasse sua deposição.

Na realidade, há quem interprete que mediante a Guerra Fria, a dinâmica do governo Goulart acentuou os antagonismos internos que vinham se arrastando desde a Era Vargas, sob a égide do populismo. Amparado pelo “trabalhismo”, o populismo pode ser entendido como “um modo determinado e concreto de manipulação das massas”, bem como “um modo de expressão de suas insatisfações”. Destarte, embora no Brasil não tenha sido um todo indiferenciado, essencialmente é possível dizer que o populismo implicava uma identificação entre as “massas” e o “líder carismático”. Nesse ponto, enquanto o líder via nas “classes populares” sua base legitimadora do poder, essas o viam como o representante de seus interesses, sobretudo sociais, que eram gerenciados, em regra, através de uma política trabalhista controlada por meio do Estado.

Nessa perspectiva, após a Revolução de 1930, a questão do operariado deixou de ser um problema de “ordem pública” e passou a ser um problema de “ordem social”. A partir de

¹⁸² SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, pp 108-109.

¹⁸³ Citado em SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, p. 127.

¹⁸⁴ O chamado “grupo da ESG” pode ser entendido como um grupo formado por militares e civis que tiveram passagem pela referida Escola Superior de Guerra e que, conseqüentemente partilhavam os mesmos postulados da Doutrina de Segurança Nacional. Sobre o assunto ver: DREIFUSS. *1964: A Conquista do Estado*, p. 78. Ver também SILVA, *O Poder militar*, p. 357.

¹⁸⁵ SILVA. *Geopolítica do Brasil*, p.161.

¹⁸⁶ ALVES, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, p. 53

então, o chefe de Estado passou a “atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso que, inicialmente formado pelos interesses dominantes”, passou a contar com as “massas urbanas” tuteladas por ele próprio. Conforme Francisco Weffort, a massa urbana tomou a “legislação do trabalho” como a “primeira forma através da qual ela viu definida sua cidadania e seus direitos de participação nos assuntos do Estado”, fato visto como uma “ameaça pelas elites”¹⁸⁷.

Todavia, durante o Estado Novo, enquanto a política de massa foi interpretada pelos militares como uma forma de controle social e manutenção da ordem institucional, eles mantiveram o apoio ao chefe da Nação. Porém, após os reflexos da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria, parte das Forças Armadas, vinculada aos postulados da Doutrina de Segurança Nacional, passou a considerar como potencialmente perigosa à emergência política dos trabalhadores em meio a um regime democrático, bem como a suposta capacidade dos líderes populistas em mobilizá-los em torno de interesses avaliados, no mínimo, como duvidosos. Além disso, parte da elite civil vinculada ao capital externo e aos princípios do liberalismo econômico, via no nacional-desenvolvimentismo um obstáculo aos seus interesses. Assim, partilhando linhas de raciocínio e interesses conciliáveis, militares e civis insatisfeitos com a política populista empreenderam aliança para assumirem o poder.

Para tanto, a própria crise da política trabalhista acentuada durante o governo Goulart, contribuiu para caracterizar as agitações de esquerda como um processo de subversão interna, destinado a comunizar o País pela via revolucionária. Para Weffort, com a crise do populismo, teve início uma “verdadeira mobilização política popular, exatamente em razão da economia urbano-industrial ter iniciado o esgotamento da capacidade de absorção de novos migrantes”¹⁸⁸. Considerando os ditames da lei da oferta e da procura, esse fato implicou a diminuição dos empregos formais e das rendas, imputando o colapso do trabalhismo.

Mediante tal realidade, durante o governo Goulart parcelas cada vez maiores das classes populares urbanas passaram a levantar a bandeira do reformismo, bem como do radicalismo de esquerda. Esse fato, observado como alarmante pelos grupos civis e militares articulados aos postulados da Doutrina de Segurança Nacional, acabou sendo tomado como a última etapa precedente à ascensão dos comunistas ao poder nacional. Nesse sentido, como

¹⁸⁷ WEFFORT. *O Populismo na Política Brasileira*, pp 62-70. Obs: a definição de massas ou classes populares pode ser entendida aqui como “expressões imprecisas mas de qualquer modo úteis para captar a homogeneidade possível” a um “grande número de pessoas que ocupam os escalões sociais e econômicos inferiores nas diversas áreas do sistema capitalista” brasileiro. WEFFORT. *O Populismo na Política Brasileira*, p. 72.

¹⁸⁸ WEFFORT. *O Populismo na Política Brasileira*, p. 75.

afirma Rodrigo Patto Sá Motta, num País praticamente sem tradição de participação política popular, qualquer tentativa” de mobilização dos “de baixo provocava tremores nas elites”¹⁸⁹.

A partir do exposto, é possível entender, como define Hélio Silva, que o “levante militar” foi motivado “na ação das massas em torno de um programa de reformas socializantes que infundia o terror da comunização”¹⁹⁰. Na mesma linha, Moniz Bandeira entende que “o comunismo” difundido no Brasil “era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na presidência da República possibilitava a emergência política dos trabalhadores”¹⁹¹. Em ambos os casos, percebe-se que os militares da ESG e seus aliados civis, valendo-se da argumentação de que uma guerra revolucionária de cunho comunista estava em curso no País, assumiram o poder em nome da Segurança Nacional. Não por acaso, o fizeram justamente em um momento da história nacional em que as massas mais buscavam ampliar sua participação nos assuntos políticos e públicos¹⁹², se aproximando assim do que Robert Putnam definiu como “comunidade cívica”.

Abrindo um pequeno parêntese teórico sobre o assunto, Putnam entende que “numa comunidade cívica a cidadania se caracteriza primeiramente pela participação nos negócios públicos”. Para tanto, embora não seja necessária a adoção de uma conduta altruística, cada um tem o direito de buscar seus interesses “definidos no contexto das necessidades públicas gerais”, uma vez que elas também são “sensíveis aos interesses dos outros”. Desse modo, na comunidade cívica a cidadania “implica direitos e deveres iguais para todos”, condição que mantém essa comunidade unida “por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência”. Assim, tal comunidade será gradativamente mais cívica, a medida em que a participação no governo e o ideal de equidade política entre os cidadãos que seguem as regras de reciprocidade, forem ampliadas¹⁹³.

Com base no exposto, admitindo que “a principal característica de uma democracia é a constante sensibilidade do governo em relação às preferências de seus cidadãos”¹⁹⁴, condição que demanda uma maior consciência política e participação da sociedade nos assuntos nacionais, a quem entenda que o governo Goulart representou um momento em que essas condições se aproximaram. Para Moniz Bandeira, “pela primeira vez no Brasil a pressão dos

¹⁸⁹ MOTTA. *Em Guarda Contra o ‘Perigo Vermelho’*, p. 183.

¹⁹⁰ SILVA. *O Poder Militar*, p. 238.

¹⁹¹ BANDEIRA. *O Governo João Goulart*, p.178.

¹⁹² Para Florestan Fernandes, no momento em questão, “o que houve, e os analistas do ‘populismo’ deixam bem claro, foi ‘um momento de tentativa de afirmação das massas’ (...), suprimido de modo insólito pela reação auto-defensiva da burguesia”. FERNANDES. *A Revolução Burguesa no Brasil*, p. 340.

¹⁹³ PUTNAM. *Comunidade e Democracia*, pp 101-102.

¹⁹⁴ PUTNAM. *Comunidade e Democracia*, p. 77.

trabalhadores” havia alcançado “o nível da Presidência da República, influenciando o comportamento e as decisões políticas do Governo”¹⁹⁵. Entretanto, considerando que as aspirações das massas, inseridas nas chamadas “Reformas de Base”, não condiziam com o projeto de Brasil elaborado pelos militares e seus aliados civis, suas expectativas de melhorias sociais em meio a um governo democrático foram suprimidas, em “benefício do capital transnacional, da alta burocracia estatal, dos setores modernos da economia agrícola e industrial”, bem como da classe média¹⁹⁶.

Inscrito nesse contexto, Florestan Fernandes esclarece que “as classes burguesas” também “não queriam abrir mão das próprias vantagens e privilégios, do controle de que dispunham sobre si mesmas, (...) sobre as classes operárias, sobre as massas populares e as bases nacionais das estruturas de poder”. Para o autor, pertinente a “Revolução Burguesa” então em curso no Brasil, “as vantagens e privilégios estavam na raiz de tudo, pois se as classes burguesas realmente ‘abrissem’ a ordem econômica, social e política perderiam, de uma vez, qualquer possibilidade de manter o capitalismo” associado-dependente “e preservar a íntima” ligação “existente entre a dominação burguesa e a monopolização do poder estatal” pelos próprios “estratos hegemônicos da burguesia”¹⁹⁷.

Fazendo uma breve comparação entre a política de desenvolvimento vinculada às chamadas “Reformas de Base” durante o governo Goulart, com a desencadeada pelos militares após 1964, é possível entender que, de fato, seguiram direcionamentos diferentes. Nesse sentido, em termos gerais, René Dreifuss definiu que Goulart defendia como “alternativa” para o desenvolvimento do País um conjunto de ações “sócio-econômica distributiva e nacionalista”¹⁹⁸, em moldes similares as desencadeadas no governo de Getúlio Vargas. Por outro lado, Celso Furtado, avaliando as ações dos governos militares, discorreu que o “tipo de capitalismo que veio a prevalecer no País”, ampliou o problema da “concentração de renda”, caracterizado como um “traço perverso de nossa economia”¹⁹⁹.

Na mesma linha, Florestan Fernandes discorreu que, na luta pela “sobrevivência do capitalismo dependente” e pela sua própria “sobrevivência”, a “burguesia” nacional, também “dependente” (...), “confundiu” as “duas coisas com a sobrevivência da ‘civilização ocidental cristã’”, coadunando assim com o discurso dos militares, do qual se serviu. Para o autor, nas “mãos” dessa burguesia, “o individualismo egoístico, o particularismo agressivo e a violência

¹⁹⁵ BANDEIRA, *O Governo João Goulart*, p. 178.

¹⁹⁶ BRIGAGÃO, *O Mercado da Segurança*, p. 16.

¹⁹⁷ FERNANDES. *A Revolução Burguesa no Brasil*, p. 364.

¹⁹⁸ DREIFUSS, *1964: A Conquista do Estado*, p.38.

¹⁹⁹ FURTADO, *Análise do Modelo Brasileiro*, p. 2.

‘racional’ só se voltaram para um fim: a continuidade do tempo econômico da Revolução Burguesa”. Em outras palavras, “a intensificação da exploração capitalista e da opressão de classe, sem a qual ela é impossível”²⁰⁰.

Admitindo “que o crescimento econômico pode ocorrer espontaneamente pela interação das forças do mercado”, mas que o “desenvolvimento social é fruto de uma ação política deliberada” entre governo e suas “forças sociais” de apoio²⁰¹, Goulart procurou mobilizar as camadas populares em torno das “diretrizes” de um Estado “nacional-reformista”, que propunha exercer suas “funções distributivas e desenvolvimentistas”²⁰². Para tanto, o presidente “não desejava desencadear uma revolução social”. Todavia, “sendo empiricamente reformista, acreditava na transformação gradual” do País, até que os benefícios do “socialismo” fossem alcançados²⁰³, não pela via marxista revolucionária, mas pela via da social-democracia, conforme é possível interpretar.

Salientando os principais aspectos do governo Goulart em uma óptica desenvolvimentista, a quem afirme que ele “procurou (...) recuperar o projeto de Vargas (...), reorientando o processo de industrialização (...) para os setores de base e para a produção de bens de capital”, com a finalidade “de viabilizar um desenvolvimento mais equilibrado e autônomo do capitalismo brasileiro”²⁰⁴. Evidentemente, tal posicionamento contrariava os interesses dos grupos vinculados ao capital multinacional-associado. Em outro aspecto, referente à política externa, Goulart procurou “criar condições para que o Brasil expandisse e diversificasse seu mercado exterior”. Para tanto, procurando manter uma política de neutralidade em relação à Guerra Fria e ampliou, “tanto quanto foi possível, os intercâmbios com o bloco socialista”, a fim de potencializar as exportações nacionais²⁰⁵. Porém, como já foi tratado anteriormente, essa conduta acentuou a oposição do grupo da ESG e dos Estados Unidos ao seu governo.

Além disso, as reformas agrária, tributária, educacional, eleitoral e habitacional, bem como a lei de limitação das remessas de lucro das empresas estrangeiras para o exterior, inseridas nas chamadas “Reformas de Base”, representaram um momento de grande antagonismo em seu governo. Nesse contexto, se por um lado elas eram entendidas pelas massas como necessárias ao provimento de melhorias sociais, por outro eram encaradas pela oposição como a etapa final do processo de comunização do País.

²⁰⁰ FERNADES. *A Revolução Burguesa no Brasil*, p. 360.

²⁰¹ BIDERMAN. *Conversas com Economistas Brasileiros*, p. 64.

²⁰² DREIFUSS. *1964: A Conquista do Estado*, p. 135.

²⁰³ BANDEIRA, *O Governo João Goulart*, p. 179.

²⁰⁴ BANDEIRA, *O Governo João Goulart*, p. 118.

²⁰⁵ BANDEIRA, *O Governo João Goulart*, p. 115.

Entretanto, no Brasil o processo de politização das massas não passou por um amadurecimento suficiente, a ponto de constituir o que Robert Putnam chamou de “capital social”²⁰⁶. Embora não tenha um conceito claro, sobre capital social é possível entender que sua idéia está associada à capacidade dos compatriotas de se organizarem socialmente com base em vínculos de solidariedade mútua, a fim de empreenderem ações coordenadas que viabilizem a promoção do bem comum. Nessa percepção, é possível afirmar que nos países que o detêm, as ações do Estado não são avaliadas como simples problemas do governo, mas sim de toda a sociedade que, sentido-se parte dele, procura atuar com o propósito de ampliar sua eficiência. Obviamente, tal condição provem de um processo histórico, não sendo possível ser alcançada em um curto intervalo de tempo.

Tomando o exposto, é certo que em um país como o Brasil, cujo Estado foi imposto ao povo desde as suas origens, como entende José Murilo de Carvalho, qualquer tentativa a curto prazo de alterar a estrutura do poder, implica o temor nas elites. No mais, em uma sociedade carente dos “vínculos horizontais de reciprocidade coletiva (...) e autodisciplina, a hierarquia e a força” terminam por constituírem a “única alternativa” a tudo que denote “anarquia”²⁰⁷. Assim, como o populismo no Brasil viabilizou a ascensão das massas ao “contexto político”, esse “ingresso acelerado e não ordenado” terminou por acentuar ao longo do tempo “as fissuras institucionais”. Conforme Hélio Silva, em meio a esse quadro o governo Goulart “perdera a capacidade de autocorrigir-se”, facilitando o trabalho de maquinação e ascensão da direita ao poder nacional²⁰⁸. No mais, como afirma Rodrigo P. Sá Motta, “no decorrer do seu governo e à medida que a crise foi se aguçando, as referências ao perigo vermelho tornaram-se mais intensas e constituíram-se no principal ponto da campanha contra Goulart”²⁰⁹.

Fazendo uma breve análise dos momentos finais do governo Goulart, Boris Fausto entende que, mesmo parte da oficialidade não vinculada a ESG, direcionada a manter a ordem constitucional, acreditava que a manutenção da ordem social e institucional, bem como o respeito à hierarquia e o controle do comunismo eram princípios mais importantes a serem mantidos. Assim, pertinente à óptica militar, rompidos tais princípios a ordem se transforma em desordem, e a desordem termina por justificar a intervenção²¹⁰. Enfatizando essa análise, é pertinente salientar que o apreço das Forças Armadas à manutenção da ordem também

²⁰⁶ PUTNAM. *Comunidade e Democracia*, p. 177.

²⁰⁷ PUTNAM. *Comunidade e Democracia*, p. 125.

²⁰⁸ SILVA. *O Poder Militar*, p. 240.

²⁰⁹ MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura*, p. 157.

²¹⁰ Além disso, segundo Nilson Borges, “a intervenção dos militares na política aparece como legítima e necessária para a preservação dos interesses maiores da Nação: a ordem institucional.” BORGES. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*, p. 18.

possuía apelo legal, uma vez que o artigo 177 da Constituição de 1946 a atribuía como responsabilidade dos militares.

Como demonstrado, o projeto de desenvolvimento articulado pelo governo Goulart não atendia aos anseios dos militares ligados a ESG e seus aliados civis, que pretendiam consolidar um capitalismo associado-dependente no País. Entendendo ser esse o melhor caminho rumo ao desenvolvimento e a segurança nacional, mesmo a revelia do bem-estar social, os militares direitistas, postos todos os limites antagônicos do governo Goulart, optaram pela tomada do poder em obediência a DSN.

Para tanto, é certo que a conspiração civil-militar montada em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPÊS, bem como do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, sob a coordenação da ESG, teve grande importância em meio à aplicação da já referida “estratégia psicossocial”, teorizada pelo General Golbery. Além disso, considerando o contexto da Guerra Fria, vários documentos e trabalhos já divulgados²¹¹ demonstraram o envolvimento do governo norte-americano no processo, não só contribuindo ideológica e financeiramente com o que Maria Helena Moreira Alves definiu como “complexo ESG/IPÊS/IBAD”²¹², mas também disponibilizando seu poderio militar, assunto que será tratado oportunamente.

Ressalva seja feita à expressão “complexo ESG/IPÊS/IBAD”, seu emprego é pertinente para representar os opositores do governo Goulart, por agregar os anseios e as ações de todos os grupos civis e militares interessados na tomada do poder. Assim, por abrigar os postulados da Doutrina de Segurança Nacional e por conseqüência um forte apelo anticomunista que, como já referenciado, serviu aos propósitos conspiratórios, nas páginas que se seguem neste trabalho, ela será utilizada com certa freqüência.

Sobre o assunto, apesar de não empregar a expressão, José Murilo de Carvalho define os grupos de oposição que compunham o referido “complexo ESG/IPES/IBAD”. Conforme o autor, ele era constituído por “liberais” agregados na “União Democrática Nacional – UDN”, e por “militares anticomunistas” vinculados a ESG, ao “governo norte-americano” e seus agentes atuantes no Brasil. Junto a eles, somava-se parte do “empresariado brasileiro ligado ao capital internacional”, bem como o “próprio capital internacional, representado na época,

²¹¹ Como os arquivos do presidente Lindon Johnson, já utilizados por vários estudiosos como Moniz Bandeira e René Dreifuss. Além disso, referenciando alguns trabalhos que discutem a articulação da conspiração civil-militar em torno do complexo ESG/IPES/IBAD ver: BANDEIRA. *O Governo João Goulart*. Ver também: DREIFUSS. *1964: A Conquista do Estado*. E ainda: STARLING. *Os Senhores das Gerais*.

²¹² Definição utilizada por Maria Helena M. Alves, para representar todos os grupos opostos ao governo Goulart. ALVES. *Estado e Oposição no Brasil*, p. 29.

sobretudo, pelas grandes multinacionais”²¹³. Além deles, cabe salientar também os segmentos católicos e estudantis de direita. No mais e não menos importante, ressalva-se a classe média como sua base de sustentação e legitimidade.

Referente a isso, as Forças Armadas compreendiam que “a adesão da sociedade ao projeto de Estado proposto” por elas, “era imprescindível para a concretização de quaisquer objetivos almejados para o país”. Desse modo, apesar “do conjunto de concepções militares acerca do Brasil” ter sido “racionalmente e cuidadosamente” expressado pela Doutrina de Segurança Nacional, ela “não foi uma criação isolada”. Nesse sentido, a quem afirme que o conteúdo da DSN “combinava valores já aceitos pela sociedade brasileira como positivos, com elementos caros à profissão militar”. Assim, os postulados que sustentaram a DSN foram, “na década de 1960, expostos e aceitos pela elite civil” e pela classe média, através da atuação do complexo ESG/IPÊS/IBAD²¹⁴.

Com efeito, “o processo de afirmação dos governos militares se baseou no discurso de eficiência do regime”, pautado no binômio segurança nacional e desenvolvimento econômico. Para tanto, a ampliação gradativa dos “conflitos sociais” em decorrência da crise do trabalhismo, “a queda do ritmo de crescimento e o aumento da inflação colaboraram para a polarização da sociedade brasileira quanto as possíveis soluções dos problemas fundamentais do país”. Destarte, muito em razão desse antagonismo, “em lugar da crença nos dons extraordinários do líder” populista, “no Brasil da década de 1960 promoveu-se a difusão e a exaltação” do referido binômio inserido na DSN, como solução viável para as deficiências nacionais²¹⁵. Todavia, aproveitando o quadro da Guerra Fria, sua aplicabilidade estava condicionada a ascensão dos militares direitistas ao poder nacional, fato viabilizado pela intensificação da idéia de que a Pátria encontra-se em perigo, frente ao avanço das ações subversivas de cunho comunista.

Concluindo, é válido memorar que após terem assumido o poder, os militares mantiveram uma postura coerente em relação à Doutrina de Segurança Nacional, empreendendo uma política de governo cuja preocupação esteve centrada na segurança interna. No mais, fieis aos compromissos assumidos com os grupos vinculados ao capital multinacional-associado, colocaram em prática uma política de desenvolvimento a despeito do bem-estar social. Sob a promessa de ser necessário “fazer o bolo crescer para então reparti-lo”, como argumentava o então Ministro do Planejamento Delfim Netto, as parcelas

²¹³ CARVALHO. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, p. 128.

²¹⁴ SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, p. 90.

²¹⁵ KLEIN. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-1964*, p. 58.

mais humildes da população arcaram com o ônus de um processo de pauperização, que ainda apresenta suas graves implicações sociais.

Por fim, é certo que os governos militares tiveram seus méritos em relação à classe média, priorizada como segmento indispensável às políticas econômicas destinadas ao mercado interno. Entretanto, como definiu Celso Furtado, “a desordem que se implantou na economia brasileira a partir de 1964” superou “as previsões pessimistas dos críticos mais acerbos da política econômico-financeira”. Para o autor, ironicamente talvez esse tenha sido o “verdadeiro milagre”: os militares, “dispondo de poderes quase sem limites”, ao assumirem a responsabilidade “por essa política” econômica “conduziram o país à presente situação de insegurança e desamparo”²¹⁶. Assim, relativo aos equívocos econômicos que cometeram, o fato é que os governos militares ampliaram as disparidades sociais no Brasil. Ao implementarem um modelo de desenvolvimento submetido à Doutrina de Segurança Nacional, beneficiaram os grupos vinculados aos interesses do capital associado-dependente, em detrimento dos anseios sociais de grande parte da população.

Nessa perspectiva, o trabalho de Otávio Dulci permite interpretar que existia uma correspondência de interesses entre “as elites mineiras” e os grupos nacionais, civis e militares, contrários aos postulados do nacional-desenvolvimentismo e a política populista. Assim, para o autor, em vários aspectos a “defesa dos ‘interesses de Minas’ era identificada com a defesa dos interesses do país, revestindo-se de conteúdo estratégico alusivo à segurança nacional”. A partir do exposto, “é possível traçar um paralelo desta idéia com a visão geopolítica da elite mineira a respeito de seu papel no Brasil”²¹⁷, assunto inserido no próximo capítulo.

²¹⁶ FURTADO, *Análise do Modelo Brasileiro*, p. 3.

²¹⁷ DULCI. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*, p. 207.

CAPÍTULO 3

MINAS GERAIS E A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Desde o período colonial existe sobre Minas Gerais um imaginário de liberdade que transcende o próprio lema dos inconfidentes eternizado em sua flâmula. Esse ideal de liberdade, vislumbrado pelos mineiros como a síntese das melhores tradições de um Estado democrático-cristão, terminou por conferir-lhes uma imaginária disposição para a luta, sempre que as circunstâncias históricas impelirem uma interpretação contrária à manutenção desse legado. Em suas origens, nos idos do século XVIII, já observava o Conde de Assumar, então governador da Capitania que, em Minas Gerais, “destilam liberdade os ares” e o “clima é a tumba da paz e berço da rebelião”²¹⁸. Mediante tal pensamento, não por acaso, foi durante seu governo que se instalou na Capitania a primeira Companhia de Dragões, tropa militar regular enviada pela Coroa Portuguesa em 1719. Evoluída à condição de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG, a outrora Companhia de Dragões talvez não surpreendesse Assumar, ao exaltar em seu hino a “liberdade” que séculos antes o fez temer e acabou massificada no contexto da mineiridade.

Parêntese aberto ao hino da Polícia Militar mineira, embora não seja possível negar o caráter militar nele contido, seu conteúdo circunda de modo significativo alguns pressupostos que constituem o próprio imaginário da mineiridade. Nessa perspectiva, parafraseando algumas de suas partes, não necessariamente em seqüência, é possível tecer um texto identificável com a figura do mineiro e alguns de seus valores. Assim, os “filhos de Minas erguendo” a “voz” conclamam a “luta”, sempre que a defesa de suas “doutrinas”, “sonhos”, “paz”, “segurança”, “liberdade” e “história” se fizer necessária. Para tanto, “fortes” como as montanhas e os “heróis” do passado, que a exemplo do “Alferes Tiradentes” do qual “descendem”, derramaram seu “sangue”, eles também o farão com toda a “glória”, para o bem de Minas Gerais e do Brasil²¹⁹.

Embora a mineiridade não constitua um conceito pronto e acabado, “não há mineiro” que não a sinta ou sorria frente ao que ela “lhe apresenta como sendo seu espelho”²²⁰. Mesmo aqueles que se encontram “na diáspora”, sentem mais sensivelmente “a questão de sua identidade, mesmo por que ela lhe é freqüentemente lembrada como elogio ou acusação”²²¹. Síntese de um conjunto de definições externas com o sentimento adquirido ao longo de

²¹⁸ VASCONCELOS. *Mineiridade*, p. 16.

²¹⁹ Ver o hino na íntegra em: MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p. 101.

²²⁰ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 145.

²²¹ CARVALHO. *Pontos e Bordados*, p. 09.

séculos, a mineiridade terminou por constituir o reflexo do próprio mineiro. No entanto, embora não perca sua condição de indivíduo e cidadão brasileiro, o mineiro traz em si um corpo de representações e normas que permitem sua identificação enquanto tal, seja como sujeito ou em meio à coletividade²²². Assim, “desdobrando o mundo real em um mundo imaginário”, há quem entenda a mineiridade como uma “ideologia”²²³.

Herdeiro do altruísmo de um Tiradentes heroicizado pela República, o mineiro, seja ele o sertanejo de Guimarães Rosa, ou o que tem ferro na alma como presume a licença poética de Carlos Drummond de Andrade²²⁴, carrega em si o orgulho da mineiridade e seu apelo universalizante de liberdade, “poderoso elemento de unificação social” que reforça de modo significativo “a noção de identidade e de homogeneidade da sociedade mineira”, bem como seu “papel específico a desempenhar dentro do corpo da Nação”. Nesse sentido, em meio ao que Alceu Amoroso Lima atribuiu como a “tríplice missão” de Minas Gerais, ou seja, prezar pela “tradição”, reformar “o que o tempo já tenha corrompido” e atuar como ponto de “equilíbrio” do País, Otávio Dulce sintetiza que sua “vocaçãõ” é buscar “estabelecer a fusão entre a aspiração de liberdade e a necessidade de ordem”²²⁵, definição estreitamente vinculável aos postulados da Doutrina de Segurança Nacional – DSN.

Pertinente ao assunto, sobre Minas Gerais há quem entenda que da sua “geografia derivou uma leitura geopolítica que, de um lado, sustentou a idéia do tradicionalismo e da moderação dos mineiros e, de outro lado, concebeu para o estado um papel especial no País”. Assim, Minas seria a “encruzilhada dos caminhos”, cabendo-lhe uma “missão unificadora no plano nacional”. Para tanto, segundo João Pinheiro já manifestava em 1906, muito contribuía sua “posição central entre os demais estados, à origem” sincrética “de sua população, e sua condição de síntese do solo e do povo brasileiros”²²⁶.

Na mesma linha, Milton Campos argumentou que “dessa condição de centro geográfico” decorriam “muitas conseqüências, não apenas de ordem humana e política”. Para ele, o centro tinha por característica servir como “ponto de convergência e nucleação, dando a idéia de síntese, de dureza e de estabilidade”. Com base no exposto, “o papel de Minas no Brasil seria, portanto, o de assegurar o equilíbrio e a conciliação dos interesses das várias regiões”. Para tanto, sua “localização central conferia aos mineiros sensibilidade para os

²²² BOMENY. *Guardiões da Razão*, pp 18-19.

²²³ STARLING. *Os senhores das Gerais*, p. 146.

²²⁴ “noventa por cento de ferro nas calçadas. Oitenta por cento de ferro nas almas”. Trecho do poema “Confidências de um Itabirano”. Ver ANDRADE. *Sentimento do Mundo*.

²²⁵ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, pp 146-147.

²²⁶ DULCI. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*, p. 202.

problemas de todos os estados, condição que lhes permitiam exercer ação integradora e estabilizadora”, em meio aos princípios da ordem e da liberdade²²⁷.

Relativo a compatibilidade entre a liberdade e a doutrina proveniente dos quadros da Escola Superior de Guerra – ESG, pelo menos em discurso, as considerações do General Golbery do Couto e Silva são elucidativas. Para o General, principal ideólogo da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, “segurança e liberdade são dilemas decisivos com que sempre se viu defrontada a humanidade, porém nunca em “circunstâncias tão dramáticas e imperiosas”. Todavia, apesar de ser um apreciador da “maravilha argumentativa” de Thomas Hobbes, Golbery advogava não caber acreditar que o “sacrifício da liberdade pudesse conduzir sempre a um aumento da segurança”. Tomando a História, justificava que as “tirantias” observadas ao longo dos “séculos” implicavam claros exemplos de que “escravos não são bons combatentes”. Assim, concluiu que “salvaguardar”, considerando os devidos “limites”, a “liberdade do cidadão dentro do Estado moderno” é “alicerçar as bases” da “Segurança Nacional”²²⁸.

Admitindo o poder mobilizador que o apelo pela liberdade e pela ordem exercem sobre os mineiros, é possível afirmar que a DSN, abrigando em si tais anseios, teve grande receptividade e um ambiente favorável em Minas Gerais para se expandir, frente aos antagonismos da Guerra Fria pós-Segunda Guerra Mundial. Partindo do pressuposto de que os militares por meio da DSN, entendiam ser necessário travar uma guerra interna a fim de assegurar a ordem e o desenvolvimento da Nação, bem como sua liberdade ou soberania frente ao comunismo internacional que já se fazia sentir no País, boa parte dos mineiros não tiveram dificuldades para assimilar tal ideologia²²⁹, como é possível identificar em vários documentos e depoimentos que antecedem a tomada de poder em 1964.

Nessa perspectiva, um significativo documento que demonstra a compatibilidade entre a DSN e o clima de apreensão existente em Minas Gerais nos momentos precedentes a instauração do regime militar, foi o manifesto elaborado por um grupo de médicos mineiros em 24 de fevereiro de 1964. Na ocasião, os “destemerosos” médicos, assim como “todos os patriotas e democratas convictos e conscientes”, julgaram erguerem “do alto” das “montanhas onde nasceram e morreram para a liberdade Tiradentes, Filipe dos Santos e tantos outros baluartes da nossa independência”, um “veemente protesto contra o pertinaz trabalho de

²²⁷ DULCI. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*, p. 203.

²²⁸ SILVA. *Conjuntura Política Nacional e Geopolítica do Brasil*, p. 14.

²²⁹ Segundo assim entende Nilson Borges a Doutrina de Segurança Nacional. Para ele, “a manutenção de um regime não pede, mas exige uma ideologia como a Doutrina de Segurança Nacional, cujos postulados fornecem a estrutura necessária à instalação ou à manutenção de um Estado forte. BORGES. *A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares*, p. 33.

aniquilamento da autoridade” e da “legalidade”. Além disso, tal protesto veio seguido de um apelo confiante para que “as gloriosas Forças Armadas”, guardiãs das “tradições de fidelidade à lei, à ordem e à soberania do País”, atuassem, “agindo em todo instante pela sustentação e valorização da democracia, dizendo um basta aos agentes da perniciosa guerra fria”²³⁰.

Outro documento significativo para ilustrar a conformidade existente, a grosso modo, entre a DSN e boa parte da sociedade mineira, remete-se ao pronunciamento proferido pelo então governador Magalhães Pinto ao povo mineiro, em março de 1964. Por meio dele, o governador, afirmando cumprir “o dever de interpretar as aspirações, as angústias e a atitude da gente mineira”, manifestou esperar uma “atitude clara e conseqüente das Forças Armadas”, uma vez que a “Lei Maior fez delas, não defensoras de parcialidades do País, mas de toda a Pátria; não garantidoras de um, mas dos poderes constitucionais; servidoras não de situações e eventualidades, mas da lei e da ordem”. Por fim, conclamando todos os mineiros, afirmou que “Minas” estava “determinada a preservar a democracia e a tradição cristã”, frente ao “caos” a que o País estaria sendo arrastado²³¹.

Em outra oportunidade, o mesmo governador, rompendo com o governo federal momentos antes dos acontecimentos de 31 de março de 1964, em novo pronunciamento, agora dirigido à Nação, voltou a exaltar alguns postulados contidos na Doutrina de Segurança Nacional, como a “liberdade”, a “ordem”, a “hierarquia”, a “segurança” e o desenvolvimento do País. Adiante, conclamou “o povo mineiro”, juntamente com as “forças vivas da Nação”, a tomar parte do momento histórico, a fim de atender aos anseios nacionais de “reforma cristã e democrática”, em meio “a legalidade”²³².

Como evidenciado, embora os exemplos tomados não concluam as discussões sobre o assunto, atestam uma identificação entre a DSN e a interpretação que os mineiros concebiam sobre os acontecimentos nacionais durante o tumultuado governo de João Goulart. É fato que nem todos os mineiros partilhavam tal entendimento. Certamente, significativa parte deles admitia a postura do governo federal como sendo de cunho nacionalista, ou até mesmo como o caminho que resultaria à “emergência política dos trabalhadores”, segundo argumenta Moniz Bandeira²³³. Contudo, é relevante considerar que, mediante as pretensões presidenciais de Magalhães Pinto, sua atitude de apresentar-se como o líder civil do que ele definiu como Revolução de 1964, explicitou sua intenção de ganho político, obviamente viável apenas se naquele momento encontrasse respaldo junto à sociedade mineira e nacional.

²³⁰ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 148.

²³¹ TORRES. *História de Minas Gerais*, p. 1563.

²³² TORRES. *História de Minas Gerais*, pp 1564-1565. Ver também: CARONE. *A Quarta República*, pp 266-267

²³³ BANDEIRA. *O Governo João Goulart*, p. 178.

Nessa linha, Heloísa Starling enfaticamente afirma que “ao aderir à conspiração, o hábil político (...) procurou agir de modo a extrair do movimento os benefícios necessários à consolidação de sua candidatura à sucessão presidencial”²³⁴.

Além disso, considerando a literatura sobre o assunto, não faltam argumentações que ratificam o fato de que a DSN encontrou em meio aos mineiros suficiente respaldo para engendrar a idéia de legitimidade, condição importante a ser atingida para sua aplicabilidade. Aqui, admitindo como Márcia Pereira da Silva, que “para ser legítimo o poder deve pautar-se em crenças e valores constituintes do querer de um número majoritário dos membros do Estado”²³⁵, em Minas Gerais, as manifestações de apreço aos militares e de oposição ao governo Goulart assim faziam crer.

Nesse sentido, os estudos de Heloísa Starling, João Camilo Torres, Carlos Luís Guedes e Francis Cotta, dentre outros, permitem tal interpretação. A título de exemplo, João Camilo Torres ao discorrer sobre os acontecimentos que resultaram na tomada do poder em abril de 1964, relata ter ocorrido em Belo Horizonte “enorme regozijo” popular, quando “chegou à notícia de que o Rio” de Janeiro havia sido “ocupado pelas forças revolucionárias”. Na mesma ocasião, lembrou o autor que à “noite realizou-se grande manifestação de aplausos ao governador Magalhães Pinto, cuja atitude, decisiva para a solução da crise do regime que já vinha de muito, foi consagrada pelo povo mineiro”²³⁶.

Além de Belo Horizonte, as demonstrações de apoio aos militares também foram observadas no interior. No caso de Montes Claros por exemplo, o Sargento Francisco de Assis relatou que ao regressarem de Brasília em abril de 1964, ele e seus companheiros de farda foram saudados pela população ao longo de todo o percurso dentro do território mineiro, “sobretudo por crianças que antes da revolução morriam de medo de soldado”. Continuando, proferiu emotivamente que aquele foi um dos maiores presentes que eles receberam²³⁷. No mais, como noticiado pela revista *Montes Claros em Foco*, mesmo chegando à cidade debaixo de forte temporal, os militares do 10º Batalhão de Infantaria da PM de Minas desfilaram pelas ruas e foram recepcionados festivamente pela população²³⁸.

A partir da explanação, é possível observar que a cooptação da sociedade mineira pelos grupos interessadas na deposição do presidente João Belchior Marques Goulart, foi um

²³⁴ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 138.

²³⁵ SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, p. 50.

²³⁶ TORRES. *História de Minas Gerais*, p. 1569.

²³⁷ Terceiro Sargento Francisco de Assis Rocha (Soldado do 10º BI da PMMG em 1964) em entrevista concedida à Fábio Antunes Vieira (fit. Mag.). Montes Claros, 09 de abril de 2002.

²³⁸ Revista *Montes Claros em Foco*, nº 25, edição de junho e julho de 1964, p. 11.

dos pontos mais expressivos para a legitimação de tal objetivo²³⁹. Além disso, como argumenta Carl Schmitt, “a decisão política fixada pela comunidade”, se revela “como pressuposto determinante” para a “legitimação de uma estrutura legal” ou que se pretenda ser legal²⁴⁰. Pelo discorrido, é certo dizer que as manifestações de apoio dos mineiros às ações dos militares e por consequência a DSN, contribuíram para vincular ao novo regime instaurado em abril de 1964 um caráter de legitimidade, sem o qual não poderiam criar um corpo de leis com pretensões à legalidade.

Apesar do exposto, cabe deixar claro não ser intenção deste trabalho exprimir a idéia de que apenas em Minas Gerais a ideologia contida na DSN foi partilhada, seja direta ou indiretamente. Essa argumentação seria inconcebível, uma vez que muitos outros estudos publicados, como *1964: A Conquista do Estado* de René Dreifuss, fundamentam sobre a ocorrência de tal fato em âmbito nacional através do “complexo ESG/IPES/IBAD”²⁴¹, sobretudo a partir do eixo Rio-São Paulo. Entretanto, não negando o contexto nacional, o intento é destacar as particularidades de Minas Gerais no processo, cujos estudos têm dispensado pouca notoriedade, com raras exceções, a exemplo de Heloísa Starling e seu livro *Os Senhores das Gerais*. Além disso, a abordagem se faz salutar, não apenas pelo fato de Minas Gerais ter abrigado as condições favoráveis ao início das ações que resultaram na instauração do regime militar em 1964, mas também pelas próprias peculiaridades vinculadas a expansão da DSN junto à sociedade mineira, da qual fazem parte os policiais militares.

A esse respeito, cabe destacar a singular difusão da DSN junto a Corporação, uma vez que ela foi sistematicamente preparada para atuar conjuntamente com o Exército Brasileiro, frente às ações que resultaram na tomada do poder em abril de 1964. No entanto, discorrer quanto aos meios utilizados para cooptar o apoio da sociedade civil e dos militares em Minas Gerais aos postulados da DSN, implicaria em mera reprodução do estudo realizado por Heloísa Starling, publicado no já mencionado livro *Os Senhores das Gerais*. Nessa obra, a autora esclarece como ocorreu a interação entre os grupos vinculados ao complexo ESG/IPES/IBAD com seus partidários e representações em Minas Gerais, através dos chamados “Novos Inconfidentes”²⁴². Assim, admitindo uma abordagem paralela, a proposta

²³⁹ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 104.

²⁴⁰ SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, p. 50.

²⁴¹ ALVES. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*, p. 29.

²⁴² Para saber sobre os “Novos Inconfidentes”, ver Parte II do Capítulo II da obra mencionada. STARLING. *Os Senhores das Gerais*, pp 77-140. Resumidamente, esse grupo era constituído por indivíduos provenientes da classe média (inclusive oficiais da PM) e das elites mineiras, identificados e articulados com o complexo ESG/IPES/IBAD.

aqui é enfatizar a identificação dos postulados da Doutrina de Segurança Nacional entre os mineiros, sobretudo os policiais militares.

Mediante tal contexto, mais do que entre os civis, os depoimentos de maior representatividade que demonstram a força dos postulados da DSN em Minas Gerais, são encontrados no meio policial militar. Para tanto, considerando o clima de Guerra Fria e seus antagonismos, esses depoimentos, a exemplo do observado nacionalmente, vêm marcados pela oposição ao comunismo, ponto central massificado pelas forças de direita. Como afirma Rodrigo Patto Sá Motta, entre “1937 e 1964 a ameaça comunista foi o argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda”²⁴³, idéia difusa na DSN e insistentemente trabalhada pelo complexo ESG/IPES/IBAD.

Embora não destoe da regra nacional, a propaganda anticomunista em Minas Gerais tomou uma projeção maior que a defesa da democracia e suas instituições, uma vez que atingiu a própria idéia de liberdade, tão cara ao imaginário da mineiridade, por encerrar, como já referenciado anteriormente, as melhores tradições de um Estado democrático-cristão, sua ordem e razão de existência. Sobre essa perspectiva, parte do discurso do Deputado Federal Oscar Corrêa no Congresso Nacional, após a deposição de João Goulart em abril de 1964, a exemplifica claramente. Segundo ele, “a Polícia Militar de Minas Gerais” foi “para Brasília assegurar” ao “Congresso o clima de liberdade, para que por ele respirasse livre a Nação” e fosse garantida a “democracia”. Ao término do discurso, advogou que “voltaram os soldados mineiros às montanhas, onde há séculos se acastelou a liberdade”. Voltaram ao “lar tranqüilos (...), cômicos de que se nunca a liberdade sofreu, como agora, tão duramente os embates da opressão entre nós, também nunca foi, como agora, tão firme a disposição de preservá-la”²⁴⁴.

Ainda sobre a temática da liberdade, também dentro da Corporação militar é fácil constatar sua evocação. Por ocasião das ações que resultaram no movimento civil-militar em 1964, assim se dirigiu, em essência, o Coronel José Geraldo de Oliveira em discurso aos seus subordinados da Polícia Militar mineira: “a fidelidade aos princípios de liberdade, tema de invulgar constância nas linhas tradicionais de nossa história-pátria”, que outrora “o Alferes Joaquim José da Silva Xavier jurou defender (...), constituiu a basilar fundação da Polícia Militar de Minas Gerais, que se tornou, na dualidade de sua função profissional”, órgão de

²⁴³ MOTTA. *Em Guarda Contra o ‘Perigo Vermelho’*, p. XXII.

²⁴⁴ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 260.

segurança pública do Estado e “estrutura oponente aos fluxos de destruição dos sentimentos de autodeterminação de um povo voltado, por vocação, para a vida democrática”²⁴⁵.

Partilhando tal entendimento, os policiais militares mineiros terminaram por firmar apoio a DSN e aos grupos a ela vinculados, mesmo que boa parte o tenha feito de modo inconsciente, a partir do momento em que admitiram o comunismo como um inimigo satânico a ser eliminado em prol da segurança, cristandade e desenvolvimento do País. Além disso, considerando os propósitos a serem atingidos pelos conspiradores, o “anticomunismo constituiu um elemento agregador (...), um instrumento ideológico para facilitar a união das corporações militares”, uma vez que a existência de um poderoso e ameaçador inimigo comum contribui para tanto.²⁴⁶

Apesar de todo um contexto de manipulação cuja ocorrência não pode ser negada, cabe ressaltar que a “crença no ‘perigo comunista’ por parte dos militares era sincera”. Certamente diante das ações doutrinárias, não raro muitos acreditaram estarem atuando em benefício da Nação, como assim expõe o Coronel Georgino Jorge de Souza. Comandante do 10º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais sediado em Montes Claros, na ocasião da instauração do regime militar em 1964, o referido oficial manifestou em entrevista que “naquele momento histórico acreditava piamente, que marchando a frente de” seus “homens para Brasília” estaria “limpando a Pátria de toda a corrupção”. Para tanto, afirmou estar disposto, juntamente com seus subordinados, “pagar qualquer preço” para “barrar os bandidos comunistas no seu trabalho de cubanização do Brasil”. Após tão veemente afirmação, concluiu melancolicamente dizendo que acabaram “cruelmente traídos” posteriormente, uma vez que “a corrupção de hoje é muito maior do que a que havia”²⁴⁷.

Considerando o exposto, vários outros depoimentos permitem demonstrar a identificação dos policiais militares mineiros com a DSN, pela via do anticomunismo. Assim, para referenciar que não apenas os oficiais, mas também os praças da Polícia Militar interpretavam os acontecimentos nacionais pela óptica da DSN, o depoimento do Sargento Antônio de Araújo Moreira é bastante significativo. Segundo o militar, no primeiro quinquênio da década de 1960, “um regime dito comunista estava querendo se apossar do comando do País”. Continuando, justificou que “as bagunças, as greves e quebradeiras” chegaram a tal ponto, “das famílias acharem que já estava na hora de uma providência das Forças Armadas e saíram às ruas aclamando isso”. Concluindo, ratificou que diante do quadro

²⁴⁵ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 263.

²⁴⁶ MOTTA. *Em Guarda Contra o ‘Perigo Vermelho’*, p. 118.

²⁴⁷ Coronel Georgino Jorge de Souza (Comandante do 10º BI da PMMG em 1964) em entrevista concedida à Fábio Antunes Vieira (fit. Mag.). Montes Claros, 19 de outubro de 2000.

que se seguia “acreditava que se as Forças Armadas não tivessem tomado as providências, teria ocorrido um levante comunista no País”²⁴⁸.

Em outro depoimento similar mencionando os acontecimentos observados no mesmo período, o Sargento Sílvio Soares Ribeiro lembrou que a “época era um caldeirão de pólvora”. Segundo ele, “não só o militar, mas também o civil percebia a imagem da introdução do comunismo no País”, pois em certa ocasião “até o Che Guevara foi condecorado no Brasil e isso avivou mais os brasileiros”, já que ele “era um líder guerrilheiro e o povo não é besta”²⁴⁹.

Apesar das considerações sobre a identificação dos policiais militares mineiros com a DSN através do anticomunismo, outras motivações também podem ser observadas, uma vez que a própria doutrina assim viabiliza, por incorporar outros postulados como o binômio segurança e desenvolvimento, cristianismo, ordem e democracia. Nesse sentido, um documento que apresenta uma noção geral sobre a difusão da DSN junto a Polícia Militar mineira, é o texto do discurso de ascensão ao comando da Corporação, proferido pelo Coronel José Geraldo de Oliveira em março de 1962. Na oportunidade, cabe chamar atenção quanto à importância do evento, uma vez que naquele momento o ato representava implicações à própria articulação militar entre Minas Gerais e os demais estados da federação. Além disso, por se tratar de uma solenidade oficial e de grande publicidade, a presença de representantes dos diversos segmentos profissionais, civis e militares, bem como da sociedade de um modo geral, deve ser considerada como significativa.

Demonstrando amplo conhecimento sobre a Doutrina, como se houvesse dispensado considerável atenção aos manuais da Escola Superior de Guerra – ESG, o Coronel iniciou suas palavras exaltando ter seu “pensamento voltado para Deus, que se compraz na realização de seus desígnios insondáveis através de instrumentos” aparentemente “inadequados”. Continuando como quem quer se apresentar como o escolhido para a execução de “uma missão (...) árdua e penosa” em meio a contextualização implícita da Guerra Fria, enalteceu os “princípios da hierarquia, da disciplina e da lealdade”.

Na mesma ocasião, como não podia deixar de ser, mediante a presença de representantes das Forças Armadas na solenidade, o Coronel ratificou a aliança existente, ao afirmar que a “Polícia Militar de Minas se orgulha de sua condição, por dispositivo constitucional, de reserva do glorioso Exército Brasileiro”. Manifestando “a mais irrestrita admiração” pelos “camaradas” da Corporação Federal, adiantou a “certeza da mais estreita

²⁴⁸ Terceiro Sargento Antônio de Araújo Moreira (soldado do 10º BI da PMMG em 1964) em entrevista concedida em nome de Fábio Antunes Vieira (fit. Mag.). Montes Claros, 20 de novembro de 2002.

²⁴⁹ Terceiro Sargento Sílvio Soares Ribeiro (soldado do 10º BI da PMMG) em entrevista concedida à Fábio Antunes Vieira (fit. Mag.). Montes Claros, 17 de outubro de 2000.

colaboração naquilo que estivesse ao seu alcance”, fato que naquele momento já vinha ocorrendo através de uma vasta rede de relações que envolvia, dentre outros, não só o Coronel José Geraldo, mas também o governador Magalhães Pinto, o General Carlos Luis Guedes e o General Golbery do Couto e Silva.

Retornando ao discurso e suas vinculações com a DSN, outro aspecto expressivo foi a abordagem sobre o binômio segurança e desenvolvimento. Embora não de modo extenso mas bastante positivista, José Geraldo, atento não apenas às Forças Armadas, mas também à Polícia Civil mineira, advogou pela “união” e “amizade” entre ambas as corporações estaduais, a fim “de proporcionar ao povo mineiro aquele clima de tranquilidade, de ordem e de segurança que permite as grandes arrancadas do progresso”. Nesse ponto, aproveitando a oportunidade, não deixou de tecer ferrenha oposição ao comunismo.

Apelando para o “reconhecido espírito de coesão das corporações militares”, cuja “invejada disciplina” havia se tornado alvo dos comunistas, conclamou ser necessário contra tal mal, que elas se solidificassem “em um bloco indestrutível”. Em tom de advertência, discorreu “que o inimigo insidioso e oculto, o inimigo de Deus e da Pátria, procura abrir uma brecha” entre os militares, lançando para isso “mãos de todos os recursos, desde a intriga mais solerte à calúnia mais deslavada”. Após tal argumentação, encerrou em tom de ordem, uma observação que circunda um dos estudos de Rodrigo Patto Sá Motta sobre o comunismo: “Mantenhamo-nos em guarda” contra o perigo vermelho.

Além das observações apresentadas, o mesmo discurso ainda traz em si mais dois aspectos curiosos, pertinentes ao advento das mulheres no ambiente de luta contra o comunismo e o valor dispensado a autoridade do líder. Relativo a questão das mulheres, o Coronel José Geraldo de Oliveira, cumprimentando o Coronel Meira Júnior, que na ocasião transmitia o comando da Corporação, teceu reverência “à sua excelentíssima esposa, modelo peregrino das virtudes da mulher mineira”. Esse ato, que notadamente tinha por função aludir a ação feminina no contexto da DSN, seja por meio da Igreja Católica ou de entidades representativas como a CAMDE e a LIMDE, representou a importância a elas atribuídas no processo de legitimação das ações militares que se seguiram.

A cooptação do apoio feminino aos postulados da DSN foi intensificada em 1962, quando o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES – passou a organizar e custear, a partir do Rio de Janeiro, a chamada Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE, que rapidamente expandiu suas representações pelo País. Em Minas Gerais, em janeiro de 1964, após terem contribuído significativamente para coibir a realização de um congresso trabalhista tido como comunista em Belo Horizonte, um grupo de mulheres mineiras criou a Liga da

Mulher Democrática – LIMDE, vinculada ao IPES/MG e aos Novos Inconfidentes. Segundo Heloísa Starling, a inserção feminina no contexto da luta contra o comunismo tinha um profundo conteúdo emocional. Nesse ponto, se tratavam de “mães e donas de casa que falavam publicamente de medo, violência, morte e destruição”, que apelavam à “coragem dos homens e sua própria”, em defesa da família, das tradições, da religião e da Pátria ameaçada pelo fantasma do comunismo²⁵⁰. Como demonstrado, não parece gratuita a menção do Comandante da PMMG às “virtudes da mulher mineira”, representadas na oportunidade pela esposa do seu companheiro de farda.

Quanto ao segundo aspecto referente a autoridade do líder, o Coronel José Geraldo argumentou que “comandar é um trabalho de equipe”, devendo dele “participar todos aqueles que se sentem reunidos por um laço de solidariedade decorrente de uma missão comum”, como o combate ao comunismo, por exemplo. Além disso, enfatizou que quem recebe “ordem e a cumpre com satisfação, está participando do aspecto mais belo do comando, que é a obediência de homens livres a princípios básicos que norteiam a vida humana”. Em outro momento do discurso, como que incorporando as teorias de Jacques Bossuet em meio à corte de Luis XIV, conclamou a união em “torno do (...) eminente governador” Magalhães Pinto, que representava e encarnava “o princípio sagrado de autoridade, princípio divino (...) emanando pelo próprio Deus”²⁵¹. Como é perceptível, até mesmo teorias absolutistas foram evocadas para enaltecer novamente os princípios da disciplina e da hierarquia tidos como os pilares das corporações militares, bem como para antagonizar o diabólico comunismo frente as forças favoráveis a manutenção de um Estado democrático-cristão.

Sobre essa representação, Rodrigo Patto Sá Motta argumenta que “essencialmente, o comunismo foi identificado à imagem do mal, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno”. Assim, mediante toda uma publicidade negativa intensificada desde o governo Vargas, constituiu-se sobre o comunismo um imaginário de sofrimento, miséria, fome, tortura, escravização, pecado e desordem, muito em função da manipulação, pelos órgãos de coerção e propaganda do Estado, das informações provenientes da União Soviética e de seus aliados, sobretudo após o início da Guerra Fria. Em meio ao processo de demonização do comunismo, “Moscou foi chamada ‘império do poder das trevas e cidade de Satanás’”. Do mesmo modo, o Bispo de Diamantina, Dom Geraldo Sigaud chegou a manifestar em 1962, que o “comunismo é uma seita internacional que segue a doutrina de

²⁵⁰ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 174.

²⁵¹ O discurso aqui apresentado, pode ser verificado na íntegra em: SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, pp 240-243.

Karl Marx”, trabalhando “para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho, bem como para instaurar o reino de Satanás neste mundo”²⁵².

Como evidenciado, constituído o processo de demonização do comunismo junto a sociedade brasileira, é coerente pensar que mediante circunstâncias de puro maniqueísmo, as forças erigidas sobre a bandeira do cristianismo atribuíssem o caráter do sagrado aos seus líderes, símbolos maiores do sacrifício a ser exercido por todos na cruzada anticomunista. Claro que considerando uma sociedade marcada pela razão e cientificismo, essa idéia parece inconcebível. Porém, admitindo a fé como uma letargia da racionalidade ou uma justificativa para o que ela não consegue explicar, como é possível extrair da filosofia agostiniana, a ordem metafísica se presta à manipulação, sobretudo das camadas menos instruídas ou de maior tradicionalismo cristão.

Ao longo da História do Brasil, vários exemplos ilustram a apropriação do sagrado aos propósitos de grupos que dele dependiam para legitimar seus atos, ou angariar o apoio de segmentos sociais para tanto. Sem alastrar a discussão, uma representação significativa para exemplificar o exposto, corresponde a mitificação de Tiradentes no início da República. Partindo do princípio de que “heróis são (...) instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos”, a elite republicana, percebendo a falta de envolvimento real do povo na implantação do regime”, tentaram compensá-la “por meio da mobilização simbólica”. Nesse ponto, dentre outros fatores, Tiradentes encarnava o sofrimento dos oprimidos frente a coerção do Estado, bem como a ânsia pela liberdade. Além disso, mediante um conjunto de comparações meticulosamente preparadas, todo o contexto do enforcamento correspondia simbolicamente ao da crucificação, pois, “a força é equiparada à cruz, o Rio de Janeiro a Jerusalém, o Calvário ao Rocio” e Joaquim Silvério dos Reis a Judas.

Em função do exposto, se por um lado muitos reconheciam em Tiradentes o “patriota, o soldado, o herói cívico que se sacrificara por amor a uma idéia”, outros, como Castro Alves, o identificavam como “o cristo da multidão”. Para José Murilo de Carvalho, “isso calava profundamente no sentimento popular, marcado pela religiosidade cristã. Na figura de Tiradentes todos podiam identificar-se”, uma vez que “operava a mística dos cidadãos, o sentimento de participação, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república”²⁵³.

²⁵² MOTTA. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*, pp 47-50.

²⁵³ CARVALHO. *A Formação das Almas*, pp 55-68.

Certamente não há correspondência entre Tiradentes e o governador Magalhães Pinto nos termos aqui tratados, ou muito menos um conjunto de circunstâncias que sustentem a sacralidade de sua autoridade. Entretanto, no campo simbólico de uma guerra ideologicamente maniqueísta, a evocação do Coronel José Geraldo nesse sentido contribuiu para enaltecer, pelo menos aos olhos dos mineiros, a liderança civil do governador frente aos acontecimentos que resultaram na derrubada de João Goulart em 1964, o que segundo alguns setores da imprensa de fato ocorreu.

Sabe-se que Magalhães Pinto oscilou inicialmente seu apoio entre Goulart e os conspiradores, em razão da perda ou ganho político que tais alianças pudessem representar. Entretanto, quando pressionado pelo complexo ESG/IPES/IBAD a assumir “integralmente o movimento” ou arcar com as conseqüências de uma deposição, tomou efetivamente posição favorável à direita. No mais, a “segunda opção não interessava politicamente a nenhuma das partes envolvidas”, uma vez que podia “acarretar sérias conseqüências” à própria conspiração, “em função da influência” que o governador “detinha, dentro e fora do estado”²⁵⁴.

Quanto à influência de Magalhães Pinto no círculo nacional e suas ligações com representantes do governo norte-americano, vários periódicos e estudos publicados atestam sua efetividade e contribuição para a execução das ações que resultaram na queda de Goulart. Sobre o assunto, enquanto Heloísa Starling discorre sobre os contatos estabelecidos entre o governador de Minas e o embaixador Lincoln Gordon, um dos principais articuladores entre os conspirados no Brasil com o governo norte-americano²⁵⁵, o General Guedes os ratifica, relatando inclusive suas iniciativas para conseguir “obter armas, munições e abastecimentos” junto aos “irmãos do norte” (nos dizeres do General Golbery) necessários ao “concurso” das ações destinadas a tomada de poder²⁵⁶.

Em outro aspecto, René Dreifuss afirma que Magalhães Pinto mantinha, dentre outros contatos intermediários, “ligações diretas com o Marechal Denys e o Brigadeiro Clóvis Travassos, um dos ideólogos geopolíticos da ESG”. Em outro momento, destaca seus contatos com “o centro de assuntos políticos” por meio de seu “sobrinho” e “executivo do IPES, José Luiz de Magalhães Lins, estreitamente vinculado aos Generais Castelo Branco e Cordeiro de Farias, além dos Marechais Dutra e Odílio Denys, dentre outros militares e personalidades civis, como o Juiz Antônio Neder²⁵⁷.

²⁵⁴ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 137.

²⁵⁵ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 125.

²⁵⁶ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 190.

²⁵⁷ DREIFUSS. *1964: A Conquista do Estado*, p. 413.

Assim, apesar de suas vicissitudes iniciais, após cobrir as solenidades de posse do Marechal Castelo Branco à presidência da República em abril de 1964, a revista *Manchete* noticiou que “as maiores aclamações a governadores foram tributadas aos senhores Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, que se misturaram com o povo, dispensando a proteção policial”²⁵⁸. Apesar da menção ao governador paulista, também fortalecido politicamente, embora tenha relutado iniciar a ação militar que depôs Goulart a partir de São Paulo, a reportagem permite avaliar a influência que “Magalhães, o herói da Revolução”²⁵⁹, detinha no contexto da instauração do regime militar, bem como sua contribuição para a difusão da DSN em Minas Gerais.

Somado ao posicionamento assumido por Magalhães Pinto frente ao governo Goulart, em março de 1964 alguns acontecimentos confirmaram a coesão e apoio dos policiais militares mineiros aos postulados inseridos na DSN e as lideranças civis e militares de Minas Gerais. Nesse sentido, tem relevância a pressão exercida pelo Comando Estadual dos Trabalhadores – CET, para que o Coronel José Geraldo de Oliveira fosse substituído do comando da Corporação. Na justificativa, a direção da CET ressaltava a falta de cooperação por parte do comando da PMMG junto às manifestações trabalhistas no estado de Minas, naquele momento já observadas pelos policiais como atos subversivos ou mais precisamente apologia ao comunismo.

Visto as circunstâncias, os oficiais superiores da Corporação redigiram um documento de apoio ao comando e o destinaram ao governador. Por meio dele, os oficiais manifestando repúdio a tentativa de “intromissão indébita”, apelaram às tradições que, segundo eles, encerravam “mais de um século de respeito à legalidade, à ordem institucional, à liberdade e à democracia autêntica”. Assim considerando, continuaram argumentando que se sentiram no dever de prestarem “irrestrito apoio e apreço ao Comandante Geral,” cujo “cumprimento do dever” pautava-se nos “princípios constitucionais, legais e regulamentares”. Concluindo, enfatizaram que a substituição do Comandante satisfaria apenas aos anseios de forças subversivas, em “sacrifício” do “bem-estar social” e em benefício da “desmoralização da autoridade e o conseqüente falecimento de princípios formadores de uma Nação democrática”. Segundo o Coronel Geraldo Tito Silveira, mediante tal posicionamento dos policiais militares, também correspondido pelos Generais Guedes e Mourão, o governador

²⁵⁸ Revista *Manchete*, edição de 25 de abril de 1964, p. 17.

²⁵⁹ Revista *O Cruzeiro*, edição de 10 de abril de 1964, p. 13.

Magalhães Pinto manteve o Coronel José Geraldo no comando da Corporação, ratificando a liderança de ambos junto a tropa, bem como seu apoio ao movimento conspiratório²⁶⁰.

Como foi evidenciado até o momento, existia entre os militares mineiros uma forte identificação com a DSN, embora Minas Gerais não constituísse o centro ideológico progenitor da doutrina. Assim, é cabível discorrer que apesar da ESG estar sediada no Rio de Janeiro, suas representações encontravam-se espalhadas pelo País, não sendo diferente no caso mineiro. Para tanto, cada estado federado se encarregou de implementar suas filiais, denominadas de ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. “Com objetivo de estudar os problemas brasileiros, os cursos da ADESG, sempre sob o controle da ESG”, eram “dirigidos para um público-alvo, em que o binômio desenvolvimento e segurança” fosse partilhado como “a única resposta para a solução dos problemas do País”²⁶¹. No caso de Minas Gerais, René Dreifuss cita que o contato entre a ADESG e o governo mineiro era Theófilo Azeredo Santos, sobrinho de Magalhães Pinto que, segundo citação do autor, possuía significativa influência no “movimento civil-militar”²⁶².

Além dos cursos da ADESG, a dinâmica das ações em torno da DSN em Minas Gerais também esteve vinculada a uma rede de relações pessoais diretas que, por vezes, fugiu ao controle do próprio complexo ESG/IPES/IBAD. A esse respeito inclusive, vários são os relatos que apontam uma precipitação por parte do General Mourão, em consonância com Magalhães Pinto, quanto ao início das operações militares em 31 de março de 1964. Nesse ponto, como afirmou o General Guedes, a notícia foi tomada com surpresa e apreensão pelo General Castelo Branco no Rio de Janeiro, que chegou a pedir para que a marcha militar fosse abortada, sob a justificativa de que a precipitação implicaria a derrota, o que não ocorreu²⁶³. Do mesmo modo, em entrevista concedida em 1966, Carlos Lacerda explanou que do seu “gabinete no Palácio da Guanabara, enquanto mobilizava recursos do governo carioca para resistir ao cerco que se armava”, declarou “que se algum dia esta revolução” saísse vencedora “uma estátua ao General Mourão” deveria ser levantada em homenagem a sua “precipitação que desencadeou a “revolução militar”²⁶⁴.

Na verdade, embora o General Mourão seja lembrado como um dos protagonistas do movimento civil-militar de 31 de março de 1964, era uma personalidade observada com ressalvas pelos conspiradores do eixo Rio-São Paulo e suas ações eram supervisionadas de

²⁶⁰ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, pp 246-247.

²⁶¹ BORGES. *A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares*, p. 36.

²⁶² DREIFUSS. *1964: A Conquista do Estado*, p. 413.

²⁶³ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 215.

²⁶⁴ Revista *Realidade*, edição de abril de 1966, p. 35.

perto pelo General Guedes, então comandante da 4ª Divisão de Infantaria do Exército Brasileiro – ID/4 do EB – em Belo Horizonte. Nesse sentido, além de chefiar, de fato, “o setor militar e ser o principal articulador entre a Polícia Militar e o Exército em Minas Gerais, o General Guedes também estava ligado ao estado-maior do IPES – São Paulo”²⁶⁵.

Entretanto, se por um lado o exemplo do General Mourão demonstra que os conspiradores do complexo ESG/IPES/IBAD não detinham o controle total sobre a gama de articulações entre seus colaboradores, por outro representa casos isolados, uma vez que no contexto geral o círculo de relações, especialmente em Minas Gerais, se prestou à consecução dos propósitos ideologicamente manifestos na DSN. Assim, a trama de ligações envolvendo o governo mineiro, sua Força Pública e conspiradores regionais com o complexo ESG/IPES/IBAD e até mesmo com o governo norte-americano, funcionou eficazmente e resultou na ascensão dos militares ao poder.

Tomando por partes, a começar pela vinculação do General Golbery do Couto e Silva com os conspiradores em Minas Gerais, é interessante remontar ao ano de 1955, ocasião em que, após ter sido exonerado de suas funções na Escola Superior de Guerra, assumiu o comando da ID/4 do Exército em Belo Horizonte. Apesar de ter permanecido pouco tempo na Capital mineira, conseguiu estabelecer vínculos com influentes personalidades identificadas com a DSN, seja por compatibilidade ideológica ou por oposição a política empreendida pelos governos considerados populistas. A título de exemplo, foi nessa época que o então Tenente Coronel Golbery estabeleceu contato com o advogado Aluizio Aragão Villar, que em 1964 assumiu destacado papel de articulação entre os denominados “Novos Inconfidentes”²⁶⁶ (em Minas Gerais) com o IPES no Rio de Janeiro, chefiado pelo já General Golbery, responsável pela preparação estratégica destinada a aplicação da DSN e a conseqüente tomada de poder²⁶⁷.

No campo militar, como já referenciado, o elo de ligação entre a PMMG e o Exército Brasileiro foi o General Guedes, apesar da publicidade atribuída ao General Mourão. Assumindo o comando da ID/4 em Belo Horizonte em 1961, o General Guedes tratou de estreitar seus contatos com o governador Magalhães Pinto, bem como com o Coronel José Geraldo de Oliveira, que como já dito anteriormente, passou a comandar a PMMG a partir de 1962. Além disso, sensível aos postulados da DSN, encontrava-se ligado ao complexo ESG/IPES/IBAD, sobretudo a partir de São Paulo, onde o General Agostinho Cortes em consonância com o General Golbery chefiava o “grupo IPES que operava junto às Forças

²⁶⁵ DREIFUSS. 1964: *A Conquista do Estado*, pp 389-393.

²⁶⁶ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, pp 53-54.

²⁶⁷ DREIFUSS. 1964: *A Conquista do Estado*, p. 391.

Armadas e Informação”²⁶⁸. No mais, assim como o governador Magalhães Pinto, o General Guedes manteve significativo contato com representantes do governo norte-americano, fato que contribuiu para acarear recursos e equipamentos, parte deles destinados ao aparelhamento da Polícia Militar mineira, bem como a garantia de apoio, inclusive militar, na eventualidade de uma guerra civil.

Sobre o assunto, segundo citado por Heloísa Starling, nos idos de 1964 o General Guedes “manteve encontros com o Vice-Cônsul Lawrence Laiser, cujas atividades eram muito mais ligadas à” Central de Inteligência Americana – “CIA, que diplomáticas”. Além disso, também manteve contatos em Belo Horizonte “com o adido militar da Embaixada norte-americana, General Vernon Walters, da Defense Intelligence Agency - DIA (serviço secreto do exército norte-americano) e coordenador das operações da CIA no Brasil”²⁶⁹. Relatando posteriormente os acontecimentos, o próprio General Guedes afirmou quanto ao apoio dos Estados Unidos aos conspiradores, “que tinha a convicção de que não (...) faltariam meios”, uma vez que um “Brasil comunista” representaria “uma América Latina comunista e a inevitável derrota do mundo ocidental”. Assim, segundo ele, “mais valeria” aos Estados Unidos prestar ajuda naquele momento, do que “permitir uma reedição da Coreia em proporções continentais”²⁷⁰.

Quanto à ação do governo norte-americano junto aos conspiradores Brasileiros, além de terem engendrado a própria ideologia da DSN a partir da National War Collge, da qual a ESG é uma espécie de filial, bem como o apoio financeiro e material, como o fornecido à Polícia Militar mineira, chegaram a organizar uma mega operação militar conhecida como “Brother Sam”. Sobre essa operação, da qual tinham conhecimento, dentre outros, o governador Magalhães Pinto e o General Guedes, várias informações já foram publicadas, como em uma reportagem especial da Revista Nosso Século editada em 1980.

A partir da exposição de alguns telegramas, secretos no momento da instauração do regime militar brasileiro em 1964, a operação “Brother Sam” foi planejada e retida nos Estados Unidos, à espera das informações enviadas pelo Embaixador Lincoln Gordon, que acompanhando de perto a movimentação militar em Minas Gerais e mantendo contato direto com o governador Magalhães Pinto, determinaria se “as forças policiais do Estado” necessitariam “de um apoio americano antecipado”. A esse respeito, Caio Prado Júnior argumentou que o governo norte-americano “se arrogou o direito (...) de usar de todos os

²⁶⁸ DREIFUSS. *1964: A Conquista do Estado*, pp 391-393.

²⁶⁹ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, pp 125-126.

²⁷⁰ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 190.

recursos, sejam eles quais forem, inclusive a força armada (...) para assegurar a inviolabilidade e permanência do imperialismo”²⁷¹.

Desse modo, avaliadas as circunstâncias, “no dia 31 de março uma reunião em Washington deliberou” pela ação. A partir desse momento, “uma esquadra liderada pelo porta-aviões Forrestal” apoiada por destróieres, recebeu ordens para partir de “Norfolk na Virgínia no dia 1º de abril, trazendo um carregamento de armas para os rebeldes”. Além disso, “dois petroleiros” deveriam ser enviados. No mais, julgando a necessidade de um apoio mais rápido, “sete aviões de transporte C-135, oito aviões de caça e oito tanques” foram preparados para chegar ao “Rio de Janeiro” no mesmo dia, trazendo “110 toneladas de armas portáteis e munição”. Toda essa preparação codificada como “Brother Sam”, foi abortada às “17 horas e 30 minutos do dia 1º de abril”, após o embaixador “Lincoln Gordon” ter enviado um “telegrama ao Departamento de Estado dos EUA”, argumentando acreditar que estava tudo terminado, “com a rebelião democrática 95 por cento vitoriosa”. Assim, no dia seguinte, a fim de disfarçar a operação, ela foi denominada como sendo de treinamento pelo governo norte-americano e rebatizada sob a codificação de “Quick Kick”, ou seja, “Rebate Rápido”²⁷².

Dado o clima de Guerra Fria, os acontecimentos no Brasil repercutiram na imprensa norte-americana. Nesse ponto, é relevante a matéria divulgada pelo *The New Journal American* do dia 04 de abril de 1964, por demonstrar claramente a posição do governo norte-americano em relação ao Brasil, bem como a compatibilidade de perspectivas em relação à DSN. Segundo os editores do jornal, “embora a revolta tenha sido dirigida contra Goulart, prisioneiro do comunismo, em um certo sentido (...) evidenciou a determinação militar de não permitir outra Cuba no Brasil”. Em outro momento, felicitaram “a ação rápida do presidente Lyndon B. Johnson, ao cumprimentar o novo presidente brasileiro, o civil Ranieri Mazzili, que” refletia, para eles, “o critério do governo de Washington sobre a validade constitucional da mudança de poder no Brasil”²⁷³.

Na verdade, considerando os postulados da DSN e o clima de Guerra Fria, tal operação já havia sido considerada necessária pelos militares da ESG anos antes da queda de Goulart. Nesse sentido, em seus estudos sobre a situação do Brasil em relação ao bloco ocidental, o General Golbery entendia que, como resposta a “tática manhosa da subversão insuflada pelos comunistas” na América Latina, uma guerra interna deveria ser travada em cada País com a ajuda dos Estados Unidos, “principal bastião do Ocidente”. Para tanto, “seria

²⁷¹ PRADO JR. *A Revolução Brasileira*, p. 198.

²⁷² Revista *Nosso Século - 1960-1980*, Editora Abril, publicação: 1982, 5º fascículo: *Revolução de 1964*, p. 79. Maiores detalhes sobre o assunto ver também: CARONE. *A Quarta República*, pp 271-276.

²⁷³ Revista *Nosso Século - 1960-1980*, Editora Abril, publicação: 1982, 5º fascículo: *Revolução de 1964*, p. 77.

necessário contar com forças militares ao pé da obra, organizadas de preferência com elementos locais devidamente equipados e assistidos”, reforçados, se preciso, “por destacamentos dotados de armamentos do mais moderno e potente”. No mais, seria prudente manter “nas proximidades” das áreas em conflito, “forças-tarefas móveis”, a fim de assegurar socorro em “caso de alarma”²⁷⁴.

Conforme é perceptível, existia uma equivalência entre o imaginário corrente nos Estados Unidos e no Brasil acerca dos acontecimentos provenientes da Guerra Fria, muito em função da difusão da DSN em ambos os países. É certo que as atribuições cabíveis ao governo norte-americano e ao governo brasileiro pertinentes à defesa do Ocidente eram diferenciadas, porém, o sentimento anticomunista era similar. Assim entendendo, o caso cubano é significativo para exemplificar o exposto. Em termos da DSN, a revolução que conduziu Cuba ao comunismo desencadeou uma perspectiva de intensa ameaça no continente, uma vez que rompeu com a idéia de segurança postulada. Dessa maneira, enquanto nos Estados Unidos a chamada “Crise dos Mísseis”²⁷⁵ esteve envolta à possibilidade de uma guerra nuclear, no Brasil a apreensão e medo somavam-se a insatisfação dos conspiradores contra a parcimônia política do presidente João Goulart em relação ao governo cubano. Além disso, boa parte da sociedade civil e em especial os militares, assistiam perplexos a heroicização de Che Guevara por segmentos estudantis de esquerda, sem contar a lembrança negativa de sua condecoração durante o governo de Jânio Quadros²⁷⁶.

Mediante os fatos, o temor de que “o Brasil se transformasse em uma grande Cuba”, sentimento compartilhado pelos EUA, acabou contribuindo para cooptar maior apoio aos postulados da DSN, via complexo ESG/IPES/IBAD. Sobre o assunto, não faltam depoimentos que definam o governo Goulart como parte de um processo de “cubanização do País”, como demonstram os do Coronel Georgino Jorge de Souza, referenciados anteriormente. Além dos apresentados, outros também poderiam ser descritos, como os do General Guedes ou do Coronel José Geraldo de Oliveira, que também os manifestavam com certa freqüência.

²⁷⁴ SILVA. *Conjuntura Política Nacional*, p. 245.

²⁷⁵ A chamada “Crise dos Mísseis” observada durante o governo de John F. Kennedy no ano de 1962, foi desencadeada após descoberta de que a União Soviética estava instalando armas nucleares em solo cubano, direcionados contra o território norte-americano. Assim, em meio às tensas negociações entre as duas potências, que deixou o mundo apreensivo quanto à perspectiva de uma guerra nuclear, a situação foi resolvida com a retirada dos mísseis de Cuba por parte do governo soviético, sob a condição de que o governo norte-americano abortasse seus projetos similares em relação à Turquia. Sobre a questão ver: SHLESSINGER JR. *Mil Dias – John F. Kennedy na Casa Branca*, Volume 1.

²⁷⁶ Sobre os detalhes da condecoração de Che Guevara no Brasil ver: CARONE. *A Quarta República*, pp 180-181. Ver também: SILVA. *O Poder Militar*, pp 195-198.

Como foi demonstrado até o momento, em Minas Gerais a Doutrina de Segurança Nacional encontrava-se plenamente difundida junto à sociedade civil e principalmente militar. Desse modo, os policiais militares mineiros, partilhando os postulados da DSN, seja por consonância ideológica ou por pertencerem a uma tradicional sociedade marcada pelo temor de uma ameaça comunista intensificada em razão da Guerra Fria, cerraram apoio aos propósitos destinados à tomada do poder. Na ocasião, salienta-se que de um modo geral, os policiais militares acreditavam agirem em prol da defesa da liberdade e o que ela correspondia no imaginário do que fosse um Estado democrático-cristão para eles.

Ressalva seja feita, embora alguns estudiosos como Maria Helena Moreira Alves, Moniz Bandeira e Edgard Carone, dentre outros, sejam mais críticos no sentido oposto, Rodrigo Patto Sá Motta adverte que apesar do anticomunismo ter se prestado aos propósitos das forças que compunham a chamada direita no País, “os defensores da ordem não estavam exagerando totalmente quando denunciaram o perigo vermelho”. Avaliando o contexto geral do momento em questão, o autor é da opinião de que a “situação era de molde a causar uma reação de temor sincero ao comunismo, considerado um inimigo ativo e perigoso”²⁷⁷. No mais, “o fato de os comunistas e a esquerda influenciarem o governo não pode ser negado, e nesse sentido a ‘ameaça vermelha’ não foi mera fabulação”²⁷⁸. Assim, muitos militares tinham a concepção de que infiltrados no governo federal, os comunistas estariam se preparando para dar um golpe, quando tivessem acumulado forças suficientes para desencadear a revolução e ocuparem o poder.

Para Márcia Pereira da Silva, a afirmação de que o discurso anticomunista por parte dos militares não passou de mera manipulação, configura uma interpretação demasiadamente simplória, que não condiz com a realidade. Conforme a autora, o “discurso não é apenas um meio para se alcançar um determinado objetivo, já que revela concepções e crenças de quem o faz, bem como daqueles para quem se destina à fala”. Nessa perspectiva, “a produção do discurso incorpora idéias compartilhadas entre” interlocutor e receptor, uma vez que seu conteúdo representa muito mais que um conjunto de palavras encadeadas com o objetivo de convencer alguém. Assim, é possível afirmar que a “ênfase dada pelo discurso oficial para a idéia da Pátria em perigo, remontava a crenças compartilhadas tanto pelas Forças Armadas, como pelos setores da sociedade brasileira e estavam, convém reiterar, explicitadas na Doutrina de Segurança Nacional”²⁷⁹.

²⁷⁷ MOTTA. *Em Guarda Contra o ‘Perigo Vermelho’*, p. 193.

²⁷⁸ MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura*, p. 169.

²⁷⁹ SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, pp 103-104.

No mais, é válido salientar que vários acontecimentos observados no País após a Segunda Guerra Mundial, contribuíram para ratificar a crença no “perigo vermelho”. Tomando exemplos, é conveniente memorar alguns fatos, tais como as agitações de esquerda, seja no campo ou nos centros urbanos, a política de neutralidade do governo federal em relação à Guerra Fria, as constantes quebras na hierarquia militar, a condecoração e ingresso de comunistas no País, a politização das massas urbanas, as declarações de Luis Carlos Prestes favoráveis a União Soviética e as implicações da Revolução Cubana e da Intentona Comunista de 1935, dentre outros que também confirmariam o exposto. No mais, de modo manipulado ou não, é válido ressaltar que vários noticiários davam nota da infiltração de agentes comunistas no País, realidade que certamente tinha impacto no imaginário dos militares quanto à questão da segurança nacional.

A título de exemplo, em 1952 notificou-se que “milhares de agentes subversivos soviéticos” haviam “entrado no Brasil (...) com o propósito de orientar e deflagrar o levante comunista”. Em caso crítico, só em Minas Gerais o “exército apátrida” foi “seguramente avaliado em 18 mil guerrilheiros armados, concentrado em sua maior parte no Triângulo Mineiro”²⁸⁰. Além disso, “em janeiro de 1964, por exemplo, Prestes, numa entrevista à televisão, declarou que a esquerda já estava no poder, e deu a entender que os comunistas apoiavam a permanência de Goulart na presidência após o fim do mandato”²⁸¹. Como visto, é correto afirmar que notícias desse gênero produziam grande repercussão nos meios militares, não sendo diferente no caso dos policiais militares mineiros.

Ademais, também é singular considerar que dentro das Forças Armadas e das Polícias Militares já havia uma “tendência natural a respeitar” o modo de vida ocidental e suas representações. Portanto, se o comunismo figurava no sentido oposto, era coerente aos militares a postura de refutar os projetos revolucionários, contrários à manutenção da ordem que constitucionalmente deveriam manter. Outro aspecto importante estava assentado no fato de que os “militares tinham um profundo respeito pela noção de hierarquia e um forte espírito de corpo”, condição que os levavam a “temer as conseqüências de uma revolução para a estrutura das Forças Armadas”²⁸².

Como se procurou evidenciar, justificar o imaginário militar contra o comunismo apenas como decorrência exclusiva de um processo de manipulação, significaria incorrer em defesa insustentável. Por certo, apesar dos empreendimentos do complexo ESG/IPES/IBAD

²⁸⁰ MOTTA. *Em Guarda Contra o 'Perigo Vermelho'*, p. 145.

²⁸¹ MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura*, p. 164.

²⁸² MOTTA. *Em Guarda Contra o 'Perigo Vermelho'*, p. 37.

com o propósito de alterarem a estrutura do poder nacional, a Doutrina de Segurança Nacional tinha uma lógica cabível em relação ao comunismo. Desse modo, é coerente afirmar que quando os militares foram conclamados a tomarem uma atitude salvacionista em relação à Nação, sobretudo pelos setores médios urbanos, muitos deles concebiam a ação como um dever patriótico, conforme demonstram alguns depoimentos já referenciados.

Assim, em meio ao conjunto de fatores que conduziram Minas Gerais a desencadear as operações militares que resultaram na deposição de João Goulart, a Polícia Militar terminou sendo preparada a fim de contribuir para tal propósito. Nesse sentido, ao contrário de uma tendência nacional, os polícias militares mineiros, sob o comando do governador Magalhães Pinto e do Coronel José Geraldo de Oliveira, foram sistematicamente integrados aos padrões de treinamento do Exército Brasileiro destinado às ações de guerra, em detrimento de um condicionamento mais específico às ações de segurança pública, assunto que será abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

A SEGURANÇA NACIONAL E AS PARTICULARIDADES DE MINAS GERAIS

Em meio às ações destinadas a tomada do poder durante o atribulado governo de João Goulart, o complexo ESG/IPES/IBAD desenvolveu uma série de levantamentos e estudos, com o objetivo de avaliar o melhor local para desencadear o levante militar. Assim, considerando os fundamentos da “geopolítica”²⁸³ e da “geoestratégia”²⁸⁴ no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional²⁸⁵, os conspiradores chegaram à conclusão de que Minas Gerais abrigava as condições mais favoráveis à consecução de tal intento. Sobre o assunto, Hélio Silva, através de entrevista concedida em 1974, argumentou que ao “fixar a preponderância do papel desempenhado por Minas Gerais” no movimento civil-militar de 1964, não pretendia “ignorar ou minimizar” a efetiva participação de “outras lideranças” pelo País, que “igualmente” se prontificaram a “deter o processo em que mergulhara a vida pública da Nação”. Porém, inegavelmente, “foi em Minas que as resistências democráticas e as próprias Forças Armadas encontraram a instrumentação política e militar que assegurou o desfecho do 31 de março”. Na mesma linha, como chegou a afirmar o General Odílio Denys, “se Minas Gerais não tivesse se levantado a Revolução teria sido impossível”²⁸⁶.

Pertinente ao exposto, é certo afirmar que Minas Gerais figurou como o mais destacado estado da federação, frente às ações militares irrompidas sob a justificativa da segurança nacional. Para tanto, além da articulação conspiratória estabelecida com o complexo ESG/IPES/IBAD em torno da DSN, cuja identificação foi evidenciada no capítulo anterior, as características geográficas de Minas também compuseram um conjunto de significativa importância. Parte constituinte do que o General Golbery definiu como o “núcleo central brasileiro, estruturado sobre o triângulo de potência” que integra o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, Minas Gerais era o estado que melhor viabilizava acesso a Brasília, centro do poder político nacional. No mais, por ocupar posição estrategicamente limítrofe

²⁸³ Tomando o conceito da *Escola de Munique* da década de 1930, Geopolítica pode ser entendida aqui como uma “ciência da vinculação geográfica” com “os acontecimentos políticos”. Ver: SILVA. *Conjuntura Política Nacional*, p. 163.

²⁸⁴ Segundo o General Golbery, na *Geoestratégia* “os fatores geográficos condicionam mais ou menos severamente todos os elementos e fundamentos do poder e do Potencial Nacionais, sejam propriamente políticos, sejam econômicos, psicossociais ou militares”. Em síntese, a *Geoestratégia* pode ser “entendida” como a “Geopolítica de segurança nacional”. SILVA. *Conjuntura Política Nacional*, p. 167.

²⁸⁵ Os conceitos de “geopolítica” e “geoestratégia”, inseridas na DSN, foram concebidos pelo General Golbery quando de sua passagem pela Escola Superior de Guerra na década de 1950. SMALLMAN. *A Profissionalização da Violência Extralegal das Forças Armadas no Brasil*, p. 401.

²⁸⁶ Revista *História*, nº 10, edição de março de 1974, p. 87.

com diversos estados, dentre os quais São Paulo e Rio de Janeiro, poderia facilmente receber apoio dos seus aliados neles nucleados.

MAPA 01. Mapa Rodoviário de Minas Gerais



FONTE: Site Ambiente Brasil. Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br/imagens/estadual/minas_gerais/cnt_mg.gif&ir>. Acesso em: 07 de agosto de 2007.

Em outra análise, mediante perspectivas de uma guerra civil, o relevo acidentado de Minas constituía um imponente obstáculo defensivo contra as forças do governo federal, caso Goulart tivesse optado resistir ao processo de deposição. Como entendia o General Guedes, em Minas as “montanhas” representariam “um poderoso escudo”, sob a “sombra” das quais os militares poderiam “resistir” ou, sob condições favoráveis, se lançarem “para qualquer parte”²⁸⁷. Conforme visto, “frente a um método de combate eminentemente defensivo”, a

²⁸⁷ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 48.

“superioridade relativa oferecida por Minas estava em garantir vantagem no aproveitamento do terreno”, a fim de permitir a “inversão na correlação de forças” com o governo federal²⁸⁸.

MAPA 02. Geomorfologia e Relevo de Minas Gerais



FONTE: Site Ambiente Brasil. Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br/imagens/estadual/minas_gerais/cnt_mg.gif&ir>. Acesso em: 07 de agosto de 2007.

Sobre essa condição, salienta-se que tal preocupação defensiva não era injustificada. Que pese o esforço empreendido em contrário pelos conspiradores, as Forças Armadas não constituíam um todo indivisível em torno do complexo ESG/IPES/IBAD. Assim, como observou José Murilo de Carvalho, em 1964 Goulart não foi deposto por falta de apoio civil-militar, mais sim pela falta de “virtu” em empreender resistência. Para o autor, embora a “responsabilidade principal pelo golpe” tenha sido “dos que o deram e não dos que o

²⁸⁸ STARLING. *Os Senhores das Geras*, p. 48.

sofreram”, os “vencedores contaram (...) com a ajuda dos perdedores”²⁸⁹. Desse modo, admitindo que a guerra civil era uma possibilidade real, era pertinente dotar Minas das condições cabíveis para empreender resistência.

Relativo ao contexto político-militar observado nos idos de 1964, Minas Gerais era o único dentre os grandes estados brasileiros em que o governo estadual, a polícia militar e as forças do Exército e da Aeronáutica se mantinham coesas contra João Goulart ²⁹⁰. A título de exemplo, o editorial do jornal *O Globo*, de 26 de fevereiro de 1964, referenciou que Minas estava “mobilizada contra os inimigos das instituições” e havia constituído “o maior centro de resistência às investidas malsãs do comunismo”²⁹¹. Sobre tais afirmações, uma breve comparação entre Minas e os demais estados de maior relevância no cenário nacional é válida, para elucidar algumas razões que as ratificam.

Começando as comparações a partir de São Paulo, a primeira distinção em relação a Minas consistiu na relutância do então governador Adhemar de Barros, em iniciar o levante militar a partir do território paulista. Para tanto, apelava sistematicamente à Revolução Constitucionalista de 1932, ocasião em que, como enfaticamente recordava, o estado lutara sozinho contra o governo federal. Assim, valendo-se da máxima de que “São Paulo não” repetiria “o erro de 1932”, Adhemar de Barros procurou justificar sua cautelosa conduta, embora tenha manifestado que apoiaria qualquer outro estado, “pequeno ou grande”, que insurgisse contra o processo de comunização do País.²⁹²

É certo que existia um imaginário negativo em meio à sociedade paulista, quanto ao empenho do estado enquanto vanguarda das ações militares contra as forças leais a Goulart. Nesse ponto, às lembranças dos acontecimentos de 1932 tinha apelo tão expressivo, que o próprio General Mourão, momentos antes de iniciar a marcha militar a partir de Juiz de Fora, escreveu em seu diário sobre a possibilidade do Exército vir contra ele a exemplo do que “aconteceu com São Paulo em 1932”²⁹³. No entanto, não desmerecendo o exposto, a postura assumida por Adhemar de Barros representou muito mais sua astúcia pessoal frente aos acontecimentos, cujo ganho político fazia-se duvidoso, do que altruísmo ao povo paulista.

Sobre o assunto, que pese o fato do governador não deter controle sobre os militares federais no estado, uma vez que isso fugia a sua competência, ao que é possível identificar

²⁸⁹ CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, pp 118-126.

²⁹⁰ Revista *Nosso Século – 1960-1980*, Editora Abril, publicação: 1982, 71º fascículo, p. 66.

²⁹¹ MOTTA. *Em Guarda Contra o ‘Perigo Vermelho’*, p. 262.

²⁹² Sobre a relutância de Adhemar de Barros ver: SKIDMORE. *Brasil: De Getúlio a Castelo*, p. 363 / GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 186 / Revista *História*, nº 10, edição de março de 1974, p. 88 / Revista *Realidade*, edição de abril de 1974, p. 123.

²⁹³ Revista *História*, nº 10, edição de março de 1974, p. 94.

através dos periódicos e estudos publicados, também não lançou mão da poderosa Polícia Militar paulista como força combatente, ao contrário do ocorrido em Minas Gerais. Para constar, mediante as fontes utilizadas para a realização deste trabalho, a única menção feita a Polícia Militar de São Paulo em meio aos acontecimentos desencadeados em 31 de março de 1964, foi a invasão de militares da Corporação à “Companhia Telefônica Brasileira”, com o propósito de prender “32 rebeldes” nela sitiados²⁹⁴. Evidente que resumir a atuação da PM paulista a esse acontecimento seria incorrer em grave erro, todavia, a pouca publicidade dispensada às ações da Corporação contribuem para ratificar a idéia do seu parco empenho.

Condizente às vicissitudes do governo paulista, cabe destacar que o próprio Adhemar de Barros só veio a apoiar oficialmente o governador Magalhães Pinto de Minas Gerais, pouco antes da meia-noite do dia 31 de março, ou seja, 18 horas após o início do levante militar em Juiz de Fora pelo General Mourão²⁹⁵. No mais, avaliando a situação, assim procedeu após tomar conhecimento que o General Amauri Kruehl, comandante do II Exército sediado no estado, havia decidido apoiar os conspiradores. Como visto, embora após a queda de Goulart o governador Adhemar de Barros tenha empreendido forte campanha contra os comunistas, que outrora representaram boa parte do seu eleitorado²⁹⁶, efetivamente pouco contribuiu, pelo menos no sentido militar, para que a vitória ocorresse.

Ainda sobre São Paulo, outro ponto controverso envolve exatamente a situação do referido II Exército, uma das maiores e mais poderosas divisões da força terrestre no País. Apesar de nuclear importantes representantes e aliados do complexo ESG/IPES/IBAD, o II Exército vinha sendo comandado pelo General Amauri Kruehl, que tendia apoiar João Goulart. Nesse sentido, em sua última ligação ao presidente, o General afirmou que ficaria ao seu lado e levaria o “II Exército em sua defesa”. Para tanto, solicitou o cumprimento de algumas condições atribuídas como necessárias para apaziguar os ânimos dos militares, como afastar do governo suspeitos de subversão, a exemplo de Darcy Ribeiro, além de por na ilegalidade algumas representações de esquerda como a UNE e a CGT. No entanto, mediante negativa do presidente, Kruehl terminou optando pelos conspiradores às 23 horas do dia 31 de março, em meio à iminência de choque entre seus subordinados e as forças militares provenientes de Minas Gerais, que na ocasião haviam atingido os limites do estado de São Paulo²⁹⁷.

Se em São Paulo, governo, conspiradores e Forças Armadas, mesmo após a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, não haviam atingido a coesão necessária para iniciar o

²⁹⁴ Revista *O Cruzeiro*, edição de 10 de abril de 1964, p. 26.

²⁹⁵ Revista *O Cruzeiro*, edição de 10 de abril de 1964, p. 26.

²⁹⁶ MOTTA. *Em Guarda Contra o ‘Perigo Vermelho’*, p. 170.

²⁹⁷ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 230 / SKIDMORE. *Brasil: De Getúlio a Castelo*, p. 363.

levante militar, no outrora estado da Guanabara a situação era ainda pior. Governado por Carlos Lacerda, conspirador de velha data, embora tenha se destacado como um dos principais opositores do governo Goulart e integrar o grupo interessado em sua deposição, não tinha o mesmo apelo político de Magalhães Pinto ou Adhemar de Barros. Além disso, vale lembrar que nos idos de 1964, a Guanabara era um estado circundante ao Rio de Janeiro que, apesar de ter deixado de ser a Capital Federal em 1960, ainda abrigava boa parte da antiga estrutura administrativa que o mantinha no círculo do poder.

Desprovido de recursos cabíveis para empreender uma cooperação militar de maior envergadura, no momento em que os militares tomaram marcha em Minas, Lacerda se encontrava “ilhado, vigiado e hostilizado, em visível inferioridade”²⁹⁸. “Entrincheirado” no desfecho dos acontecimentos, Lacerda chegara a dar ordens para que caminhões de lixo fossem usados como barricadas na avenida que dava acesso ao Palácio da Guanabara. No mais, tomando “duas metralhadoras portáteis e uma pistola”, prostrou-se ao telefone para ter acesso às informações através da PM carioca, “aguardando confirmação dos boatos” sobre “os fuzileiros navais do Almirante Aragão”, que ameaçavam “atacar o Palácio”²⁹⁹.

Outro problema, mais especificamente no Rio de Janeiro, era o I Exército comandado pelo General Moraes Âncora. Entendendo que a manutenção de João Goulart na presidência representava a legalidade constitucional, Âncora ordenou o deslocamento de tropas contra Minas Gerais³⁰⁰. Entretanto, no momento em que os militares do I Exército e os provenientes de Minas se posicionaram para o combate no vale do Paraíba na madrugada do dia 01 de abril, o General Âncora tomou conhecimento da decisão do General Kruel de enviar tropas contra o Rio de Janeiro. No correr dos fatos, vendo seu comando esvair-se frente a fragmentação do I Exército, que abrigava boa parte dos oficiais integrados ao complexo ESG/IPES/IBAD, Âncora terminou não tendo muito que o fazer. Além disso, ratificando a tese da falta de “virtú” por parte de Goulart, na ocasião do seu retorno do Rio de Janeiro para Brasília no dia 01 de abril³⁰¹, o presidente deixou instruções “de que não queria choque militar” àquela altura dos acontecimentos³⁰². Assim, por volta das 15 horas do mesmo dia, o

²⁹⁸ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 197.

²⁹⁹ SKIDMORE. *Brasil: De Getúlio a Castelo*, p. 364. Ver também: Revista *Realidade*, ed. abril de 1966, p. 35.

³⁰⁰ Revista *O Cruzeiro*, edição de 10 de abril de 1964, p. 70.

³⁰¹ João Goulart estava no Rio de Janeiro por ocasião de ter participado de uma solenidade promovida pelos sargentos da Polícia Militar carioca, na noite de 30 de março. Esse acontecimento, segundo José Murilo de Carvalho, contribuiu para acentuar o descontentamento dos opositores ao seu governo. CARVALHO. *Forças Armadas e Política no Brasil*, pp 123-124.

³⁰² SKIDMORE. *Brasil: De Getúlio a Castelo*, p. 364.

General Âncora desmobilizou as tropas, implicando a vitória dos conspiradores, ainda que a situação no Sul do País não tivesse sido resolvida³⁰³.

A respeito do Rio Grande do Sul, as circunstâncias eram semelhantes, ou seja, governador conspirador, comando militar legalista. Desse modo, a exemplo do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Rio Grande do Sul não detinha as condições favoráveis para iniciar as operações militares, mesmo porque sua localização geográfica também não configurava fator contributivo. No mais, apesar de Ildo Meneghetti ser o governador, a personalidade política de maior representatividade era Leonel Brizola que, empreendendo aliança com o General Ladário e com o comandante do III Exército, General Galhado, procurou criar meios para que Goulart desencadeasse a resistência. Sobre o assunto, como afirmou Darcy Ribeiro, mediante os acontecimentos “Brizola fez o que podia para forçar Jango à luta armada com o auxílio das tropas sediadas no Rio Grande do Sul e do povo gaúcho. Ele não quis”, preferindo exilar-se no “Uruguai no dia 04 de abril”, confidenciando não querer desencadear uma “guerra civil que poderia resultar 1 milhão de mortes” estimativamente³⁰⁴.

Voltando à Minas Gerais, além das peculiaridades até aqui salientadas, outro fator que lhe era favorável em relação aos demais estados brasileiros, estava vinculado a sua capacidade de angariar e distribuir suprimentos à tropa, na eventualidade de um conflito de maior duração. Condizente à afirmação, basta dizer que Minas ocupava lugar de destaque em termos de produção agropecuária, além de possuir extensa malha viária interligando seu território, seja internamente ou com os demais estados circundantes. Fato admitido como plausível na época, a idéia da sustentabilidade de mantimentos foi defendida pelo próprio secretário estadual de Agricultura, Roberto Resende, ao assegurar que Minas dispunha de provisões para “resistir por cem dias”. É interessante dar nota que esta suposta condição, não posta a prova, extrapolava até mesmo a própria estimativa de duração do conflito que, segundo Magalhães Pinto seria de dez dias, caso Goulart tivesse optado pela resistência³⁰⁵.

Tecnicamente, de acordo com os estudos da APEC publicados em 1964, a agricultura configurava-se como a “atividade mais importante” de “Minas Gerais”, embora mantivesse um relativo atraso frente às novas tecnologias de plantio e colheita. Entretanto, apesar de tecerem algumas críticas, de um modo geral as análises da APEC permitem interpretar que, de fato, a “agricultura mineira” ocupava “lugar de relevo na produção nacional”. Nesse sentido, é oportuno destacar que em 1960, dentre outros gêneros alimentícios, Minas Gerais era o maior

³⁰³ Revista *O Cruzeiro*, edição de 10 de abril de 1964, p. 17.

³⁰⁴ RIBEIRO. *Confissões*, pp 354-355. Ver também: Revista *Realidade*, edição de julho de 1966, p.50.

³⁰⁵ Revista *O Cruzeiro*, edição de 10 de abril de 1964, pp 16-17.

produtor de feijão e o segundo maior produtor de arroz do País, alimentos considerados essenciais à mesa dos brasileiros.

Quanto à questão viária, em que pese os comentários contrários a primazia do transporte rodoviário, a APEC terminou por salientar, através de gráficos, a importância de Minas como ponto de articulação entre as várias regiões do Brasil. A título de exemplo, basta lembrar que o município de Montes Claros no norte do estado, já abrigava o segundo maior entroncamento rodoviário do País³⁰⁶. Assim, como elucidado, os estudos da APEC contribuem para ratificar a idéia de que Minas Gerais detinha as condições cabíveis para armazenar e gerenciar a distribuição de mantimentos em seu território, caso houvesse necessidade de defesa por um período prolongado.

Embora até o momento tenham sido explicitadas as circunstâncias que cooperaram para a escolha de Minas Gerais como o estado precursor do levante militar, pertinente a geoestratégia ele apresentava alguns empecilhos que precisaram ser contornados. Relativo ao assunto, o que se presta às discussões imediatas refere-se a continentalidade de Minas, que dificultaria às comunicações com seus aliados pelo litoral. Nesse aspecto, apesar do relevo, localização e proporcionalidade do estado contribuírem para a prática de uma guerra defensiva, a ausência de uma faixa litorânea era observada como uma complicação. Desse modo, a estratégia de ação concebida pelos militares, que previa apoio logístico dos Estados Unidos caso as condições se fizessem desfavoráveis aos conspiradores, ficaria comprometida.

Considerando o exposto, mediante as incertezas no Rio de Janeiro e em São Paulo, os conspiradores em Minas procuraram solucionar o problema através do Espírito Santo, em negociações iniciadas desde 1962. Envolvendo os respectivos governos estaduais, suas forças públicas e representantes das Forças Armadas, constituiu-se uma aliança a partir da garantia de que o estado capixaba cooperaria, desde que a autonomia federativa fosse resguardada. Assim, no correr dos acontecimentos, o ato oficial de adesão foi obtido na manhã do dia 31 de março, paralelo ao deslocamento das tropas do General Mourão em Juiz de Fora. Com esse ato, o governador capixaba, Lacerda Aguiar, assegurou a Minas a utilização do porto de Vitória, indispensável à boa execução da operação “Brother Sam” posta a disposição pelo governo norte-americano, conforme contemplada no capítulo anterior³⁰⁷.

³⁰⁶ APEC. *A Economia Brasileira e suas Perspectivas*, pp 231-241. A idéia de Minas Gerais como “encruzilhada dos caminhos” e sua “missão unificadora no plano nacional”, também é manifestada nos estudos de Otávio Dulci. A esse respeito, ver: DULCI. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*, p. 202.

³⁰⁷ Sobre a articulação entre Minas Gerais e o Espírito Santo ver: Revista *Realidade*, ed. abril de 1974, p. 125 / Revista *História*, nº 10, ed. março de 1974, p. 90 / SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 249 / STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 126.

Sobre o livre acesso ao porto de Vitória por parte dos conspiradores mineiros, é fácil encontrar argumentações que discorram quanto a sua importância para o sucesso das operações militares, no caso de uma guerra civil. Nesse sentido, tecendo considerações sobre o assunto, o General Guedes destacou que se Minas fosse impelida a uma resistência prolongada, “os abastecimentos seriam feitos através da Estrada de Ferro Vale do Rio Doce”³⁰⁸, que favorecia a conexão entre Belo Horizonte e o porto de Vitória. Além disso, como chegou a identificar o próprio governo federal através de Darcy Ribeiro, no correr do “dia 31 de março” o presidente, circunscrito em informações imprecisas, tomou conhecimento de que “a força naval” destinada a “invadir o País” estava “articulada não com Lacerda”, mas sim “com Magalhães Pinto”³⁰⁹ através do Espírito Santo.

Como visto, apesar dos argumentos apresentados até o momento não encerrarem o assunto, contribuem para confirmar a escolha de Minas como o estado sublevador contra o governo federal. Assim, como chegou a ser exaltado pelo General Guedes, “tinha que ser Minas”. Na sua concepção, os demais estados “que se juntassem” a ele, ou o “combatessem”. Conforme o mesmo General, Minas Gerais possuía “os meios suficientes para lutar sozinha e possibilidades de mobilização”, que dariam aos militares “elementos” para alcançarem a “vitória”, caso o “isolamento afinal se positivasse”³¹⁰.

No entanto, embora Minas estivesse inscrita em um conjunto de fatores favoráveis, segundo assim entendiam os principais integrantes do complexo ESG/IPES/IBAD, existiam algumas deficiências, sem a solução das quais a execução das ações militares seria inviável. Como já referenciado, a comunicação do estado com o litoral através do Espírito Santo, representou significativo avanço dentre os empecilhos de maior relevância. Porém, considerando a responsabilidade atribuída ao governo de Minas, de levantar armas sob a perspectiva de uma guerra civil, seu problema mais crítico era exatamente o diminuto efetivo das Forças Armadas em seu território, sobretudo do Exército.

A esse respeito, dispendo de um reduzido contingente de 4 mil homens aproximadamente em 1964³¹¹, Minas Gerias não ocupava privilegiada posição quanto à distribuição do Exército Brasileiro pelo País. Assim, enquanto São Paulo e Rio de Janeiro abrigavam duas das quatro mais poderosas divisões dessa força federal pelo Brasil, Minas contava apenas com frações menores. A título de exemplo, é relevante salientar que as duas

³⁰⁸ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 190.

³⁰⁹ RIBEIRO. *Confissões*, p. 353.

³¹⁰ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 189.

³¹¹ Revista *Realidade*, edição de abril de 1974, p. 124. Ver também: Revista *História*, nº 10, edição de março de 1974, p. 89.

representações do Exército mais significativas em solo mineiro eram a 4ª Divisão de Infantaria – ID/4 – em Belo Horizonte (sob o comando do General Guedes) e a 4ª Região Militar – 4ª RM – em Juiz de Fora sob o comando do General Mourão. Hierarquicamente, a primeira se subordinava a segunda e ambas eram partes integrantes do I Exército sediado no Rio de Janeiro. Como esclarecido, do ponto de vista estratégico, Minas Gerais não dispunha de comando de Exército.

Marcado pela continentalidade e pela “ausência do perigo” ou “de uma invasão iminente” por parte de um agressor estrangeiro, Minas Gerais, dentro das “prioridades” do I Exército, era o “último” estado “a receber material bélico” e sua “importância militar” estava “voltada para o suprimento de recursos”. Em decorrência disso, os comandos militares no estado “não eram operacionais e sim logísticos”. Mediante esse conjunto de fatores, Minas fugia as características dos lugares tidos como ideais para se fazer carreira militar³¹².

Avaliando as condições observadas como necessárias para o empreendimento do levante militar, o General Guedes, admitindo não existir “maior risco do que a improvisação ou uma reação movida apenas pelo desespero” no âmbito da luta, também entendia como crítica a situação das forças federais em Minas. Para ele, a vitória se afirmaria pela capacidade de ação baseada em “número de soldados instruídos, armados e equipados”, disponíveis para o cumprimento das metas confiadas ou missões atribuídas. Nesse ponto, o “Exército em Minas valia somente pela qualidade”, uma “vez que seus efetivos eram reduzidos e, ademais, sofriam limitações resultantes do irrisório tempo de serviço”. Basicamente, seus quadros eram constituídos de reservistas, “parte dos quais com instrução incompleta”, por prestarem serviços à Corporação “durante três a quatro meses por ano”³¹³.

Visto a precariedade do Exército em Minas para os efeitos de uma ação militar de maior envergadura contra o governo federal, uma medida interna cabível seria a transferência de efetivos para o território mineiro. Nesse sentido, o próprio Magalhães Pinto considerava ter um “trunfo político poderoso”, exatamente por governar o estado “para onde recuariam militarmente Rio e São Paulo, no caso de uma campanha militar de longa duração”³¹⁴. No entanto, embora essa perspectiva tivesse sido cogitada, antecipá-la para antes do levante significaria despertar a atenção dos generais legalistas e por consequência do próprio presidente, quanto aos preparativos destinados a tomada de poder.

³¹² STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 112.

³¹³ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 47.

³¹⁴ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 136.

Condizente ao argumento, basta memorar que os comandantes do I Exército no Rio de Janeiro e do II Exército em São Paulo, respectivamente Generais Morais Âncora e Amauri Krueel, só aderiram aos conspiradores horas após o início das operações militares em Minas e, ainda assim, após terem tentado, inutilmente, se conciliarem com Goulart. Com base nessas considerações, a fim de não colocarem a conspiração em risco mediante uma possível reação antecipada por parte do governo federal e seu aparato de defesa, a transferência de efetivos ou redistribuição dos comandos militares terminaram apresentando-se como opções inviáveis.

Entretanto, se como já dito, o Exército em Minas não compunha força suficiente para iniciar sozinho o levante militar, a solução encontrada consistiu no sistemático envolvimento da Polícia Militar mineira nos acontecimentos. Tal medida, compreendida como possível, tinha a vantagem de passar pela articulação direta entre o governador do estado, o comando da Corporação policial e demais membros civis e militares inscritos no complexo ESG/IPES/IBAD, fato que dispensou pouca atenção do governo federal e portanto não implicou desconfiança quanto aos procedimentos utilizados.

Sobre o assunto, há quem entenda que a Polícia Militar mineira foi “imprescindível para o sucesso do dispositivo militar organizado pelo IPES” juntamente com os conspiradores em Minas. Para tanto, muito valeu o “cuidadoso processo de articulação”, que permitiu, em março de 1964, a PM desempenhar “relevante papel no planejamento de ação militar em Minas, em termos de sua participação conjunta com o Exército na distribuição dos diversos destacamentos militares”³¹⁵. Do mesmo modo, segundo o Coronel Tito Silveira, se de “Minas partiu, mais uma vez o impulso libertador de nossa Pátria, foi da Polícia Militar, aliada à Guarnição Federal, que surgiu a arrancada de 31 de março, acordando as demais forças da hipnose e da insensibilidade em que se achavam”³¹⁶.

Como ficou claro, se Minas havia sido escolhida para iniciar o levante militar e o efetivo do Exército distribuído em seu território, 4 mil homens aproximadamente, não era adequado para a missão, o envolvimento da Polícia Militar terminou sendo a solução encontrada. No entanto, seu empenho deveria ocorrer enquanto tropa combatente e não como força destinada às práticas de segurança pública. Explicitando melhor o assunto, Nilson Borges argumenta que pertinente a Doutrina de Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra, a questão da “segurança interna comporta ações que se desenvolvem em duas grandes áreas”, sendo-as, à “defesa interna” e a “defesa pública”. Conforme o autor, a primeira se ocupa “dos antagonismos e pressões vinculadas ao processo subversivo”,

³¹⁵ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 119.

³¹⁶ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 265.

enquanto a segunda está ligada “ao setor de segurança pública (...), que se ocupa dos antagonismos e pressões de toda a espécie que não contenham conotações ideológicas”³¹⁷.

Desse modo, considerando que o tipo de ação militar para ambos os casos exigem treinamentos distintos, os destinados à segurança pública não eram os mais adequados para os efeitos de um tipo de luta que demandava táticas de guerrilha. Assim, para que a Polícia Militar mineira tivesse êxito frente ao processo destinado a tomada do poder, cuja justificativa era exatamente garantir a segurança interna supostamente ameaçada pela subversão, foi preciso adequar à Corporação. Para tanto, foi necessário que ela perdesse suas características de polícia e assumisse apenas seu caráter militar, em conformidade aos padrões exigidos ao empenho de guerra, segundo campo de atuação do Exército Brasileiro.

É certo que a Polícia Militar de Minas a muito recebia treinamento militar e já havia participado de outras ações compatíveis às práticas de guerra, como as desencadeadas em decorrência da Revolução Constitucionalista de 1932. Todavia, apesar das experiências anteriores, as proporções dimensionadas para o conflito, onde o próprio presidente estimou um milhão de mortos, bem como o momento de transformações observadas junto as corporações policiais militares de todo o País, aferiram a PM de Minas uma condição peculiar frente as demais congêneres.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas brasileiras se consolidaram como atores políticos no cenário nacional, passando elas mesmas a elaborar um projeto de desenvolvimento para o País, vinculado a Doutrina de Segurança Nacional³¹⁸. Nessa perspectiva, os militares federais, principalmente do Exército, entendiam como vital a hegemonia sobre o controle da segurança interna do País, ainda relativamente vinculada às polícias militares estaduais. Assim, dando continuidade a um processo desencadeado durante o governo Vargas, o Exército Brasileiro conseguiu, através da Constituição de 1946, consolidar seu controle sobre as corporações policiais militares. A partir da Carta Magna, tais corporações passaram à condição de forças auxiliares e reservas do Exército. No mais, revertendo gradativamente o belicismo outrora observado, embora tenham mantido seu caráter militar, suas funções policiais foram sistematicamente direcionadas à prática de segurança pública, nos moldes discorridos por Nilson Borges, conforme já mencionado.

Acompanhando tais mudanças, a exemplo das demais congêneres no País, a PM de Minas, a partir da década de 1950, desenvolveu um programa de “instrução policial” destinado a segurança pública, semelhante ao aplicado atualmente. Segundo alguns

³¹⁷ BORGES. *A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares*, p. 37.

³¹⁸ SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, p. 14.

estudiosos, esse tipo de instrução tinha “caráter e finalidade muito diferente da militar”, razão pela qual foi preciso a adoção de “processos e meios diferentes dos conhecidos pela tropa”. Para tanto, a “administração da Polícia Militar” de Minas Gerais foi transformando “os métodos rotineiros, numa orientação mais objetiva para as finalidades da função policial que, em virtude da própria” civilidade deveria “ser mais humana, mais social, mais preventiva e mais educativa”³¹⁹.

Como visto, no início da década de 1960, seguindo uma tendência nacional, os policiais militares mineiros estavam recebendo um tipo de treinamento que não se prestava especificamente as ações de uma guerra defensiva ou de guerrilha, que atendesse aos propósitos dos conspiradores. Assim, uma vez avaliada como imprescindível ao levante militar a partir de Minas Gerais, a Polícia Militar mineira, ao contrário de suas congêneres, passou a receber treinamento de guerra coordenado pelo Exército, em consonância com o governador Magalhães Pinto e seu comandante geral, Coronel PM José Geraldo de Oliveira.

Inicialmente, apesar de ambas as corporações já terem atuado conjuntamente em ocasiões anteriores, foi preciso apaziguar um certo clima de rivalidades entre elas, sobretudo em Belo Horizonte, em função das lembranças de 1930. Na ocasião, em meio ao processo revolucionário que conduziu Getúlio Vargas ao poder, os policiais militares mineiros cercaram e combateram os militares do Exército Brasileiro confinados no quartel do 12º Regimento de Infantaria – 12º RI do EB, fato que resultou mortes e era lembrado negativamente por ambos os lados.

Todavia, a boa articulação entre o General Guedes e o Coronel José Geraldo, viabilizou a união entre a Polícia Militar e o Exército, de tal modo que terminaram por se complementarem militarmente. Para tanto, ambos os oficiais, demonstrando “grande habilidade na condução do processo de aproximação entre as duas corporações”, conseguiram “vencer rixas, em especial através da organização de um sistema de promoções conjuntas”, que envolvia competições esportivas, visitas, formaturas” e festividades³²⁰. Paralelamente, procedeu-se um treinamento também conjunto que transformou a Polícia Militar “de força policial em força combatente”³²¹.

A apropriação da PM de Minas para os fins de guerra, pode ser identificada desde a quase duplicação de seu efetivo em menos de quatro anos, até a análise de alguns armamentos operacionalizados pelos policiais em 1964, em decorrência do próprio treinamento. Sobre o

³¹⁹ COTTA. *Breve História da Polícia Militar*, pp 119-120.

³²⁰ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 62.

³²¹ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 119.

efetivo, segundo o Coronel Marco Filho, em 1960 a Polícia Militar de Minas dispunha de 11.396 militares. No entanto, quando da deposição de João Goulart esse número havia subido para 18 mil, conforme confirma o General Guedes. Ao enaltecer o comando da Polícia Militar mineira, o comandante da ID/4 do EB expressou que no correr dos acontecimentos em 1964, o “Coronel José Geraldo (...) representava os 18 mil homens da Polícia Militar de Minas Gerais (...), prontos para serem lançados como tropa combatente e não mais como policiais”³²². Como explicitado, em 1964 a Corporação de Minas superava em mais de quatro vezes o efetivo do Exército Brasileiro em solo mineiro.

Dimensionando estatisticamente esse súbito crescimento da PM mineira em relação à demografia, é possível afirmar que ele se prestou muito mais aos propósitos do levante militar e aos efeitos de guerra, do que ao âmbito da segurança pública. Tomando como válidos os dados da APEC, verifica-se que entre 1940 e 1960 a população mineira cresceu 45 por cento aproximadamente³²³. Por outro lado, no mesmo período o policiamento cresceu 34 por cento, não acompanhando, portanto, o crescimento demográfico. Além disso, durante o período de governo de Getúlio Vargas, mediante um conjunto de leis destinadas ao controle das polícias militares estaduais, esse crescimento foi de apenas 9 por cento.

No período em questão, segundo afirmou o Coronel Tito Silveira, “o efetivo não cresceu e nem diminuiu”, apenas variou. Esse fato representou sério problema, uma vez que a demanda de trabalho e o número de municípios haviam aumentado”, realidade que não “era levada em conta”. Confirmando a afirmação, é coerente ressaltar que em 1932 o efetivo policial militar em Minas Gerais era de 8.537 homens, enquanto em 1954 era de 9.316 policiais. Conforme o exposto, é possível concluir que em 22 anos o acréscimo foi de apenas 959 homens, número muito aquém da demanda de trabalho³²⁴.

Como demonstrado estatisticamente, antes da década de 1960 não existia uma significativa preocupação em promover o aumento do efetivo policial em razão da demanda de serviço vinculada ao crescimento demográfico. Assim, não há critérios plausíveis para admitir que a demasiada ampliação do número de policiais em um curto intervalo de tempo, tenha ocorrido com base em preocupações pertinentes ao âmbito da segurança pública, mesmo porque os índices de criminalidade também não corroboravam para tanto. Por outro lado, retomando o argumento do General Guedes, de que a vitória na guerra contra os comunistas se afirmaria pela capacidade de ação baseada em “número de soldados instruídos,

³²² GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 175.

³²³ APEC. *A Economia Brasileira e suas Perspectivas*, pp 227.

³²⁴ SILVEIRA. *Crônica da Polícia Militar de Minas*, p. 207.

armados e equipados”, percebe-se o real objetivo da quase duplicação do efetivo da PM de Minas, ao longo dos primeiros anos da década de 1960.

Nesse ponto, as seguintes palavras de Magalhães Pinto permitem encerrar a questão. Segundo afirmou o ex-governador em 1979, “na verdade, quando dois anos antes” de 1964, “atribuíra ao Coronel José Geraldo a responsabilidade de preparar Minas” para uma ação militar de “larga envergadura, temia que fosse inevitável um confronto armado”. Desse modo, cumprindo as “minhas recomendações”, o referido comandante “tratou de elevar” o efetivo da Corporação. Ao cabo de “dois anos de treinamento, pode a PM ser mobilizada com seus soldados profissionais, preparados inclusive psicologicamente para a ação, por um corpo de oficiais que”, conforme testemunho “dos Generais Guedes e Mourão”, bem como de “outras altas patentes do Exército, honrariam qualquer corporação armada”³²⁵.

Encerradas as discussões estatísticas e antes de passar às observações cabíveis ao treinamento e armamento, é interessante analisar um importante aspecto abordado por Magalhães Pinto, condizente ao envolvimento da PM de Minas no contexto do levante militar em 1964: a questão psicológica. Pertinente ao assunto, é certo que para atuar como combatentes, os policiais tiveram que se submeterem a um treinamento destinado à prática da guerra, cuja afinidade com as demandas de segurança pública eram mínimas. Todavia, admitindo que a perspectiva da guerra esperada em 1964 envolvia o confronto entre compatriotas, dispor de uma Corporação militar cujo trabalho cotidiano exige a prática da coerção e o uso da força contra concidadãos, ainda que identificados como criminosos, representava uma vantagem maior aos conspiradores.

Estudiosa sobre o assunto, Hannah Arendt argumentava que o Exército, “treinado para lutar contra o agressor estrangeiro, sempre constituía instrumento duvidoso para fins de guerra civil, mesmo em condições totalitárias”, uma vez que “sente dificuldades em olhar o próprio povo” como inimigo. Por outro lado, as forças policiais, em decorrência do próprio treinamento e necessidades do trabalho, possuem preparo psicológico para tanto³²⁶. Exemplificando, é oportuno lembrar que na Alemanha nazista, os principais executores da chamada “solução final” que vitimou milhões de alemães de descendência judia, não advinham do Exército, mas sim da SS e da Gestapo, que compunham as forças policiais de confiança de Adolf Hitler.

No caso dos policiais militares mineiros, a incorporação da ideologia contida na Doutrina de Segurança Nacional, somada ao preparo psicológico para identificarem inimigos

³²⁵ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 6.

³²⁶ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, p. 470.

em meio aos concidadãos, contribuiu para desencadear um sentimento de extrema aversão aos indivíduos caracterizados como subversivos. Aqui, considerando os postulados de uma guerra civil, cuja vitória de um grupo também depende da capacidade dos seus integrantes enxergarem compatriotas como inimigos, o empenho de uma força militar que tenha facilidade para tanto é significativo.

Com o intento de evitar falsas impressões, é válido discorrer que embora a eliminação do inimigo interno seja uma característica dos regimes totalitários, existe uma distinção entre “inimigo objetivo” e “inimigo suspeito”. O primeiro caso é o que se presta ao totalitarismo, em decorrência de ser definido e eliminado pela própria força que representa o Estado. Para Hannah Arendt, essa categoria de inimigo é identificada ideologicamente pelos regimes totalitários, indiferente de alguma manifestação contrária ao Estado. Por outro lado, o inimigo suspeito é definido pelo suposto desejo de subverter a ordem do Estado, suas instituições ou seu sistema de governo³²⁷. Através dessa argumentação, salienta-se a clara vinculação da Polícia Militar de Minas com o segundo caso, coerente aos postulados da Doutrina de Segurança Nacional.

Ainda condizente a questão psicológica, um acontecimento observado no noroeste de Minas Gerais no dia 01 de abril de 1964, contempla a idéia de Hannah Arendt quanto a viabilidade do empenho das forças policiais em uma guerra civil. Desencadeado o levante militar pelo General Mourão a partir de Juiz de Fora, em Montes Claros, o 10º Batalhão de Infantaria da PM de Minas – 10º BI da PMMG, já em estado de prontidão, aguardava ordens para agir. Inicialmente designado à atuar juntamente com o 12º Regimento de Infantaria do Exército – 12º RI do EB, na ocasião em deslocamento de Belo Horizonte à Brasília, o 10º BI da PM de Minas terminou por receber nova missão em caráter de urgência.

Na noite do dia 31 de março, após tomarem conhecimento de que um Batalhão de Guardas Presidenciais do Exército Brasileiro – BGP do EB³²⁸ - havia iniciado deslocamento de Brasília tentando atingir a cidade de Paracatu no noroeste de Minas, o comandante do 10º BI da PM mineira, Tenente Coronel Georgino Jorge de Souza, reuniu seus subordinados e partiu no sentido da mesma cidade. Segundo João Camilo Torres, essa operação embora tenha sido menos focalizada “pelo noticiário”, foi “talvez a mais difícil” realizada pela PM de

³²⁷ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, p. 474. Ver também: SILVA. *A Defesa Legal do Arbítrio*, p. 125.

³²⁸ Segundo o General Guedes essa informação foi conseguida através de um reconhecimento aéreo. Esse Batalhão, favorável à Goulart, compunha-se de “uma coluna motorizada constante de três carros de combate”, bem como de unidades de infantaria, cujos militares foram conduzidos em “onze ônibus”. GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 234. Segundo o Coronel Georgino, o Batalhão era composto por uns “600 homens”, que dispunham de “armamento moderníssimo” e “três tanques”. Coronel Georgino Jorge de Souza (Comandante do 10º BI da PMMG em 1964) em entrevista concedida à Fábio Antunes Vieira (fit. Mag.). Montes Claros, 19 de outubro de 2000.

Minas em 1964. Para o autor, o deslocamento dos policiais militares de Montes Claros à Paracatu com o objetivo de “fechar” o acesso dos militares legalistas à Minas, apesar de ter ocorrido em “estradas carroçáveis, atravessou o território mineiro (...) numa arrancada fulminante, digna de um Rommel”³²⁹.

Pensando empreender o máximo de resistência ao BGP do EB, até à chegada do 12º RI do EB, o Ten Cel Georgino chegou à cidade de Paracatu e adotou os procedimentos do que ele definiu como “episódio de guerra psicológica”. Verificando a inferioridade bélica do seu batalhão frente ao BGP do Exército e portanto a inviabilidade de um confronto direto, o comandante do 10º BI ordenou aos seus subordinados da Companhia de Metralhadoras Pesadas que ficassem de prontidão para um possível combate, ao mesmo tempo em que sitiou com os demais policiais a cidade. Ciente de que o BGP já se encontrava nas proximidades da ponte do rio São Marcos, importante via de acesso à Brasília próxima a Paracatu, o Ten Cel Georgino tentou atingir os militares federais psicologicamente, ao centralizar o município e seus cidadãos como parte do cenário de uma carnificina, caso seu comandante optasse avançar sobre os policiais.

Condizente ao episódio, Georgino veio a admitir em entrevista posteriormente, que na ocasião tomou alguns de seus oficiais ostensivamente armados e partiu ao encontro do prefeito e demais personalidades de Paracatu. Mediante reunião, deixou claro seu posicionamento em meio à “guerra” então em curso. Além disso, enfatizou que ocorrendo o confronto “a cidade” seria “destruída”, uma vez que, vindo sobre eles “os bandidos comunistas” só poderiam “oferecer combate de rua”, em razão da superioridade bélica do inimigo, que dispunha inclusive de “tanques”. Na continuidade, ao ser interpelado pelo prefeito a lutar fora dos limites da cidade, o comandante do 10º BI ratificou que as casas serviriam de “trincheiras” e o “sangue” dos civis mortos iria “clamar o Brasil a se levantar contra os bandidos comunistas”. Por fim, advertiu que ninguém se esqueceria do que aconteceria ali, bem como dos que tomariam como mártires da Nação. Por outro lado, àqueles que se opusessem a essa “glória” seriam entendidos também como “comunistas”.

Terminado o diálogo, segundo afirmou o Coronel Georgino, alguns representantes de Paracatu vendo-o intransigente e abalados psicologicamente, terminaram por fazer o que ele esperava. Nesse sentido, tomaram alguns automóveis e foram ao encontro do comandante do BGP do Exército, dali distante a alguns quilômetros, pedir para que não ordenasse o ataque

³²⁹ TORRES, *História de Minas Gerais*, p. 1568. Rommel era um oficial nazista e um dos homens de confiança de Adolf Hitler.

que vitimaria muitos civis e destruiria a cidade, sitiada por forças policiais dispostas a lutar³³⁰. Não é possível saber os efeitos que tal solicitação teve sobre o comando do BGP do EB, todavia, o fato é que o confronto não chegou a ocorrer. Apesar de ter permanecido nas proximidades por mais algumas horas, ainda no dia 01 de abril os militares federais retornaram à Brasília. A essa altura dos acontecimentos, já sabiam que o II e o I Exércitos já haviam aderido aos conspiradores. Através do exposto, é possível observar que o fator psicológico terminou por ser empregado pela força policial como um instrumento de luta, contra a força do Exército.

Pertinente a questão do treinamento, como já abordado em outro capítulo, até 1962 a PM de Minas vinha recebendo uma instrução adequada ao cumprimento das atribuições de segurança pública, a exemplo das demais congêneres estaduais. Sem querer estender aqui discussões já realizadas, vale retomar, todavia, que o Manual de Instrução Policial Básica, aprovado pelo comando da PMMG para o ano de 1962, destacava a Polícia Militar “como um órgão da administração do Estado” de Minas Gerais “encarregado de manter a ordem e a segurança públicas”³³¹. Porém, acertado que a Corporação atuaria como força combatente no levante militar, os policiais passaram a ser condicionados a arte da guerra, especificamente defensiva, aproveitando a geografia do estado mineiro.

Como já observado, a opção por um tipo de guerra defensiva ou de guerrilha tinha suas razões vinculadas à possibilidade de oposição por parte de Goulart a sua deposição. Assim, caso o presidente tivesse reagido militarmente, o governador de Minas Gerais decretaria “estado de beligerância” em nome da soberania nacional e empreenderia a resistência necessária para obter apoio dos aliados, inclusive dos Estados Unidos. A partir dessa atitude, articulada entre o complexo ESG/IPES/IBAD e os representantes do governo dos EUA no Brasil, o presidente Lindon Johnson reconheceria como legítima a ação contra Goulart, justificando desse modo o envio da operação Brother Sam. Segundo Moniz Bandeira, o apoio logístico e bélico enviado pelos Estados Unidos chegaria a Minas Gerais “através do porto de Vitória e da estrada de ferro Vale do Rio Doce, conforme o General Guedes acertara com” o General Vernon “Walters e um agente da CIA chamado Lawrence” Laser³³².

Quanto aos recursos disponibilizados para que a PM de Minas se adequasse aos propósitos dos conspiradores, além dos angariados pelo IPES-Novos Inconfidentes, uma parte foi conseguida por intermédio direto de Magalhães Pinto e do General Guedes junto aos

³³⁰ Coronel Georgino Jorge de Souza (Comandante do 10º BI da PMMG em 1964) em entrevista concedida à Fábio Antunes Vieira (fit. Mag.). Montes Claros, 19 de outubro de 2000.

³³¹ SANTOS. *Policiamento*, p. 42.

³³² BANDEIRA. *O Governo João Goulart*, p. 173. Ver também: GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 190 / p. 223.

representantes do governo norte-americano no País, sobretudo o embaixador Lincoln Gordon e o General Walters. Para tanto, alguns acordos escusos foram firmados, bem como certos programas foram adotados, como o chamado “Ponto IV”. Segundo cita Heloísa Starling, esse programa “implicava auxílio de material pertinente à missão policial-militar, estando excluído, ao menos do ponto de vista formal, o fornecimento de armas a PM”. Além disso, à CIA coube contribuir no processo de “adestramento” dos policiais através de seus agentes, a exemplo de “Dan Mitrione”, morto em 1970 no Uruguai pelos guerrilheiros Tupamaros³³³.

Entretanto, apesar da formalidade, o próprio General Guedes afirmou ter solicitado a Lawrence Laser, em caráter de urgência, “blindados, armamentos leves e pesados, munições, combustíveis, aparelhagem de comunicações, enfim todo o complexo material que a guerra exige e que Minas dispunha em quantidade ínfima”³³⁴. Embora existisse uma preocupação em tentar “evitar comentários malévolos e, de certa forma, impedir insinuações da influência do governo norte-americano no movimento” civil-militar contra Goulart³³⁵, o certo é que ela inegavelmente existiu, conforme demonstram vários estudos já publicados.

Abordando os aspectos que viabilizam demonstrar a transformação dos policiais em força combatente, o depoimento a seguir e uma breve análise de alguns armamentos utilizados, permitem tecer uma idéia dessa adaptação. Nesse sentido, segundo afirmou em entrevista o Sargento Francisco de Assis, em 1964 estava sendo realizado no 10º BI da PMMG o chamado Curso de Formação de Soldados – CFS. Na oportunidade, mediante o “clima de guerra”, alguns “recrutas” foram escolhidos, inclusive ele, para compor a denominada “Companhia de Metralhadoras Pesadas”. Conforme lembrou o militar, a partir dessa seleção eles passaram a receber um “especial” e “intenso treinamento”, que os capacitaram operarem um “armamento de guerra e não de policiamento”. Justificando a escolha, argumentou que em função da natureza do trabalho, como estavam em “plena forma física” devido a exaustiva prática de exercícios diários, o “comando considerou” que eles eram os mais aptos para tanto³³⁶.

Além do depoimento, o manejo de armamentos de guerra pela PM de Minas em 1964, também pode ser identificado pelo conteúdo da “Ordem de Operação nº 01”. Emitida em “30 de março” pelo “Estado-Maior Geral” em Minas, essa ordem estabelecia, dentre outras coisas, que as “unidades” policiais “mobilizadas” deveriam “compor-se de 03

³³³ STARLING. *Os Senhores das Gerais*, p. 126. Ver também: BANDEIRA. *O Governo João Goulart*, p. 126.

³³⁴ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 223.

³³⁵ GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 223.

³³⁶ Terceiro Sargento Francisco de Assis Rocha (Soldado do 10º BI da PMMG em 1964) em entrevista concedida à Fábio Antunes Vieira (fit. Mag.). Montes Claros, 09 de abril de 2002.

companhias de fuzis” constituídas “de 170 homens cada”, bem como de “01 companhia de metralhadoras pesadas, leves ou mistas, constituída de 134 homens”. Quanto ao excedente, se ocorresse, deveria ser organizado “nos mesmos moldes”³³⁷. No mais, ao longo da preparação, foram montadas “oficinas de armeiros e fabrico de armas”, tais como “bazucas, metralhadoras de mão, fuzis e granadas”³³⁸.

Com o intuito de comparar o quanto o emprego desses armamentos em larga escala destoava das funções policiais convencionais, faz-se relevante tecer algumas considerações sobre o assunto. Segundo o Manual de Policiamento aprovado pelo comando da PMMG para o ano de 1962, “o revólver” calibre trinta e oito era tido como “a arma normal” a ser utilizada pelo “policia militar” no âmbito das funções de segurança pública”, além do cassetete e algemas³³⁹. Todavia, como evidenciado anteriormente, em 1964 os policiais manuseavam fuzis e metralhadoras, armamentos de uso convencional do Exército Brasileiro, cuja destinação principal é a prática da guerra.

Assim, mediante o exposto, a partir da análise de alguns desses armamentos, é possível ter uma noção do quanto os policiais militares foram desvinculados das funções de segurança pública, a fim de atenderem aos propósitos de uma possível guerra interna, postulada pela Doutrina de Segurança Nacional. Para os fins comparativos, considerando que na atividade policial convencional, a abordagem de um cidadão suspeito ou infrator geralmente ocorre a curtas distâncias, exigindo inclusive a verbalização e o contato físico para os efeitos de prisão, se o uso da força letal for necessária e discricionária, o emprego do revólver é o mais coerente. Nesse ponto, dentre outros fatores, além da facilidade do manejo, é menos ostensivo ao público civil, bem como permite um disparo com precisão a 20 metros do alvo, distância que circunda a maior parte do trabalho policial.

No entanto, em 1964, dada a preparação para a guerra, os policiais empunhavam principalmente um tipo de fuzil chamado “mauser”. Esse armamento de origem alemã, foi largamente utilizado nas duas Grandes Guerras Mundiais. No caso da PM de Minas, embora o modelo empregado tenha sido fabricado em 1908, podia vitimar um inimigo a 2 mil metros de distância, apesar de sua precisão de tiro ser de 300 metros. Além disso, seu projétil era capaz de varar um muro, se disparado a 400 metros de distância. Como visto, é um armamento para tiros precisos a longas distâncias, onde o propósito é eliminar o oponente³⁴⁰.

³³⁷ MARCO FILHO. *História Militar da PMMG*, p. 86. Ver também: GUEDES. *Tinha que Ser Minas*, p. 199.

³³⁸ Revista *História*, nº 10, edição de março de 1974.

³³⁹ SANTOS. *Policiamento*, p. 51.

³⁴⁰ SOBRINHO. *Manual de Armamento da PMMG*, pp 100-102.

Além do fuzil, as metralhadoras também compunham o arsenal da Polícia Militar mineira em 1964. Dentre as disponíveis na época, as mais utilizadas pelas companhias eram a FMZB e a Madsen. Historicamente, a Primeira Guerra Mundial “havia provado que a principal necessidade da infantaria era o poder de fogo preciso, continuado e portátil”. Assim, a outrora Tchecoslováquia desenvolveu o fuzil metralhador FMZB, enquanto os dinamarqueses desenvolveram a Madsen, armamentos com alto poder de fogo largamente empregados na Segunda Guerra Mundial.

Pertencentes ao campo das armas automáticas, tanto a FMZB quanto a Madsen exigiam em seu emprego a operacionalidade de mais de um militar. Viabilizando disparos precisos à 200 e 400 metros de distância, embora capazes de produzirem ferimentos letais a 900 e 1200 metros respectivamente, essas armas disparavam mais de 180 tiros por minuto, dependendo da habilidade do militar. Quanto ao empenho, eram úteis em situações onde a defesa de pontos estratégicos fosse exigida, mediante perigo iminente do avanço de tropas inimigas, aplicação que se prestava aos propósitos de resistência em Minas³⁴¹.

Ressalva seja feita, é certo que determinados serviços prestados pela Polícia Militar exigem o emprego de alguns armamentos e equipamentos especiais, inclusive de uso das Forças Armadas. Nesse ponto, é inegável que o aumento da violência e o incremento das ações criminosas têm exigido das forças policiais uma resposta mais enérgica, o que conseqüentemente implica investir em capacitação, equipamentos e armamentos que viabilizem o bom desempenho das funções.

Todavia, como já mencionado, a arma de maior aplicabilidade ao trabalho policial é o revólver calibre trinta e oito e não fuzis e metralhadoras, que embora empregados em circunstâncias especiais no âmbito de segurança pública, se destinam ao uso das Forças Armadas para fins de Guerra. Assim, observando que em 1964 os policiais militares faziam uso desses armamentos em larga escala, é notório que as preocupações com a defesa interna e conseqüentemente com uma possível guerra civil, eram maiores que as pertinentes à segurança pública, admitida aqui segundo definição de Nilson Borges, já mencionada.

Conforme discorrido ao longo do capítulo, mediante necessidade de um levante militar contra o governo federal, embasado pelos postulados da DSN, os conspiradores passaram a analisar o melhor lugar para tanto. Assim, observando que Minas Gerais, em meio a “Geopolítica” e a “Geoestratégia” detinha as melhores condições para desencadear as ações militares, o estado foi escolhido e passou a ser preparado para a execução de tal missão.

³⁴¹ SOBRINHO. *Manual de Armamento da PMMG*, pp 112-123.

Entretanto, apesar de estar inscrita em um conjunto de fatores favoráveis, Minas Gerais detinha um diminuto efetivo do Exército Brasileiro, que não constituía força suficiente para empreender luta contra as forças leais ao governo federal, caso houvesse resistência. Assim, dentre as soluções possíveis, o envolvimento da PMMG nos acontecimentos foi atribuído como a decisão mais acertada. Todavia, considerando que as circunstâncias exigiam sua atuação como tropa combatente e não como força policial, um treinamento intensivo coordenado pelo Exército Brasileiro passou a ser ministrado com tal intento.

Assim, a partir de 1962, a PM de Minas, ao contrário do observado junto às demais congêneres pelo País, passou a receber treinamento de guerra, em detrimento das atribuições de segurança pública. Desse modo, somando a incorporação da ideologia contida na DSN, com a facilidade de identificar o compatriota como um inimigo do Estado, os policiais militares potencializaram a aversão ao indivíduo caracterizado como subversivo ou mais precisamente comunista, fator relevante ao advento de uma possível guerra civil.

Dessa maneira, empenhada como força combatente, embora o conflito não tenha ocorrido, há quem entenda que o envolvimento e a preparação da PM de Minas frente aos acontecimentos foi relevante para o sucesso das ações militares desencadeadas a partir do estado em 1964. Nesse sentido, é válido salientar que a PMMG foi a única corporação policial militar a atuar como força combatente, no levante que depôs o presidente João Goulart. Esse fato, que conduziu às Forças Armadas ao poder, alterou a perspectiva de desenvolvimento e segurança até então observada no Brasil, realidade que atribui a PM de Minas uma grande responsabilidade pelos seus atos, uma vez que as implicações afetaram o destino do País.

4.1 - De Policiais a Combatentes: Algumas Imagens de uma Transformação.

Esta parte do trabalho foi elaborada com o intento de oferecer ao leitor, uma outra perspectiva sobre a transformação dos policiais mineiros em força combatente. Nesse sentido, muito embora as imagens corroborem com as explicações tecidas até o momento, “a proposta aqui não é apresentá-las como meras ilustrações”³⁴². Assim, respeitando o fato de que cada imagem tem suas próprias peculiaridades³⁴³, a intenção foi tratar o material fotográfico como fonte, como documento válido “para a análise do objeto histórico em tela”³⁴⁴.

Relativo a primeira fotografia, não há informações disponíveis quanto a data ou identificação dos militares por ela contemplados. Entretanto, é possível afirmar que seu

³⁴² MOTTA. *Em Guarda Contra o 'Perigo Vermelho'*, p. 90.

³⁴³ BARROS. *O Campo da História*, p. 106.

³⁴⁴ MOTTA. *Em Guarda Contra o 'Perigo Vermelho'*, p. 90.

conteúdo registrou uma cena da Segunda Guerra Mundial. Assim, no que a imagem se presta especificamente a este trabalho, o destaque é a metralhadora Madsen operada pelo militar ao centro, armamento que também foi utilizado pela PM de Minas no início da década de 1960.

FOTO 01. *Cena da Segunda Guerra Mundial.* Ao centro, o combatente opera uma metralhadora Madsen.



FONTE: Site *Military Power*. Disponível em <<http://www.militarypower.com.br/madsen>>. Acesso em: 29 de abril de 2007.

Em detalhe, a segunda fotografia apresenta a metralhadora Madsen. De origem dinamarquesa, o projeto do referido armamento remonta ao início do século XX, mas foi aperfeiçoado e utilizado em larga escala durante a Segunda Guerra Mundial.

FOTO 02. Metralhadora Madsen – modelo dinamarquês.



FONTE: Site *Military Power*. Disponível em <<http://www.militarypower.com.br/madsen>>. Acesso em: 29 de abril de 2007.

Pertinente a esse armamento, a terceira fotografia mostra o modelo adquirido pela PM mineira. Denominada madsen 935, tecnicamente é uma metralhadora “calibre 7 mm”, cuja velocidade prática é de 250 tiros por minuto, com alcance útil (letal) de 900 metros. Segundo o Major PM Benjamim Sobrinho, trata-se de uma metralhadora de “grande mobilidade e cadência de fogo”, bem como de “alto poder de penetração”. No mais, para o

oficial, seu empenho é “inviável ao serviço policial cotidiano”, uma vez que se presta as “operações de guerrilha rural e defesa de pontos ocupados contra ataques”³⁴⁵.

FOTO 03. Metralhadora Madsen modelo 935 – adotada pela PMMG



FONTE: Site PMMG. Disponível em <http://www.pmmg.brpm.mg.gov.figuras/metralhadoras_madsen.asp>. Acesso em: 17 de setembro de 2007.

Pertinente a afirmação de que os policiais militares mineiros foram adequados às práticas de guerra durante o governo Goulart, a fotografia a seguir é elucidativa nesse sentido. Por ocasião das solenidades vinculadas ao assentamento da pedra fundamental, no local onde foi erguido o quartel que hoje abriga o 10º Batalhão de PM de Minas na cidade de Montes Claros, o então Ten Cel Georgino Jorge de Souza hasteou a Bandeira Nacional entre duas metralhadoras Madsen, montadas em tripé. O registro, feito em dezembro de 1962, corrobora com o argumento já apresentado de que, a partir do referido ano, foi intensificado o treinamento visando adequar o policiais para os fins de uma guerra interna.

³⁴⁵ SOBRINHO. *Manual de Armamento da PMMG*, p. 131.

Na mesma foto, considerando os reflexos da Guerra Fria, também é significativa a associação entre o aspecto religioso (representado pelo altar improvisado), o poder militar (representado pelas armas e pela própria presença do oficial) e o sentimento nacionalista expressado pelo hasteamento do Pavilhão nacional. De modo implícito, dentre as interpretações possíveis, é coerente abstrair da imagem a idéia dos militares como defensores dos valores da Pátria, sobretudo contra o temerário comunismo.

FOTO 04. Solenidade de assentamento da pedra fundamental do quartel do 10º Batalhão de Infantaria da PM de Minas, em dezembro de 1962. O militar hasteando a Bandeira é o Ten Cel Georgino Jorge de Souza, então comandante do referido Batalhão. Quanto as duas armas, tratam-se de metralhadoras Madsen modelo 935.



FONTE: Arquivo pessoal de Dinorah Teixeira de Souza (viúva do Coronel Georgino Jorge de Souza). Montes Claros, 03 de maio de 2007.

Condizente a atuação dos policiais militares mineiros como força combatente, frente aos acontecimentos que resultaram na queda de João Goulart, a quinta fotografia mostra os militares do 10º Batalhão de Infantaria da PM de Minas nas proximidades da cidade de Paracatu, na manhã do dia primeiro de abril de 1964. Na ocasião, conforme tratado no capítulo quatro, o 10º BI tomou marcha às pressas a partir da cidade de Montes Claros, com o propósito de fazer frente a um Batalhão de Guardas Presidenciais que havia partido de Brasília rumo a Minas, intentando bloquear o acesso das forças opositoras à Capital Federal. Na ocasião o risco do confronto foi iminente³⁴⁶.

Atendo-se a questão bélica, pela imagem é possível observar que os policiais militares carregavam consigo armamentos não convencionais as funções de segurança pública, mas sim de guerra, novamente evidenciando a transformação de que trata o presente capítulo. Na foto, principalmente no primeiro caminhão, é notório o manuseio da metralhadora madsen, bem como dos fuzis mauser de origem alemã. Além disso, o próprio fardamento tem similitudes com os utilizados pelo Exército Brasileiro na ocasião.

FOTO 05. Militares do 10º BI da PM de Minas em marcha sentido Brasília, na manhã do dia 01 de abril de 1964.



FONTE: Arquivo pessoal de Dinorah Teixeira de Souza (viúva do Coronel Georgino Jorge de Souza). Montes Claros, 03 de maio de 2007.

³⁴⁶ Segundo o Coronel Georgino Jorge de Souza (Comandante do 10º BI da PMMG em 1964) em entrevista concedida à Fábio Antunes Vieira (fit. Mag.). Montes Claros, 19 de outubro de 2000.

Já em Brasília, a sexta fotografia demonstra o momento em que alguns policiais militares do 10º BI posaram frente à câmera, a fim de registrarem suas respectivas atuações junto aos acontecimentos que, segundo eles tinham por intento a salvação da Pátria contra o comunismo. Quanto as armas, o primeiro militar posa com um fuzil metralhador FMZB, enquanto os outros cinco seguram fuzis mauser.

FOTO 06. Militares do 10º BI da PM de Minas em Brasília. Abril de 1964.



FONTE: Arquivo pessoal do Sargento Silvio Soares Ribeiro, soldado do 10º BI em 1964 (na foto o quinto da esquerda para a direita). Januária, 17 de outubro de 2000.

Em detalhe, a sétima fotografia apresenta o fuzil mauser modelo 1908 de origem alemã. Largamente utilizado nas duas Grandes Guerras Mundiais, esse armamento permite um disparo preciso a 300 metros de um alvo com 30 centímetros quadrados, apesar de tecnicamente possuir um poder letal a 2 quilômetros de distância. Além disso, seu projétil é capaz de varar um muro, se disparado a 400 metros de distância. Como base nas informações contidas no Manual de Armamento da PMMG, o fuzil mauser destina-se a situações de combate que demandem tiros precisos a longas distâncias, onde o propósito é eliminar o oponente³⁴⁷. Apesar de continuar em operação, embora em versões mais atualizadas (como o modelo de 1968), seu emprego operacional na PM de Minas é muito raro e em regra fora dos

³⁴⁷ SOBRINHO. *Manual de Armamento da PMMG*, pp 100-102.

perímetros urbanos. Entretanto, em razão de seu histórico na Corporação, acabou sendo tomado como um símbolo dos praças³⁴⁸, que continuam a manuseá-los em desfiles militares.

FOTO 07. Fuzil Mauser de origem alemã, modelo 1908.



FONTE. Site *Military Power*. Disponível em <<http://www.militarypower.com.br/madsen>>. Acesso em: 29 de abril de 2007.

Inserida no contexto do regozijo pela vitória sobre as forças subversivas que, segundo os militares direitistas atentavam contra a ordem e a soberania nacionais, a oitava fotografia mostra um pelotão do 10º BI da PMMG registrando sua participação nos acontecimentos que conduziram as Forças Armadas ao controle do País. Para tanto, significativamente os policiais tomaram como fundo a chamada Esplanada dos Ministérios, um dos símbolos de poder da Capital Federal.

FOTO 08. Pelotão do 10º BI da PMMG em Brasília, após a queda de João Goulart. Abril de 1964.



FONTE: Arquivo pessoal de Dinorah Teixeira de Souza (viúva do Coronel Georgino Jorge de Souza). Montes Claros, 03 de maio de 2007.

³⁴⁸ Na PMMG, soldados, cabos, sargentos e sub-tenentes compõem o conjunto das praças militares.

A fotografia a seguir, embora não assuma aqui um caráter de prova, é bem representativa no que concerne o sentimento e a participação dos policiais militares mineiros, em relação aos acontecimentos desencadeados em nome da Doutrina de Segurança Nacional. Em frente ao Palácio da Alvorada em Brasília, momentos após a queda de Goulart, alguns oficiais resolveram estender a bandeira de Minas Gerais frente ao símbolo do poder político nacional, a fim de registrarem aquele momento histórico. Aqui, como afirmou o Cel Georgino Jorge de Souza, o objetivo da fotografia não foi apenas materializar uma lembrança individual, mas registrar um importante momento na história do País, em que a PM de Minas contribuiu para “rechaçar o comunismo que ameaçava os mais caros valores da Nação”³⁴⁹.

FOTO 09. Policiais militares mineiros em frente ao Palácio da Alvorada. Brasília, 02 de abril de 1964. O militar à esquerda (com capacete sob o braço) é o Ten Cel Georgino Jorge de Souza (na época comandante do 10º BI da PMMG). À sua esquerda se encontra o Cel José Geraldo de Oliveira, então comandante geral da PMMG. Não há informações disponíveis sobre a identidade dos demais policiais.



FONTE: Arquivo pessoal do Coronel Georgino Jorge de Souza. Montes Claros, 20 de outubro de 2000.

³⁴⁹ SOUZA, Cel Georgino Jorge de. Na verdade esse comentário não foi gravado, uma vez que foi proferido no momento em que o militar, emotivamente, cedia a foto ao autor em 20 de outubro de 2000. Entretanto, na ocasião ele foi anotado, inclusive a parte entre aspas, reproduzida na íntegra.

A décima fotografia, tem por intento contribuir para demonstrar a interação existente entre o Exército Brasileiro e a Polícia Militar de Minas, nos idos de 1964. Na cena em questão, lado a lado estão os maiores protagonistas do levante militar a partir de Minas Gerais, ou seja, os Generais Mourão e Guedes e o Coronel José Geraldo de Oliveira.

FOTO 10. Militares do Exército Brasileiro e da Polícia Militar de Minas Gerais, em visita a algumas unidades das Forças Armadas em Brasília. A data não é precisa, mas foi tirada em abril de 1964. Da esquerda para a direita estão: Cel PM José Geraldo de Oliveira (Comandante Geral da PMMG), General Carlos Luis Guedes (Comandante da ID/4 do EB – Belo Horizonte), General Mourão Filho (Comandante da 4ª RM do EB – Juiz de Fora) e Ten Cel Georgino Jorge de Souza (Comandante do 10º BI da PMMG – Montes Claros). A identidade do militar ao fundo é desconhecida.



FONTE: Arquivo pessoal do Coronel Georgino Jorge de Souza. Montes Claros, 20 de outubro de 2000.

A seguir, a décima primeira fotografia mostra os policiais militares mineiros, sobretudo de 10º Batalhão de Infantaria, acantonados no teatro municipal de Brasília. A partir desse local, onde permaneceram ao longo de quase todo o mês de abril de 1964, o 10º BI foi solicitado a executar missões de captura e prisão de vários indivíduos considerados comunistas pelo novo regime, dentre eles Darci Ribeiro e Francisco Julião³⁵⁰.

³⁵⁰ Segundo o Coronel Georgino Jorge de Souza (Comandante do 10º BI da PMMG em 1964) em entrevista concedida à Fábio Antunes Vieira (fit. Mag.). Montes Claros, 19 de outubro de 2000. Ver também: RIBEIRO. *Confissões*, p. 356.

FOTO 11. Polícias militares mineiros, sobretudo de 10º BI, acantonados no teatro municipal de Brasília. Não há informações precisas sobre a data específica da fotografia, exceto que foi tirada em abril de 1964.



FONTE: Arquivo pessoal de Dinorah Teixeira de Souza (viúva do Coronel Georgino Jorge de Souza). Montes Claros, 03 de maio de 2007.

Por fim, a última fotografia selecionada para compor esta parte do trabalho, refere-se ao desfile militar realizado por ocasião da posse do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, eleito de modo indireto, por pressão da cúpula militar que assumiu o poder, em 15 de abril de 1964. Na oportunidade, policiais militares mineiros tomaram parte do evento, ratificando a participação nos acontecimentos que alteraram os destinos do País, e cujos reflexos continuam notórios no cotidiano nacional.

FOTO 12. Desfile militar por ocasião da posse do Marechal Castelo Branco. Brasília, abril de 1964.



FONTE: Arquivo pessoal de Dinorah Teixeira de Souza (viúva do Coronel Georgino Jorge de Souza). Montes Claros, 03 de maio de 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma análise comparada ao longo da história do Brasil, foi observado que o Exército Brasileiro e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais tiveram suas origens durante o período colonial. No momento em questão, é possível afirmar que não existiam grandes distinções entre suas atribuições ou mesmo um compêndio normativo mais específico que as organizassem. Contudo, após a independência, apesar do Exército Brasileiro ter sido desprestigiado frente a Guarda Nacional, foram deliberadas algumas leis para sua institucionalização, ocasião em que suas funções foram destinadas, sobretudo, a defesa do País contra inimigos estrangeiros e o controle de fronteiras. Por outro lado, embora couberam às forças policiais as atribuições de segurança pública (juntamente com a Guarda Nacional), na prática, devido aos diversos conflitos internos que ameaçaram a unidade nacional, bem como os conflitos externos como a Guerra do Paraguai, elas foram integradas ao Exército Brasileiro e terminaram por desempenharem funções de guerra.

Na continuidade, com o advento da República as polícias militares passaram a ser organizadas segundo as condições de cada estado federado, enquanto o Exército Brasileiro, por outro lado, gradativamente conquistou a hegemonia do serviço militar frente a Guarda Nacional, extinta em 1918. Todavia, visto o alto grau de militarização alcançado pelas polícias militares estaduais, o comando do Exército e o governo federal, principalmente durante a ditadura varguista, desencadearam um conjunto de medidas legais para subjugar-las. Assim, atribuídas como forças auxiliares e reservas do Exército Brasileiro pela Constituição de 1946, as polícias militares passaram a convergir gradativamente suas ações, de modo mais específico, a prática da segurança pública. Entretanto, pertinente a Minas Gerais, essa orientação foi interrompida no início da década de 1960, em decorrência dos fatos que resultaram à ascensão dos militares ao poder em abril de 1964.

Nesse sentido, considerando que os reflexos da Guerra Fria, bem como as próprias contradições dos governos considerados populistas, haviam afetado as Forças Armadas, os militares passaram a conceber idéias salvacionistas para o Brasil. Assim, inseridos em uma sociedade marcada pelos embates e incertezas pertinentes ao futuro do País, eles terminaram assumindo posturas diferenciadas nesse contexto, fato que implicou prejuízos aos caros princípios da hierarquia e da disciplina. Desse modo, avaliando que as disparidades dentro das Forças Armadas eram o reflexo de um processo subversivo em marcha no Brasil, parte dos militares passou a empreender a idéia de que a Pátria estava ameaçada pelo “perigo vermelho”. Destarte, partindo do princípio de que os governos civis não dispunham das

condições cabíveis para encadear progresso com soberania nacional, um grupo de oficiais terminou por conceber a chamada Doutrina de Segurança Nacional - DSN, a fim de legitimarem o assalto ao poder.

A partir da difusão da DSN, parte da oficialidade militar, avaliando que os efeitos da bipolarização mundial conturbavam cada vez mais o cotidiano pátrio, passaram a sustentar a idéia de que a segurança do País estava diretamente condicionada ao seu grau de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, é correto afirmar que a DSN foi engendrada com o propósito de promover a submissão das atividades da Nação a uma política de segurança, destinada a rechaçar o comunismo e transformar o Brasil em uma potência capitalista. Assim, pelos postulados da referida doutrina, o projeto de desenvolvimento para o País estava vinculado a um esforço de guerra, a despeito dos princípios do bem-estar social. Tomando outros termos, em um mundo marcado pela Guerra Fria, caberia ao Brasil angariar os recursos cabíveis para empreender luta contra a chamada guerra revolucionária de cunho comunista, bem como assegurar a manutenção da aliança com o bloco capitalista.

Sobre o anticomunismo manifesto pelos militares, apesar de vários estudiosos enfatizarem o fato dele ter se prestado aos propósitos conspiratórios (como Moniz Bandeira), a quem advogue que ele não era totalmente desprovido de razão, como é o caso de Rodrigo Patto Sá Motta. Conforme discorrido, admitindo a expansão comunista no País como uma ameaça real, parte dos militares ideologicamente vinculados a Escola Superior de Guerra - ESG, sob a justificativa de que os poderes constitucionais lhes aferiam a responsabilidade pela defesa da Nação, desencadeou uma verdadeira mobilização de guerra contra a subversão interna. Para tanto, fundamentados pela DSN, avaliaram que a intervenção política era legítima e necessária para a preservação dos interesses maiores do País.

Nesse sentido, a idéia de exercerem o controle direto do Estado brasileiro foi intensificada com a ascensão de João Goulart à presidência da República. Aqui, dentre outros fatores antagônicos, cabe salientar que a retomada do projeto nacional-desenvolvimentista varguista, bem como a política externa independente, não atendiam aos anseios dos militares ligados a ESG e seus aliados civis, que pretendiam consolidar um capitalismo associado-dependente no País. Assim, entendendo ser esse o melhor caminho rumo ao desenvolvimento e a segurança nacional, mesmo a revelia do bem-estar social, os militares direitistas, postos todos os limites antagônicos do referido governo, optaram pela tomada do poder em observância a Doutrina de Segurança Nacional.

Entretanto, visto que as Forças Armadas não representavam um todo indivisível e as parcelas mais humildes da população coadunavam mais com os setores de esquerda, o grupo

da ESG entendia que a ascensão ao poder se daria por meio de uma guerra interna. Assim, crentes de que era preciso iniciar um levante militar, antes que os comunistas atingissem condição de pleitear o comando do País, os conspiradores passaram a tecer estudos destinados ao melhor modo e local para desencadeá-lo. Nesse contexto, considerando alguns fundamentos inscritos na DSN, chegaram à conclusão de que Minas Gerais abrigava as condições mais favoráveis à consecução de tal intento.

Pertinente ao exposto, é certo afirmar que Minas Gerais figurou como o mais destacado estado da federação, frente às ações militares irrompidas sob a justificativa da segurança nacional. Para tanto, além da articulação estabelecida com os conspiradores dos demais estados em torno da DSN, as características geográficas do estado mineiro compuseram um conjunto de significativa importância. Nessa perspectiva, sendo parte constituinte do chamado “núcleo central brasileiro”, Minas Gerais era o estado que melhor viabilizava acesso a Brasília, centro do poder político nacional. Além disso, relativo ao contexto político-militar observado nos idos de 1964, Minas era o único dentre os grandes estados brasileiros em que o governo estadual, a polícia militar e as forças do Exército e da Aeronáutica se mantinham coesas contra o governo de João Goulart.

No entanto, embora Minas estivesse inscrita em um conjunto de fatores favoráveis para assumir a vanguarda das operações militares, existiam algumas deficiências a serem supridas. Aqui, considerando a responsabilidade atribuída a Minas, de levantar armas sob a perspectiva de uma guerra civil, seu problema mais crítico era exatamente a diminuta presença do Exército Brasileiro em seu território. Marcada pela continentalidade, o estado de Minas era entendido como de menor potencial de risco, na eventualidade de uma invasão estrangeira. Desse modo, dispondo de um reduzido contingente aproximado de 4 mil militares do Exército Brasileiro em 1964, o estado mineiro não ocupava privilegiada posição quanto à distribuição dessa Força pelo País. Assim, comparativamente, enquanto São Paulo e Rio de Janeiro abrigavam duas das quatro mais poderosas divisões do Exército pelo Brasil, Minas Gerais contava apenas com frações menores.

A partir dos argumentos apresentados, conclui-se que o Exército em Minas não compunha força suficiente para iniciar sozinho o levante militar. Assim, admitindo a complexidade do problema aos propósitos almejados, a solução encontrada consistiu no sistemático envolvimento da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, frente aos acontecimentos destinados a ascensão das Forças Armadas ao poder político nacional. Tal medida, compreendida como possível, tinha a vantagem de passar pela articulação direta entre

o governador do estado, o comando da Corporação policial e demais conspiradores civis e militares inscritos em âmbito nacional, fato que dispensou pouca atenção do governo federal.

Entretanto, é válido salientar que embora PM e Exército sejam corporações marcadas pelo caráter do militarismo, são distintas quanto ao tipo de serviços que prestam a Nação. Nesse ponto, resumidamente, enquanto as funções do Exército são pautadas pela guerra, em regra contra inimigos estrangeiros, as polícias militares se prestam as funções de segurança pública e por consequência ao trato com compatriotas civis. Condizente a breve diferenciação, partindo do pressuposto de que o tipo de ação militar para ambos os casos exigem treinamentos distintos, os destinados à segurança pública não eram os mais adequados para os efeitos de um tipo de luta que demandava táticas de guerrilha. Assim, para que a Polícia Militar mineira tivesse êxito frente ao processo destinado a tomada do poder, foi preciso adequar à Corporação. Para tanto, retomando as discussões iniciais, mediante um intensivo treinamento conjunto com o Exército Brasileiro, intensificado por volta de 1962, a Polícia Militar de Minas foi transformada de força policial em força combatente.

Assim, em meio ao conjunto de fatores que conduziram Minas Gerais a desencadear as operações militares que resultaram na deposição de João Goulart, a Polícia Militar terminou sendo preparada a fim de contribuir para tal propósito. Nesse sentido, ao contrário de uma tendência nacional, a PM de Minas foi sistematicamente integrada aos padrões de treinamento do Exército Brasileiro, destinado às ações de guerra, em detrimento de um condicionamento mais específico às ações de segurança pública. Além disso, somando a incorporação da ideologia contida na DSN, com a facilidade de identificar o compatriota como um inimigo do Estado, os policias militares potencializaram a aversão ao indivíduo caracterizado como comunista, fator relevante ao advento de uma possível guerra civil.

Dessa maneira, empenhados como força combatente, embora o conflito não tenha ocorrido, a quem entenda (como Heloísa Starling) que o envolvimento e a preparação da PM de Minas frente aos acontecimentos foi relevante para o sucesso das ações militares desencadeadas a partir do estado em 1964. Nessa linha, salienta-se que a PM mineira foi a única corporação policial militar a atuar como força combatente no levante iniciado em 31 de março de 1964. Esse fato, que conduziu às Forças Armadas ao poder, alterou a perspectiva de desenvolvimento e segurança até então observadas no Brasil, realidade que atribui a PM de Minas uma grande responsabilidade pelos seus atos na ocasião, uma vez que suas implicações afetaram o destino do País.

FONTES

Publicações Institucionais

ESG, Manual Básico da. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1976.

MARCO FILHO, Ten Cel PM CPL Luiz de. *História da PMMG*. 2ed. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

SANTOS, Major PM Antônio Norberto dos. *Policiamento – Manual de Instrução Policial Básica* aprovado pelo comando geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Santa Maria, 1962.

SENA, Coronel R/1 EB Davis Ribeiro de. *Exército Brasileiro – Ontem, Hoje, Sempre*. BibliEx: EGGCF, 2000.

SILVEIRA, Coronel PM Geraldo Tito. *Crônica da Polícia Militar de Minas*. 2ed. Belo Horizonte: Santa Edwiges, 1991.

SOBRINHO, Major PM Benjamim da Silva, et.al. *Manual de Armamento Convencional da PMMG*. Belo Horizonte: O Lutador, 1991.

APEC. *A Economia Brasileira e Suas Perspectivas III*. Rio de Janeiro: APEC Editora S.A., maio de 1964.

Constituições Federais

CAMPANHOLE, Hilton Lobo; CAMPANHOLE, Adriano. *Constituições do Brasil*. 14ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Depoimentos orais:

MOREIRA, 3º Sargento Antônio de Araújo, em entrevista concedida a Fábio Antunes Vieira (fit. mag.). Montes Claros, 20 de novembro de 2002. O entrevistado era Soldado da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG em 1964, atuando junto ao 10º Batalhão de Infantaria (hoje 10º Batalhão da Polícia Militar) sediado em Montes Claros.

RIBEIRO, 3º Sargento Sílvio Soares, em entrevista concedida a Fábio Antunes Vieira (fit. mag.). Montes Claros, 17 de outubro de 2000. O entrevistado era Soldado da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG em 1964, atuando junto ao 10º Batalhão de Infantaria (hoje 10º Batalhão da Polícia Militar) sediado em Montes Claros.

ROCHA, 3º Sargento Francisco de Assis, em entrevista concedida a Fábio Antunes Vieira (fit. mag.). Montes Claros, 09 de abril de 2002. O entrevistado era Soldado da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG em 1964, atuando junto ao 10º Batalhão de Infantaria (hoje 10º Batalhão da Polícia Militar) sediado em Montes Claros.

SOUZA, Coronel Georgino Jorge, em entrevista concedida a Fábio Antunes Vieira (fit. mag.). Montes Claros, 19 de outubro de 2000. O entrevistado era Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG em 1964. Na ocasião da instauração do regime militar brasileiro comandava o 10º Batalhão de Infantaria (hoje 10º Batalhão da Polícia Militar) sediado em Montes Claros.

Revistas

AVIÃO REVUE. São Paulo: Motorpress Brasil, edição especial: *Aviões de Guerra*, 2001.

HISTÓRIA. São Paulo, edição de março de 1974, nº 10.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch, edição nº 627 de 25 de abril de 1964.

MONTES CLAROS EM FOCO. Montes Claros, edição de junho e julho de 1964, nº 25.

NOSSO SÉCULO (1960-1980). São Paulo: Abril Cultural, edição de 1982, 5º fascículo: *Revolução de 1964*.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, edição de 10 de abril de 1964.

REALIDADE. São Paulo: Abril Cultural, edição de abril de 1966.

REALIDADE. São Paulo: Abril Cultural, edição de julho de 1966.

REALIDADE. São Paulo: Abril Cultural, edição de abril de 1974.

Pesquisa de campo:

Museu da Força Expedicionária Brasileira – FEB. Avenida Hermílio Alves, Centro Histórico de São João del-Rei – Minas Gerais. O museu encontra-se sob a responsabilidade do 11º Batalhão de Infantaria de Montanha do Exército Brasileiro, sediado na mesma cidade. No referido Museu, na data de 13 de julho de 2006, foi observado o tipo e a procedência de alguns equipamentos e armamentos utilizados pelos militares brasileiros na Segunda Guerra Mundial.

Fotografias:

Cedidas ao autor pelo Coronel Georgino Jorge de Souza, comandante do 10º BI da PMMG em 1964. Montes Claros, 20 de outubro de 2000.

Cedidas ao autor por Dinorah Teixeira de Souza (viúva do Coronel Georgino). Montes Claros, 03 de maio de 2007.

Cedidas ao autor pelo Sargento Sílvio Soares Ribeiro, soldado do 10º BI da PMMG em 1964. Januária, 17 de outubro de 2000.

Obtidas através do site: <http://www.militarypower.com.br>, visitado em 29 de abril de 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*. 1ed. Bauru: Edusc, 2005.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do Mundo*. 10ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart*. As Lutas Sociais no Brasil, 1961-1964. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BICUDO, Hélio. *Segurança Nacional ou Submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- BIDERMAN, C. (Org.). *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BOMENY, Helena. *Guardiões da Razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Luciana A N. (Orgs.). *O Tempo da Ditadura; regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção O Brasil Republicano, Volume 4).
- BOURDIEU, Pierre (Org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRIGAGÃO, Clovis. *O Mercado da Segurança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Perez. *O Método Comparativo na História*. In: *Os Métodos da História*. 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados*. Escritos de História e Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COTTA, Francis Albert. *Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. 3ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 5ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DULCI, Otavio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

GUEDES, Carlos Luís. *Tinha que Ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

FLORESTAN, Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio e Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*. O breve século XX: 1914-1991. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *As Estratégias de Desenvolvimento*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). 1964 - Visões Críticas do Golpe. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KULA, Wiltod. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos na História Oral*. 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LUZ, Madel. *Natural; Racional; Social: Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1998.

MALUF, Sahid. *Teoria Geral do Estado*. 16ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Escritos Políticos. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Pensadores).

MORAIS, Aurino. *Minas na Aliança e na Revolução*. Belo Horizonte: Edições Pindorama (1933); Brasília: Câmara dos Deputados, 1993.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o "Perigo Vermelho"*. O Anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia*. A experiência da Itália moderna. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

REBÉRIOUX, Madeleine. História e Representação. In: D'ALESSIO, Márcia Mansor (Org.). *Reflexões Sobre o Saber Histórico*. São Paulo: Unesp, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SARTORI, Giovanni. Método Comparativo e Política Comparada. In: *A Política*. Brasília: UnB, 1981.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional*. O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

SILVA, Hélio. *O Poder Militar*. 2.ed. Porto Alegre: L&M Editores Ltda., 1985.

SILVA, Márcia Pereira da. *A Defesa Legal do Arbítrio: Os Governos Militares e a Cultura da Legalidade (1964-1985)*. Tese de Doutorado em História apresentada ao Curso de Pós-Graduação das Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SINGER, Paul. *O Significado do Conflito Distributivo no Golpe de 1964*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). 1964 - Visões Críticas do Golpe. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

SHLESSINGER JR, Arthur M. *Mil Dias*. John F. Kennedy na Casa Branca. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Volume 1.

SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

SMALLMAN, Shawn C. *A Profissionalização da Violência Extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64)*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificado do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII*. 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais. Os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964*. 5ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado. História Oral*. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 3ed. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980, Volume 2.

VASCONCELOS, Sylvio de. *Mineiridade*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 – Livro III.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.